UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
ESCOLA DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGRONEGÓCIO

GABRIEL HORACIO GALVÁN

SUJEITO AOS GRANDÃO: reprodução social do campesinato na comunidade Cana Verde em Palestina de Goiás-GO

GOIÂNIA
2020

SIBI
SISTEMA DE BIBLIOTECAS UFG

PRPG
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO

UFG

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o(a) autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do material bibliográfico: **[X] Dissertação** **[ ] Tese**

2. Identificação da Tese ou Dissertação:

Nome completo do autor: Gabriel Horacio Galván

Título do trabalho: *SUJEITO AOS GRANDÃO*: reprodução social do campesinato na comunidade Cana Verde em Palestina de Goiás-GO.

3. Informações de acesso ao documento:

Concorda com a liberação total do documento [X] SIM [ ] NÃO[1]

Independente da concordância com a disponibilização eletrônica, é imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF da tese ou dissertação.

Gabriel Galván Gabriel
Assinatura do autor

Ciente e de acordo:

Orientadora Maria Zeli Ribeiro
Assinatura da orientadora

Data: 06 / 05 / 2020

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante: a) consulta ao(à) autor(a) e ao(à) orientador(a); b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação. O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.
Casos de embargo:
- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

GABRIEL HORACIO GALVÁN

SUJEITO AOS GRANDÃO: reprodução social do campesinato na comunidade Cana Verde em Palestina de Goiás-GO

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Agronegócio, da Escola de Agronomia da Universidade Federal de Goiás como requisito para a obtenção do título de Mestre em Agronegócio.

Área de Concentração: Sustentabilidade e Competitividade dos Sistemas Agroindustriais. **Linha de pesquisa**: Agricultura Familiar e Agronegócio

Orientadora: Profª. Dra. Dinalva Donizete Ribeiro

GOIÂNIA
2020

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do
Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Galván, Gabriel Horacio
SUJEITO AOS GRANDÃO: reprodução social do campesinato na comunidade Cana Verde em Palestina de Goiás-GO [manuscrito] / Gabriel Horacio Galván. - 2020.
CXLVI, 146 f.: il.

Orientador: Profa. Dra. Dinalva Donizete Ribeiro.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Escola de Agronomia (EA), Programa de Pós-Graduação em Agronegócio, Goiânia, 2020.
Bibliografia. Anexos. Apêndice.
Inclui siglas, mapas, fotografias, gráfico, tabelas, lista de figuras, lista de tabelas.

1. Agricultura Camponesa. 2. Reprodução do Campesinato. 3. Agronegócio. 4. Comunidade. 5. Lugar. I. Ribeiro, Dinalva Donizete, orient. II. Título.

CDU 63

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

ESCOLA DE AGRONOMIA

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Ata nº **05** da sessão de Defesa de Dissertação de **Gabriel Horacio Galván**, que confere o título de Mestre em **Agronegócio**, na área de concentração em **Sustentabilidade e Competitividade dos Sistemas Agroindustriais.**

Aos **cinco dias de março de dois mil e vinte**, a partir das **14h**, na **Sala 13** do **Programa de Pós-graduação em Agronegócio - Escola de Agronomia/UFG**, realizou-se a sessão pública de Defesa de Dissertação intitulada **"*SUJEITO AOS GRANDÃO*: REPRODUÇÃO SOCIAL DO CAMPESINATO NA COMUNIDADE CANA VERDE EM PALESTINA DE GOIÁS - GO"**. Os trabalhos foram instalados pela Orientadora, Professora Doutora **Dinalva Donizete Ribeiro (PPGAGRO/EA/UFG)** com a participação dos demais membros da Banca Examinadora: Professor Doutor **Marcelo Rodrigues Mendonça (PPGEO/IESA/UFG)**, membro titular externo; Professora Doutora **Graciella Corcioli (PPGAGRO/EA/UFG)**, membro titular interno. Durante a arguição os membros da banca **não fizeram** sugestão de alteração do título do trabalho. A Banca Examinadora reuniu-se em sessão secreta a fim de concluir o julgamento da Dissertação, tendo sido o candidato **aprovado** pelos seus membros. Proclamados os resultados pela Professora Doutora **Dinalva Donizete Ribeiro**, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente ata que é assinada pelos Membros da Banca Examinadora, aos **cinco dias de março de dois mil e vinte**.

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA

Documento assinado eletronicamente por **Graciella Corcioli**, **Professor do Magistério Superior**, em 05/03/2020, às 18:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

Documento assinado eletronicamente por **Dinalva Donizete Ribeiro**, **Professor do Magistério Superior**, em 05/03/2020, às 18:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

Documento assinado eletronicamente por **Marcelo Rodrigues Mendonça**, **Professor do Magistério Superior**, em 05/03/2020, às 18:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1187429** e o código CRC **3B8DD916**.

***SUJEITO AOS GRANDÃO* : reprodução social do campesinato na comunidade Cana Verde em Palestina de Goiás-GO**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Agronegócio, da Escola de Agronomia da Universidade Federal de Goiás como requisito para a obtenção do título de Mestre em Agronegócio.

Aprovado pela Banca Examinadora em 5 de março de 2020.

BANCA EXAMINADORA

_____

Profa. Dra. Dinalva Donizete Ribeiro – PPGAGRO/UFG
Orientadora - Presidenta da Banca

_____

Profa. Dra. Graciella Corcioli
Membro Interno – PPGAGRO/UFG

_____

Prof. Dr. Marcelo Rodrigues Mendonça
Membro Externo – PPGEO/UFG

AGRADECIMENTOS

Esta pesquisa é resultado das contribuições realizadas por diversas pessoas. Porém, sem dúvidas, ele não poderia ter sido desenvolvido sem a enorme contribuição das famílias da comunidade Cana Verde. Meu primeiro agradecimento é para elas, que me receberam como um membro a mais de suas famílias, me oferecendo hospedagem, alimentação, amizade sincera e grande carinho, me aceitando como mais um “canaverdiano”. Para eles e para elas, meu infinito agradecimento.

Da mesma forma, agradeço ao meu grande amigo Thiago Verano, que durante minha primeira viagem ao Brasil, me possibilitou conhecer as pessoas da comunidade Cana Verde. Sem essa enorme ajuda, a pesquisa não poderia ter sido desenvolvida.

Sem dúvidas, um agradecimento fundamental vai para minha orientadora, a professora Dinalva Ribeiro, que através de seus conhecimentos e acompanhamento contribuiu com meu crescimento pessoal e acadêmico de forma significativa. Durante os períodos mais duros nessa caminhada do Mestrado trouxe tranquilidade em momentos de crise e ansiedade. Ao mesmo tempo, foi importante para me provocar e tirar de minha zona de conforto, aspecto que considero extremamente valioso.

À Professora Graciella Corcioli, orientadora durante minha primeira viagem ao Brasil, por ter me encorajado a voltar e continuar minha formação de Pós-Graduação. Também por suas valiosas contribuições durante as instâncias de defesa de projeto, qualificação e defesa final da dissertação.

Aos colegas do Mestrado, Antônio Carlos, Rebecca, Thiago Henrique, David e Fred, com os quais compartilheimomentos de instabilidade emocional diante dessa caminhada acadêmica, mas também, de crescimento pessoal.

Aos professores e às professorasdo PPGAGRO, que contribuíram com minha formação durante o mestrado e junto aos quais participei de vários espaços de debate, sempre valiosos. Agradeço também à Lindinalva, secretária do PPAGRO, pela paciência e disposição constante para ajudar. Meus agradecimentos também à Joelma, pela dedicação e pelo trabalho para termos os espaços do Programa em condições para desenvolvermos nossas atividades acadêmicas.

À professora Vilma Machado, do Programa de Pós-Graduação em Direito Agrário, cujosconhecimentos compartilhados foram importantes para traçar os rumos da pesquisa desde a elaboração do projeto, no primeiro semestre do Mestrado.

Agradeço da mesma forma, ao professor Adriano de Oliveira, pelas contribuições na instância de Qualificação da Dissertação que marcaram o trajeto final da pesquisa e ao professor Marcelo Rodrigues Mendonça, pelos ajustes e apontamentos feitos na defesa final. A eles, também, agradeço pela importância da disciplina "Estado, Políticas Públicas e Territórios", ministrada no Programa de Pós-Graduação em Geografia (IESA/UFG) cujos elementos abordados foram fundamentais para a construção da pesquisa, tanto do ponto de vista metodológico quanto pelas análises teóricas desenvolvidas.

Aos integrantes do Grupo de Estudos "Trabalho, Território e Políticas Públicas" (TRAPPU), por ter permitido nossa participação em diferentes oportunidades de formação.

À professora Vera Salazar, pelo auxilio em relação as normas técnicas de citação dos depoimentos apresentados ao longo da pesquisa.

Aos colegas e amigos da Casa do Estudante Universitário, onde morei durante os primeiros meses no Brasil.

Às amizades sinceras construídas nesses dois anos em Goiânia, que me acompanharam no processo e me apoiaram nos momentos mais complexos na minha estadia.

Ao Movimento de Base de Agronomia, minha escola de formaçãopolítica, pessoal e enquanto profissional a serviço do povo.

À minha família e aos meus amigos que me apoiaram incondicionalmente, por meio de estímulo constante desde a Argentina.

Aos meus dois países, Argentina e Brasil, que me permitiram acessar a Universidade pública, gratuita e de qualidade, me formando como profissional com consciência das necessidades da sociedade.

Finalmente, e não menos importante, agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela Bolsa de Estudos do Programa de Demanda Social, outorgada durante o período 2018 - 2020, que me permitiu desenvolver a presente pesquisa, além de facilitar a minha permanência no Brasil sem passar necessidades de nenhum tipo.

Dia a dia os camponeses fazem com que os economistas se lamentem, que os políticos suem, que os estrategistas praguejem, destruindo seus planos e profecias. Os camponeses existem, muito apesar do capitalismo e dos acadêmicos

(Theodor Shanin, 1966).

RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo analisar as estratégias de reprodução social de famílias camponesas da comunidade Cana Verde localizada no município de Palestina de Goiás, na região Sudoeste do estado de Goiás. Quanto à abordagem, trata-se de uma pesquisa qualitativa que teve como base elementos metodológicos característicos da etnografia. No desenvolvimento da pesquisa, foram visitadas 11 unidades de produção familiar, nas quais se encontram trabalhando 14 famílias, envolvendo 46 pessoas. As famílias que conformaram o recorte da pesquisa se encontram organizadas na Associação dos Pequenos Produtores da Cana Verde (APROCAN). Para atingir o objetivo proposto foram utilizadas fontes secundárias de informação, como repositórios digitais de teses, jornais e revistas científicas, além de bases de dados de diversas fontes. Os resultados primários foram produzidos fazendo uso de depoimentos obtidos durante a realização de entrevistas semiestruturadas e abertas com os membros da Comunidade entre 32 e 80 anos de idade. Também, foram utilizadas como técnicas complementares a observação participante e o caderno de campo. Os resultados mostram que as estratégias adotadas pelas famílias, e que contribuem com sua reprodução social, podem ser analisadas com base em elementos materiais e simbólicos. Analisando os efeitos da modernização da agricultura brasileira, foi possível identificar mudanças nas relações sociais e produtivas da Comunidade. Contudo, as famílias têm respondido se especializando produtivamente, principalmente na pecuária leiteira, mas ainda mantendo uma agricultura diversificada para atender às necessidades do grupo familiar e, ao mesmo tempo, fazendo uso de diversos canais de comercialização, mercados curtos e estabelecendo relações comerciais com diferentes segmentos do agronegócio. Do ponto de vista simbólico, as características próprias do campesinato são reproduzidas através de elementos como festas populares e religiosas, música, comida, o trabalho e relações sociais de compadrio, vizinhança e solidariedade. Já com relação aos efeitos provocados pela lógica econômica do agronegócio e que dificultam a reprodução social das famílias, destaca-se o processo de cercamento, materializado em: aplicações de agrotóxicos e no avanço da fronteira agrícola até os limites da Comunidade; através das rendas de monopólios; e mediante o controle dos recursos genéticos e a supressão de formas autônomas de fertilização. Em função da influência do agronegócio na Comunidade, é possível determinar que sua lógica pressiona as famílias para privá-las de seus meios de produção e de vida, ao mesmo tempo em que também gera condições para sua reprodução, ainda que contraditoriamente, através de relações econômicas com as famílias "canaverdianas". Assim, à luz dos resultados, foi possível considerar a hipótese estabelecida no começo da pesquisa, quando se partiu do entendimento de que a reprodução social do campesinato se deve tanto a elementos próprios da organização da unidade familiar e comunitária, como também depende de sua relação com o circuito maior (a sociedade capitalista). Isso se dá através de sua inserção subordinada à lógica produtiva do agronegócio, sendo visível uma recriação do campesinato mediada pelo capital. Desta forma, por meio dos resultados da pesquisa, defendemos a tese da permanência do campesinato na sociedade capitalista, relacionada com a corrente de pensamento do "*fim do fim do campesinato*".

Palavras-chave: Agricultura Camponesa; Reprodução do campesinato; Agronegócio; Comunidade; Lugar.

ABSTRACT

The present research aims to analyze the social reproduction strategies of peasant families in the *Cana Verde* community located in the municipality of Palestina de Goiás, in the southwest region of the state of Goiás. As for the approach, this is a qualitative research based on elements methodological features of ethnography. In the development of the research, 11 family production units were visited, in which 14 families are working, involving 46 people. The families that made up the survey are organized in the *Associação dos Pequenos Produtores da Cana Verde* (APROCAN). In order to achieve the proposed objective, secondary sources of information were used, such as digital repositories of theses, newspapers and scientific journals, in addition to databases from different sources. The primary results were produced using testimonials obtained during semi-structured and open interviews with community members between 32 and 80 years of age. Also, participant observation and the field notebook were used as complementary techniques. The results show that the strategies adopted by families, and which contribute to their social reproduction, can be analyzed based on material and symbolic elements. Analyzing the effects of the modernization of Brazilian agriculture, it was possible to identify changes in the Community's social and productive relations. However, families have responded by specializing productively, mainly in dairy farming, but still maintaining a diversified agriculture to meet the needs of the family group and, at the same time, making use of several marketing channels, short markets and establishing commercial relations with different agribusiness segments. From a symbolic point of view, the characteristics of the peasantry are reproduced through elements such as popular and religious festivals, music, food, work and social relations of compassion, neighborhood and solidarity. Regarding the effects caused by the economic logic of agribusiness and which hinder the social reproduction of families, the process of encroachment stands out, materialized in: applications of pesticides and the advance of the agricultural frontier to the limits of the Community; through monopoly rents; and through the control of genetic resources and the suppression of autonomous forms of fertilization. Due to the influence of agribusiness in the Community, it is possible to determine that its logic pressures families to deprive them of their means of production and life, at the same time that it also generates conditions for their reproduction, albeit contradictorily, through relationships with the “Canaverdian” families. Thus, in the light of the results, it was possible to consider the hypothesis established at the beginning of the research, when it started from the understanding that the social reproduction of the peasantry is due both to elements specific to the organization of the family and community unit, as well as to its relationship with the larger circuit (capitalist society). This is done through its insertion subordinated to the productive logic of agribusiness, with a visible recreation of the peasantry mediated by capital. Thus, through the results of the research, we defend the thesis of the permanence of the peasantry in capitalist society, related to the current of thought of the “end of the end of the peasantry”.

Keywords: Peasant Agriculture; Reproduction of the peasantry; Agribusiness; Community; Place

RESUMEN

La presente investigación tiene como objetivo analizar las estrategias de reproducción social de las familias campesinas en la comunidad *Cana Verde* ubicada en el municipio de Palestina de Goiás, en la región Sudoeste del estado de Goiás. En cuanto al enfoque, esta es una investigación cualitativa basada en elementos metodológicos característicos de la etnografía. En el desarrollo de la investigación, se visitaron 11 unidades de producción familiar, en las que trabajan 14 familias, involucrando a 46 personas. Las familias que conformaron la el recorte están organizadas en la *Associação dos Pequenos Produtores da Cana Verde* (APROCAN). Para lograr el objetivo propuesto, se utilizaron fuentes secundarias de información, como repositorios digitales de tesis, periódicos y revistas científicas, además de bases de datos de diferentes fuentes. Los resultados primarios se produjeron utilizando testimonios obtenidos durante entrevistas semiestructuradas y abiertas con miembros de la comunidad entre 32 y 80 años de edad. También fueron utilizadas como técnicas complementarias la observación participante y el cuaderno de campo. Los resultados muestran que las estrategias adoptadas por las familias, y que contribuyen a su reproducción social, pueden analizarse en función de elementos materiales y simbólicos. Analizando los efectos de la modernización de la agricultura brasileña, fue posible identificar cambios en las relaciones sociales y productivas de la Comunidad. Sin embargo, las familias han respondido especializándose productivamente, principalmente en la producción lechera, pero manteniendo una agricultura diversificada para satisfacer las necesidades del grupo familiar y, al mismo tiempo, utilizando varios canales de comercialización, mercados cortos y estableciendo relaciones comerciales con diferentes segmentos del agronegocio. Del punto de vista simbólico, las características del campesinado se reproducen a través de elementos como fiestas populares y religiosas, la música, la comida, el trabajo y relaciones sociales de compadrio y solidaridad. En cuanto a los efectos identificados por la lógica económica del agronegocio y que dificultan la reproducción social de las familias, se destaca el proceso de cercamiento, materializado en: aplicaciones de agrotoxicos y en el avance de la frontera agrícola hasta los límites próximos de la Comunidad; a través de rentas de monopolio; y a través del control de los recursos genéticos y la supresión de formas autónomas de fertilización utilizadas tradicionalmente. Debido a la influencia del agronegocio en la Comunidad, es posible determinar que su lógica presiona a las familias a privarlas de sus medios de producción y vida, al mismo tiempo que también genera condiciones para su reproducción, aunque sea contradictoriamente, a través de las relaciones economicas con las familias "canaverdianas". Por lo tanto, a la luz de los resultados, fue posible considerar la hipótesis establecida al comienzo de la investigación, cuando partió de la comprensión de que la reproducción social del campesinado se debe tanto a elementos específicos de la organización de la unidad familiar y comunitaria, como a su relación con el circuito más grande (sociedad capitalista). Esto se hace a través de su inserción subordinada a la lógica productiva del agronegocio, con una recreación del campesinado mediada por el capital. Así, a través de los resultados de la investigación, defendemos la tesis de la permanencia del campesinado en la sociedad capitalista, relacionada con la corriente de pensamiento del "fin del fin del campesinado".

Palabras clave: Agricultura campesina; Reproducción del campesinado; Agronegócio; Comunidad; Lugar.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa 1. Localização das Unidades Produtivas da amostra pesquisada (APROCAN). 31

Fotografia 1. Identificação da Associacão dos Pequenos Produtores da Cana Verde. 60

Fotografia 2. Plantio de mandioca à beira do caminho interno à Comunidade. 70

Fotografia 3. Processo de ordenha manual. 77

Fotografia 4. Agricultores da comunidade capinando plantação de tomate. 84

Fotografia 5. Paisagem que ilustra a divisa da Comunidade com uma propriedade vizinha (lavoura). 108

Fluxograma 1. Processo de circulação de mercadorias (leite) do campo à indústria 117

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Composição da amostra pesquisada. 32
Gráfico 2. Composição etária das pessoas que conformaram a amostra pesquisada..... 65
Gráfico 3. Atividades produtivas realizadas na Comunidade. 75
Gráfico 4. Número de pessoas por unidade familiar entrevistada 82
Gráfico 5. Unidades produtivas que contratam mão de obra 83
Gráfico 6. Conhecimento dos custos de produção por parte das famílias entrevistadas 90
Gráfico 7. Quantidade de canais de comercialização utilizados pelas famílias. 93

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Características e composição das Unidades Familiares que conformaram o recorte da pesquisa..... 33

Tabela 2. Composição da força de trabalho das unidades familiares 81

Tabela 3. Participação dos diferentes segmentos do agronegócio na composição total do PIB.....104

Tabela 4. Evolução da área colhida das principais lavouras temporárias para o período 2000-2017 nos municípios de Caiapônia e Palestina de Goiás. 109

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Cronograma de viagens e atividades. 34

Quadro 2. Calendário de atividades agrícolas e pecuárias da comunidade Cana Verde..... 73

Quadro 3. Dias de ocorrência das feiras, quantidade de bancas e participação da Agricultura Familiar (AF) 88

Quadro 4. Canais de comercialização das famílias da comunidade Cana Verde 92

LISTA DE ABREVIATURAS

ABAG	Associação Brasileira de Agronegócio
ACAR	Associação de Crédito e Assistência Rural
APROCAN	Associação dos Pequenos Produtores da Cana Verde
CAI	Complexo Agroindustrial
CBT	Contagem Bacteriológica Total
CCS	Contagem de Células Somáticas
CCV	Comunidade Cana Verde
CEASA/GO	Centrais de Abastecimento do Estado de Goiás
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
COMAFIR	Cooperativa Mista da Agricultura Familiar de Iporá e Região
COMIGO	Cooperativa Mista dos Produtores Rurais do Sudoeste Goiano Ltda
COOPEFAGO	Cooperativa da Agricultura Familiar do Estado de Goiás
COOPERCAP	Cooperativa Mista dos Pequenos Agricultores de Caiapônia e Palestina de Goiás
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CSA	Comunidade que Sustenta à Agricultura
DRP	Diagnóstico Rural Participativo
EMATER/GO	Agência Goiana de Assistência Técnica, Extensão Rural e Pesquisa Agropecuária
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FAO	Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação
GO	Goiás
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MDA	Ministério de Desenvolvimento Agrário
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MT	Mato Grosso
NEDET	Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PIB	Produto Interno Bruto
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento

PRODECER	Programa Cooperativo Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento dos Cerrados
POLOCENTRO	Programa para o Desenvolvimento dos Cerrados
PPAGRO	Programa de Pós-Graduação em Agronegócio
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PT	Partido dos Trabalhadores
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
UFG	Universidade Federal de Goiás
UP	Unidade de Produção

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO **17**

1 CAMINHOS TÉORICOS E METODOLÓGICOS DA PESQUISA **22**

1.1. Chegando à comunidade Cana Verde 23

1.2. Considerações metodológicas: a pesquisa qualitativa e a etnografia. 25

1.3. As etapas da pesquisa: pesquisa bibliográfica, documental e de campo 28

1.4. Agricultura e campesinato 38

2 COMUNIDADE CANA VERDE: tempos e espaços de vida e de trabalho **48**

2.1. "*Era uma época de muita fartura*": a comunidade Cana Verde como lugar de vida 49

2.1.1. A produção de comida no "*tempo antigo*" 54

2.1.2. A organização da unidade familiar no "*tempo antigo*" 58

2.1.3. Identidade e política: a Associação dos Pequenos Produtores da Cana Verde (APROCAN) 59

2.1.4. Identidade, cultura e religiosidade na Comunidade 62

2.1.5. Os "dias de hoje" e a juventude 64

2.2. Vida e trabalho na Comunidade: a organização interna das unidades familiares 67

2.2.1. Os ciclos agrícolas, o trabalho com os animais e as técnicas de produção 67

2.2.2. O trabalho da/na terra e a organização do trabalho familiar na comunidade Cana Verde 80

2.3. "*Muito trabalho e pouca renda*": a comercialização dos produtos da Comunidade 87

3 A RECRIAÇÃO DO CAMPESINATO MEDIADA PELO CAPITAL **95**

3.1. Modo capitalista de produção no campo brasileiro: da "Revolução Verde" ao agronegócio 96

3.2. O cercamento do campesinato no estado de Goiás 105

3.3. A pecuária leiteira na comunidade Cana Verde: contradições e sujeição da renda da terra ao capital..... 112

CONSIDERAÇÕES FINAIS **120**

REFERÊNCIAS **125**

APÊNDICE A – ROTEIRO DE CARACTERIZAÇÃO DA COMUNIDADE E DA APROCAN **133**

APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA **135**

ANEXO A – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP **140**

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa se encontra vinculada a uma ampla trajetória de trabalho com famílias da comunidade Cana Verde, localizada no município de Palestina de Goiás, na região Sudoeste do estado de Goiás, onde foi realizada a investigação empírica. Mais concretamente, ela é resultado de um processo de apoio técnico desde o ano 2016, a partir da intervenção do pesquisador enquanto extensionista na Comunidade. Ao longo de dois anos, realizou-se acompanhamento técnico no processo de transição agroecológica junto às famílias desse lugar.

Duas questões centrais marcaram a agenda da pesquisa nesta Dissertação: inicialmente, colocaram-se como pautas o entendimento da organização interna das unidades familiares da Comunidade e as formas como esses elementos da organização interna/comunitária contribuem para a reprodução social das famílias, considerando que estas não estão isoladas e abstraídas da realidade, se encontrando articuladas ao circuito da economia capitalista. Seguindo este raciocínio, também procurou-se compreender como os fatores "externos" ou o modo de produção capitalista no campo contribuem (ainda que contraditoriamente, como se verá ao longo da pesquisa) para a permanência das famílias na terra, vivendo e produzindo nela.

Com essas incógnitas pautadas, a pesquisa procurou entender a reprodução social do campesinato como um conjunto de fatores relativos tanto à organização interna desses sujeitos, a partir de elementos como o trabalho familiar e as relações sociais que permeiam seu modo de vida, bem como das relações que o capital cria para garantir a permanência desses sujeitos na terra (arrendamento de terras, relações de produção com a agricultura camponesa, etc.), e que se mostram funcionais e fundamentais para a acumulação ampliada do capital.

O campesinato tem se constituído como categoria que representa as práticas produtivas, relacionadas com a agricultura, realizadas por homens e mulheres ao longo da história (MAZOYER; ROUDART, 2006). Os camponeses, enquanto sujeitos sociais, têm utilizado diversas estratégias para sua reprodução social, de forma a garantir sua permanência no campo e na terra, constituindo-se como seu principal meio de vida e produção. Sua persistência se deve, em parte, às suas características e à sua organização social, que têm como base o núcleo familiar e a vida em Comunidade (WOORTMANN, 1990; SHANIN, 2008), mas também, as reações desta classe social, em a sua longa história de resistência e de luta.

As discussões em torno do campesinato têm sido privilegiadas durante muito tempo por pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento, realizando diferentes reflexões para a compreensão da sua organização social. Por um lado, há visões que interpretam o mundo rural (no qual se encontra inserido a agricultura camponesa) como uma parte do sistema global, vislumbrando uma sociedade homogênea na qual as relações do capital industrial vão se expandir e se generalizar no campo. De forma geral, esse foco prioriza uma visão *descampesinista*, na qual os camponeses seriam sujeitos em via de extinção, sem lugar na sociedade capitalista. Um segundo foco, de caráter *campesinista*, prioriza a análise sob o olhar dos elementos característicos da natureza da agricultura camponesa, com ênfase na relação desses sujeitos com a terra, sua organização social, os aspectos simbólicos de seu modo de vida, deixando de lado a realidade ou o sistema maior (a sociedade capitalista) na qual se encontram inseridos.

Assim, os prognósticos acerca do destino do campesinato têm sido bastante divergentes. Existem obras que indicam o seu desaparecimento em função do avanço do capitalismo no campo (LENIN, 1985; KAUTSKY, 1986), até sua metamorfose em "agricultores profissionais" ou "agricultores familiares" (ABRAMOVAY, 1993), incluindo teorias sobre a permanência do campesinato e sua constante reprodução social[1] (BARTRA, 2011).

Apesar desses prognósticos divergentes apontados, que projetam, por um lado, um mundo sem camponeses e, por outro, um mundo no qual esses sujeitos prevalecem, é evidente que os camponeses têm resistido aos embates do sistema capitalista, se reinventando e persistindo. Além disso, esses homens e essas mulheres têm se constituído como atores importantes no que concerne à produção de comida em nível mundial, fundamental para a segurança e a soberania alimentar, além da função que estes sujeitos cumprem na conservação da biodiversidade e na manutenção de recursos genéticos locais (ALTIERI, 2010).

No que tange ao agronegócio, pode-se afirmar que se constitui como uma forma de organização e gestão da produção na agricultura a partir de uma lógica industrial globalizada, capitaneada por empresas transnacionais que dominam diversos ramos da atividade. Seu avanço, legitimado socialmente e amparado pelo Estado, está fundamentado na busca por crescentes resultados na dimensão econômica (MENDONÇA, 2015). No entanto, este modelo tem sido questionado em função dos impactos verificados na dimensão social (RIGOTTO *et*

[1] Entende-se por reprodução social os diferentes mecanismos ou estratégias que as famílias adotam tanto no planejamento do ciclo agrícola quanto ao longo de sua vida, para garantir a persistência do núcleo familiar, e posteriormente, de seus filhos na terra e na atividade produtiva (OLIVEIRA, 1986).

al, 2012; WILKINSON, 2017), ambiental (ALENTEJANO, 2011) e cultural (TOLEDO, 2009; SHIVA, 2003) não somente no Brasil, mas no mundo inteiro.

Desta forma, após a introdução dos elementos que problematizaram a realização da presente investigação, a pesquisa perseguiu o objetivo de compreender as estratégias de reprodução adotadas pelo campesinato dacomunidade Cana Verde (CCV) no município de Palestina de Goiás. Para tal, investigou-se as particularidades do processo da modernização agrícola e as implicações deste processo na dinâmica social e produtiva da CCV; a organização interna das unidades de produção da CCV; e a lógica da recriação capitalista do campesinato e sua materialização na Comunidade em estudo.

Buscando fugir da lógica dicotômica dos estudos agrários apontadas anteriormente, nossa hipótese central parte do pressuposto de que a reprodução social do campesinato se deve a fatores combinados: por um lado, a elementos próprios da organização da unidade familiar e comunitária; mas, também, depende de sua relação comum circuito maior (a sociedade como um todo, incluindo sua dimensão capitalista), através de sua inserção, inclusive, em processos próprios da lógica do agronegócio. Esse modelo, com suas estratégias de organização do capital e da produção, procura, através de diferentes processos, se apropriar da renda capitalizada da terra dos agricultores e pequenos pecuaristas, mas ao mesmo tempo, oferece condições que se tornam importantes para sua reprodução ampliada ao passo que gera condições para a permanência das famílias no campo, se constituindo num processo dialético.

Para investigar tais questões, nos propomos a verificar como esses elementos se materializam na realidade da comunidade Cana Verde (CCV), localizada no município de Palestina de Goiás, a 15 km da cidade. A comunidade Cana Verde é constituída por aproximadamente 30 famílias, mas, a partir do recorte, foram incluídas somente 14 famílias no presente estudo, as quais se encontram organizadas em 11 unidades produtivas. A participação na Associação dos Pequenos Produtores da Cana Verde (APROCAN) foi o critério escolhido para a seleção das famílias contempladas pela pesquisa.

Do ponto de vida metodológico a pesquisa teve na sua base elementos próprios da pesquisa etnográfica, construídos a partir da interação entre o pesquisador e as famílias da Comunidade e período de permanência nesse lugar, totalizando 81 dias entre os anos 2018 e 2019. Ao longo da pesquisa o caderno de campo foi utilizado comoprincipal ferramenta para registro e sistematizaçãodos dados. Nesse processo, também foram realizadas entrevistas semiestruturadas junto às famílias, além da observação participante enquanto técnicas de levantamento de dados primários. Os resultados foram interpretados a partir de análise do conteúdo e, complementarmente, de métodos de estatística descritiva.

Esta Dissertação está organizada em três capítulos. Apósa presente introdução, no primeiro capítulo parte-se da chegada à Comunidadee o estabelecimento das relações entre o pesquisador e os moradores enquanto aspecto chave da pesquisa. Posteriormente, são descritos os procedimentos metodológicos, assim como as categorias e os conceitos que constituem a base teórica da pesquisa.

Já no segundo capítulo, é feita a caracterização da Comunidade, analisando os aspectos internos das unidades produtivas e as características de organização comunitária e da APROCAN. Parte-se do entendimento da configuração atual das relações sociais e produtivas da Comunidade tendo como base o processo de modernização da agricultura brasileira e sua materialização na região Centro-Oeste do Brasil, especificamente no Sudoeste do estado de Goiás. Procurou-se nesse tópico recuperar a história da Comunidade desde a chegada dos primeiros moradores, ancorada na construção identitária e de pertencimento que os sujeitos possuem com esse lugar.

Ainda no segundo capítulo, analisam-secaracterísticas das famílias inseridasno recorte da pesquisa, desvendando as mudanças nas relações sociais e produtivas na Comunidade no bojo da modernização da agricultura. Tal caracterização foi desenvolvida a partir de elementos como a constituição do núcleofamiliar, o tamanho da área produtiva, a posse e a propriedade da terra, os aspectos organizativos das famílias, as técnicas utilizadas paraa produção e as estratégias de comercialização adotadas. Também são apontados aspectos relativos à interpretação dos moradores sobre os destinos futuros da Comunidade e a sucessão familiar.

Por fim, no terceiro capítulosão apresentadosos diferenteselementos através dos quais o agronegóciodificultaa reprodução social das famílias, partindo da análise do cercamento do campesinato goiano à realidade pesquisada. Nesse sentido, procura-se estabelecer os seguintes pontos de análise: as aplicações de agrotóxicos provenientes de plantações vizinhas,seus efeitos sobre a saúde das pessoas da Comunidade e as experiências de transição agroecológica; através das rendas de monopólios; e mediante o controle dos recursos genéticos e a supressão de formas autônomas de fertilização utilizadas tradicionalmente pelos moradores desde o "*tempo antigo*".

Ao mesmo tempo, ancorando-se em teorias desenvolvidas por diversos pesquisadores, aponta-se como o agronegócio depende da presença da agricultura camponesa, que se torna funcional a sua reprodução ampliada e como essa lógica se materializa na realidade pesquisada.

A partir do que foi visualizado na Comunidade, é possível entender como as famílias da Comunidade se encontram "*sujeito aos grandão*", em alusão às condições (im)postas por parte da indústria dos laticínios para os produtores leiteiros da Comunidade, conforme nos foi relatado durante a realização das entrevistas. Assim, verifica-se um processo de integração subordinada desses sujeitos às cadeias do agronegócio, onde se produz a sujeição da renda da terra ao capital.

O entendimento é o de que a realização de pesquisas com essas características pode fornecer informações importantes aos estudos sobre a lógica da produção camponesa, assim como refletir sobre as condições pelas quais se realiza a integração desses sujeitos às diferentes cadeias do agronegócio. Acrescenta-se que, diante da crise existente nos sistemas alimentares, refletida nas dimensões econômicas, ambiental, social e energética, é importante que se desenvolvam ações em favor da agricultura camponesa, sendo esta, ator-chave para dar respostas aos problemas relacionados à questão alimentar e às fragilidades do modelo de produção agropecuário hegemônico.

Considera-se também que pesquisas com essas características podem fornecer elementos para a formulação futura de políticas públicas destinadas aos camponeses, além de fortalecer a defesa de legislações protetoras dos direitos destes sujeitos sociais, como a valorização da sua produção. Ainda, a relevância dessa pesquisa está em abordar analiticamente o agronegócio desde uma perspectiva crítica, aspecto pouco tratado no Programa de Pós-Graduação em Agronegócio (PPGAGRO) da Universidade Federal de Goiás.

1 CAMINHOS TÉORICOS E METODOLÓGICOS DA PESQUISA

A utopia está lá, no horizonte.
Me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos.
Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos.
Por mais que eu caminhe, jamais alcançarei.
Para que serve a utopia?
Serve para isso: para que eu não deixe de caminhar.

(Eduardo Galeano – La utopia)

1.1 Chegando à comunidade Cana Verde

A presente pesquisa se encontra vinculada a uma ampla trajetória de trabalho com as famílias da comunidade Cana Verde, localizada no município de Palestina de Goiás, na região Sudoeste do estado de Goiás. Ela é resultado de um processo de acompanhamento técnico, desde setembrode 2016, quando fiz minha primeira viagem ao Brasil, enquanto estudante de intercâmbio e tive o primeiro contato com algumas famílias da Comunidade.

Naquele momento, tive a possibilidade de participar, em caráter de estagiário, em um dos projetos de extensão que eram desenvolvidos pelas Universidades Federais em parceria com o (extinto) Ministério de Desenvolvimento Agrário, onde se constituíram os denominados "Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial" (NEDET), compostos por membros da universidade e lideranças locais dos territórios. Estes NEDETs cumpriram função importante na consolidação dos Territórios Rurais do Sudoeste goiano, recebendo subsídios econômicos para atuar durante os anos 2015 e 2016 (LUNAS*et al*, 2017).

Na época, em busca de um local para realizar meu estágio final de curso, fui apresentado a um agricultor da comunidade Cana Verde que integrava o NEDET: o senhor L.A. , que afirmava ter interesse em mudar a organização da sua produção para a agricultura orgânica e demandava apoio técnico nessa perspectiva. L.A. insistia na necessidade de estabelecer essa mudança, preocupado com o tipo de alimento vendido nas feiras, bem como o risco para a saúde que apresentam os agrotóxicos, tanto para a sua família quanto para os consumidores.

A principal problemática trazida pelo agricultor naquele momento era a grande incidência de doenças nas culturas que limitavam a produção no período das chuvas. Este tinha recebido conselhos de outros agrônomos que visitaram a região, porém a recomendação deles era a utilização de fungicidas para a solução do problema. Trata-se de uma lógica contrária às necessidades do grupo familiar, bem característica da agronomia convencional e da formação baseada em receitas que nos são ensinadas durante nossa formação acadêmica.

Fui convidado a realizar algumas visitas iniciais por parte do agricultor e durante três meses compartilhei diversas atividades com sua família, me envolvendo nos afazeres que configuravam a vida cotidiana no sítio. A aproximação e o intercâmbio de conhecimentos se davam durante o trabalho, como por exemplo, na colheita das diversas culturas, no trabalho com os animais e na participação nas feiras livres da região. No período mencionado, foram realizadas três viagens de cinco dias de duração, nas quais foram atendidas, também, as demandas técnicas da família hospitaleira.

Como fruto dessa experiência, realizei meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) para a obtenção do título de Engenheiro Agrônomo na Facultad de Ciências Agropecuárias da Universidad Nacional de Córdoba (Argentina). No TCC foi analisado o funcionamento interno da unidade produtiva, com base nas entradas e saídas de insumos no sistema, assim como os fluxos energéticos. A partir desta análise, foi realizado um redesenho da unidade de produção tendo como base a autonomia das famílias em relação aos insumos externos, sendo este um olhar característico do paradigma agroecológico.

Para que essa análise não ficasse unicamente nesse documento acadêmico, decidi empreender minha volta para o Brasil e para o estado de Goiás, já que sentia a necessidade de dar uma retribuição para aquelas famílias, sendo coerente com o papel da universidade na formação de profissionais capacitados para dar respostas às demandas da sociedade.

No ano 2018, voltei ao Brasil e tive a possibilidade de me reencontrar com as famílias. Nessa nova oportunidade, foram realizadas visitas mensais, a partir do mês de fevereiro, que se mostraram importantes para restabelecer o vínculo, definir um Plano de Trabalho com maior acompanhamento técnico e visitas mais frequentes. Ao mesmo tempo, do ponto de vista acadêmico, essas viagens me permitiram obter informações primárias que foram úteis para a elaboração do projeto de pesquisa e, também, começar a interagir com outras famílias da Comunidade com as quais ainda não mantinha proximidade. O fato de ter sido apresentado à Comunidadepelo senhor L.A (que é uma pessoa de referência para a Comunidade) contribuiu para a imersão nesse lugare para a realização das entrevistas com as famílias que participaram da pesquisa.

Durante o processo da pesquisa, tive a possibilidade de me hospedar e morar na casa de uma das famílias. Do ponto de vista metodológico, isto foi de grande importância, pois facilitou meu deslocamento desde seu sítio até outras unidades de produção que se encontravam mais afastadas, contribuindo assim com a realização das entrevistas.

Um aspecto que interessa ressaltar é a importância da aproximação com as famílias para a geração de dados de qualidade para a constituição da pesquisa. A construção de confiança e intimidade é fundamental nesse sentido: não existe melhor forma de gerar essa proximidade do que integrando os espaços que fazem parte da dinâmica cotidiana da Comunidade. Isto implica viver e dormir na mesma casa que as pessoas da Comunidade, acordar no mesmo horário, trabalhar com as mesmas ferramentas, comer na mesma mesa e também participar das mesmas festas. Contudo, isto não seria possível sem a abertura dos lares por parte das famílias e sem os laços de confiança gerados.

Logo, a trajetória aqui destacada permite compreender o tipo de participação e de vivência que foi realizada na Comunidade, a fim de dar mais solidez à metodologia etnográfica. Essa imersão nos permitiuter uma verdadeira proximidade com os membros da Comunidade, de modo a reduzir a estranheza recíproca.

Os aspectos teóricos dessa metodologia, assim como suas bases para o levantamento de dados primários, serão aprofundados no tópico seguinte.

1.2 Considerações metodológicas: a pesquisa qualitativa e a etnografia.

Atualmente, do ponto de vista acadêmico, tem sido estabelecida uma dicotomia nos diferentes métodos de abordagem das pesquisas científicas. Diante disso, a construção do conhecimento, por meio do método científico, pode ser dividida em pesquisas do tipo quantitativo e do tipo qualitativo, as quais apresentam diferenças basicamente em dois aspectos principais: a forma de abordagem do problema e a sistemática pertinente a cada um dos enfoques.

A pesquisa qualitativa gerou uma ruptura com a postura científica a partir da década de 1960, que possuía marcadas características quantitativas. O crescimento do paradigma qualitativo provocou mudanças na forma de conceber a ciência e a produção de conhecimento científico. Já na década de 1980 essa dicotomia se tornou maior, sendo que qualquer postura crítica ou contrária ao paradigma quantitativo seria encaixada no paradigma qualitativo (SOUSA; PESSÔA, 2009).

O método quantitativo, por um lado, caracteriza-se pela quantificação ou mensuração tanto na coleta das informações quanto no seu tratamento e avaliação, distinguindo-se por estudos, principalmente, descritivos. Já no método qualitativo, considera-se um nível de realidade que não é possível ser mensurado. Por outro lado, essa abordagem procura um entendimento da realidade a partir do uso de categorias analítica e, contrariamente da abordagem quantitativa, não procura criar modelos universais para a interpretação da realidade pesquisada (GIL, 2008).

A pesquisa qualitativa ocupa um lugar significativo entre as várias possibilidades de se estudar os fenômenos que envolvem os seres humanos e suas intrincadas relações sociais estabelecidas em diversos ambientes, visando traduzir e expressar um fenômeno estudado. Assim, é importante a imersão do pesquisador ou da pesquisadora no contexto para interpretar e interagir com o objeto estudado e a adoção de uma postura teórico-metodológica para decifrar os fenômenos (PESSÔA, 2012).

Todavia, é importante ter clareza que no campo científico a pesquisa não deve ser separada dicotomicamente entre qualitativa e quantitativa (TRIVIÑOS, 1987), mas que os enfoques abordados na resolução de um problema podem demandar um ou outro método. Diante isso, a escolha de uma ou outra abordagem se deve, fundamentalmente, aos caminhos escolhidos para dar resposta ao problema de pesquisa delimitado pelo pesquisador ou pela pesquisadora. Neste sentido, consideramos importante e desafiador a possibilidade de pensar em pesquisas que vinculem as ferramentas teórico-metodológicas de ambas as abordagens, resultando em pesquisas do tipo "quali-quantitativo".

A relação da pesquisa qualitativa com os estudos rurais tem sido analisada por Sousa e Pessôa (2009), indicando que os seus primórdios têm surgido a partir de metodologias como o Diagnóstico Rural Participativo (DRP) e também a partir da Pesquisa-Ação. A primeira teria surgido alinhada ao paradigma da modernização agrícola, na década de 1970, como instrumento de diagnóstico para conhecer a situação socioeconômica da população do campo nos denominados países do "Terceiro Mundo" segundo a perspectiva ocidental. Isto permitiu executar projetos de desenvolvimento rural que "tirariam o campo do atraso".

A Pesquisa-Ação, por outro lado, começou a ser desenvolvida na década de 1970 a partir da modalidade da Pesquisa-Ação Crítica, como uma variante dinâmica e crítica do DRP, baseada nos fundamentos teóricos e ideológicos da pedagogia libertadora de Paulo Freire[2] (SOUZA; PESSÔA, 2009).

Diversas são as modalidades que podem ser adotadas para desenvolver uma pesquisa qualitativa, sendo necessários diferentes procedimentos metodológicos e técnicas de coleta de dados. Para o desenvolvimento desta pesquisa, foi escolhida enquanto ferramenta metodológica a etnografia, a qual possui aspectos inerentes às técnicas de levantamento de dados, baseados na observação participante (MATTOS, 2011).

Fazendo uma análise de sua etimologia, grafia vem do grego *graf(o)*, que significa escrever sobre; e etn(o) significa uma sociedade em particular: escrever sobre um tipo particular de sociedade. Assim, uma etnografia compreende o estudo, pela observação direta e por um período de tempo, das formas costumeiras de viver de um grupo particular de pessoas

[2] Os fundamentos da pedagogia libertadora têm como base a interpretação do processo educativo como um fenômeno emancipador partindo da interpretação da realidade próxima por parte do educando, o qual facilita o processo de aprendizagem. Desta forma, o processo educativo, se baseia no diálogo horizontal educador-educando, premindo que o sujeito não se encontra "vazio" ou desprovido de conhecimentos. Pelo contrário, valoriza os saberes populares, fruto da experiência de vida dos indivíduos e favorece seu empoderamento. Esse modelo Freiriano tem rompido modelos educativos tradicionais e estimulado indivíduos marginalizados e explorados a compreender seu lugar na sociedade e torná-los questionadores da mesma.

associadas ou organizadas especificamente numa unidade social representativa para estudo, seja ela formada por poucos ou muitos elementos (GUBER, 2001).

Na presente pesquisa, optou-se pela etnografia enquanto ferramenta metodológica pela proximidade e imersão que existe por parte do pesquisador na Comunidade estudada. Outro elemento que motivou e inspirou a realização de uma pesquisa de cunho etnográfico foi a leitura do livro "A morada da vida" (HEREDIA, 1979). Nessa obra a autora aborda as estratégias e práticas adotadas por camponeses nordestinos, marginais ao sistema de *plantation* açucareiro, para garantir sua soberania alimentar, aprofundando na flexibilidade entre produção, consumo e comercialização de produtos agrícolas.

Uma etnografia é, em primeiro lugar, "[...] *um argumento acerca de um problema teórico-social e cultural suscitado em torno a como é para os nativos de uma aldeia, de uma favela, de um laboratório ou de uma base espacial, viver e pensar do modo que o fazem*" (GUBER, 2001, p.111). Com respeito às características e aos caminhos para desenvolver uma pesquisa etnográfica, Malinowski (1976), uma das referências e pioneiro na definição do método etnográfico, apresenta uma análise baseada em três etapas que são necessárias para a pesquisa, a seguir:

> I. Primeiro Passo: o esqueleto. Consiste em apresentar a anatomia da cultura e descrever sua constituição social;
> II. Segundo Passo: a carne e o sangue. Consiste na observação e documentação dos fenômenos em sua plena realidade; e
> III. Terceiro Passo: o espírito. Implica em trazer e incorporar os pontos de vista, as opiniões e as palavras dos nativos.

Segundo o mesmo autor, o grande desafio de quem faz um trabalho etnográfico é a apresentação dos resultados da pesquisa de forma coerente. Ele insiste na importância da distinção com clareza e objetividade, por um lado, entre os dados obtidos mediante a observação direta e as declarações e as interpretações dos nativos e, por outro, as inferências do autor baseadas no bom senso e na intuição. Essa diferenciação dotaria a pesquisa de um valor científico irrefutável (MALINOWSKY, 1976).

1.3 As etapas da pesquisa: pesquisa bibliográfica, documental e de campo.

A investigação iniciou-se com uma *Pesquisa Bibliográfica e Documental*. Essa etapa permitiu realizar o recorte temático da pesquisa, tanto na escolha do tema quanto do problema de pesquisa. Segundo Brandão (2007), a pesquisa bibliográfica se torna uma etapa importante antes do trabalho de campo, pois ela permite a definição concreta do objeto de estudo, assim como uma sustentação do problema de pesquisa e da(s) hipótese(s). Além disto, a pesquisa bibliográfica foi útil para elaborar os roteiros de questões a serem realizadas durante as entrevistas semiestruturadas durante a *Pesquisa de Campo*.

O processo de pesquisa bibliográfica foi realizado no decorrer dos anos de 2018 e 2019, a partir do levantamento de informações secundárias, leituras de artigos científicos e teses obtidas dos repositórios institucionais de diversas universidades. O acervo bibliográfico que se constituiu na base teórica da pesquisa foi elaborado a partir das referências teóricas utilizadas nas disciplinas realizadas no Programa de Pós-Graduação em Agronegócio, no Programa de Pós-Graduação em Direito Agrário e no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Goiás (UFG). As reflexões teóricas também são resultado da participação em instâncias de debate, eventos acadêmicos e na participação no Grupo de Estudos sobre “Trabalho, Território e Políticas Publicas” (TRAPPU).

O processo de construção teórica esteve ancorado em dois eixos principais: 1) modo capitalista de produção no campo brasileiro; e 2) agricultura e campesinato. Na seleção dos referenciais, procurou-se escolher autores cuja formação provenha de diferentes áreas do conhecimento, buscando ter uma base interdisciplinar, com destaque para Geografia, Sociologia, Antropologia, Economia e Agronomia.

Resultado disso o segundo capítulo, onde se procura compreender os elementos característicos da organização da unidade familiar camponesa e sua reprodução social, tem referência em Brandão (1981), Woortmann (1997) e Woortmann (1990a; 1990b), sobre etnografias em contextos rurais; Chayanov (1979) a respeito do entendimento da constituição e da lógica econômica da unidade familiar camponesa; em Felipe (2001), Mendes (2008) e Sousa (2013) sobre a interpretação da Comunidade a partir da sua dimensão simbólica.

Foi necessário recorrer aos moradores mais antigos para recuperar a história das origens da Comunidade, já que as fontes secundárias são inexistentes. A maioria das informações obtidas provém de pessoas que ali moram nos últimos 60 anos, o que permitiu compreender as mudanças ocorridas no decorrer do tempo, esse atravessado pelo processo da modernização da agricultura brasileira.

Essa reconstrução não foi um processo fácil, devido às divergências existentes nas informações fornecidas pelas pessoas, principalmente no que diz respeito aos recortes temporais. Em linhas gerais, a partir da vivência etnográfica, foi possível distinguir a existência de três famílias principais como responsáveis pela conformação da Comunidade.

A pesquisa bibliográfica, documental e de campo possibilitaram analisar, no terceiro capítulo sobre as diferentes mudanças sócioespaciais provocadas pela expansão do modo capitalista de produção na agricultura, especificamente na região onde se desenvolveu o estudo, o Sudoeste de Goiás. Isto foi feito partindo de uma análise crítica dos efeitos provocados pelo avanço do capitalismo no campo e seus impactos sobre povos e comunidades tradicionais, ancorado na Tese do cercamento do campesinato goiano e da acumulação primitiva permanente de Silva (2018) e das contribuições teóricas de Martins (1981), Oliveira (1996) e Santos (1978), entre outros que subsidiaram as respectivas análises.

A respeito da *Pesquisa Documental*, foram utilizados dados provenientes das bases de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para conhecer a evolução temporal das principais culturas produzidas no Sudoeste de Goiás, que permitiram analisar a expansão do agronegócio nessa região, com maior ênfase no município de Palestina de Goiás. No entanto, também realizou-se análise de dados relativos a Caiapônia, devido à proximidade deste município com aComunidade e pela sua influência na dinâmica cotidiana das pessoas da Comunidade. A partir destes dados, foram construídas diferentes tabelas que são apresentadas ao longo do trabalho.

Para a investigação empírica foi realizada a *Pesquisa de Campo*. O trabalho de campo e as visitas às unidades de produção da Comunidade cumprem um papel central na pesquisa e para toda pesquisa de tipo etnográfica. Segundo Brandão (2007), o trabalho de campo implica mais do que uma visita na realidade pesquisada, sendo de fato uma vivência, uma relação produtora de conhecimento entre o pesquisador e as pessoas moradoras da Comunidade.

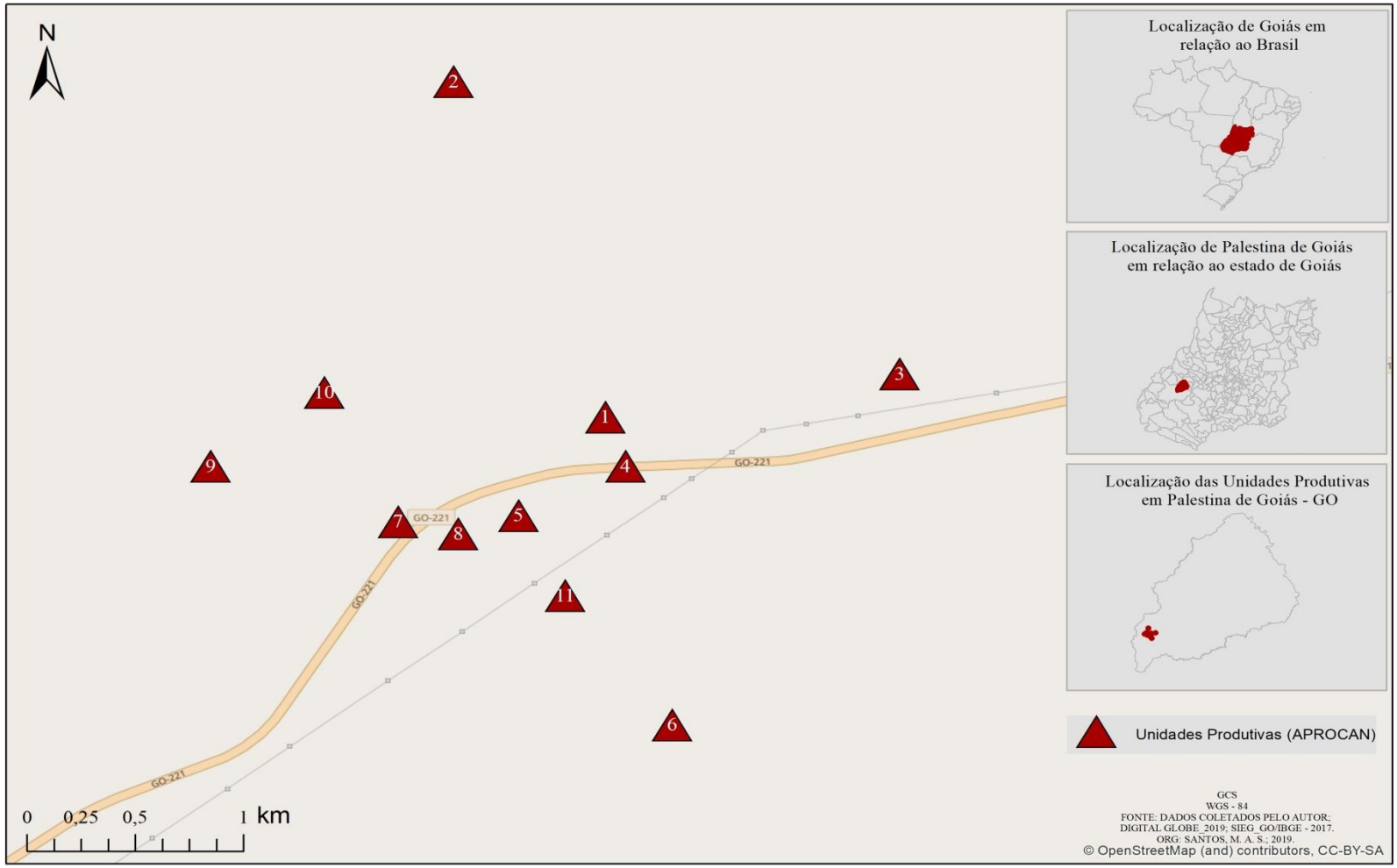
O universo da pesquisa se constituiu nas famílias da comunidade Cana Verde, localizada aproximadamente a 280 km da capital estadual (Goiânia), no município de Palestina de Goiás, distando a 15 km da cidade de Palestina de Goiás e 28 km da cidade de Caiapônia, com acesso pela rodovia GO-221 que une ambas as cidades.

Segundo a informação fornecida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) nos registros históricos municipais, Palestina de Goiás passou a distrito de Caiapônia em 19 de outubro de 1969, sendo que sua emancipação, enquanto município independente, se deu em 30 de dezembro de 1987, pela Lei Estadual nº 10.404. Segundo os dados do último Censo Demográfico (IBGE, 2010), a cidade possui 3.371 habitantes.

Como pode se observar no Mapa 1, as unidades familiares que constituíram o recorte da pesquisa da Comunidade se encontram dentro do município de Palestina de Goiás, em limites próximos do município de Caiapônia. Isto permite explicar um dos elementos identitários surgidos ao longo da pesquisa, já que os sitiantes da Comunidade têm se identificado como "*moradores da comunidade Cana Verde de Caiapônia*".

Mapa 1. Localização das Unidades Produtivas da amostra pesquisada (APROCAN).

UNIDADES PRODUTIVAS DA AMOSTRA (APROCAN)

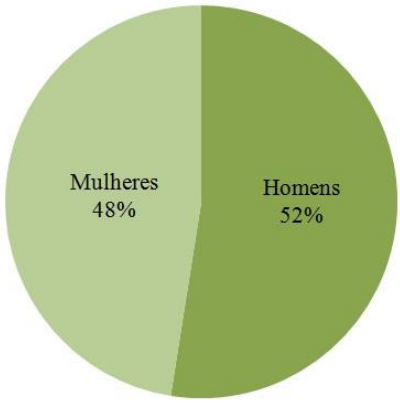


Fonte: Levantamento de campo. Org. Santos (2019).

A comunidade Cana Verde se encontra constituída, segundo a informação dos moradores, por aproximadamente 30 famílias. Porém, o recorte da pesquisa esteve limitado às 14 famílias que compõem a Associação dos Pequenos Produtores da Cana Verde (APROCAN). Somente uma das famílias incluídas no recorte não é pertencente à APROCAN e sua inclusão na pesquisa foi devido à sua vontade em compor o estudo e, também, por estar em vias de se associar à APROCAN.

Quanto à sua composição, pode se afirmar que existe um equilíbrio no número de homens e mulheres no universo pesquisado, baseada na quantificação realizada durante as entrevistas e expressa no gráfico 1.

Gráfico 1. Composição da amostra pesquisada.



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados de campo (2019).

As famílias que foram incluídas no recorte da pesquisa e entrevistadas possuem entre elas laços de parentesco por serem descendentes diretos de segunda, terceira e até quarta geração das primeiras famílias que se estabeleceram na região da Comunidade. A idade das pessoas entrevistadas se encontra na faixa entre 32 a 83 anos. Os jovens menores de 18 anos não foram entrevistados devido às restrições do Comitê de Ética em Pesquisa (CEE) da UFG. Destaca-se que não foram registradas, no momento da pesquisa de campo, moradores com idade entre 22 até 32 anos de idade morando na Comunidade.

Para melhor compreensão do recorte pesquisado, enumeram-se na tabela 1 as características das unidades familiares pesquisadas. Foi escolhida a numeração para distinguir as famílias e preservar sua identidade. Cabe destacar que se optou pela identificação das “unidades de produção” no lugar de “família”, já que, existem casos (ex UP-1) de mais de

uma família que trabalham em uma mesma unidade de produção, embora não exista moradia compartilhada.

Tabela 1. Características e composição das Unidades Familiares que conformaram o recorte da pesquisa.

Unidade de Produção	Número de Famílias	Número de Pessoas	Área produtiva (hectares)
1	3	13	12 hectares
2	2	6	5,8 hectares
3	1	2	87,12 hectares
4	1	2	14,52 hectares
5	1	4	58,08 hectares
6	1	4	154,88 hectares
7	1	2	14,5 hectares
8	1	4	24,2 hectares
9	1	2	128,2 hectares
10	1	2	50 hectares
11	1	5	35 hectares
Unidades Produtivas Totais	Famílias Totais	Pessoas Totais	
11	14	46	

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados de campo (2019).

Como mencionado, a etnografia tem como característica distintiva a imersão no mundo das pessoas que fazem parte da pesquisa. Por isto, resultou importante realizar várias visitas à Comunidade que permitiram uma verdadeira interação com os (e as) moradores (as). O cronograma das visitas pode ser visualizado no seguinte quadro (Quadro 1).

Quadro 1. Cronograma de viagens e atividades.

Dias da viagem	Atividades
7 – 16 de março de 2019	Pesquisa Exploratória
28 de março – 2 de abril de 2019	
10 – 26 de maio de 2019	Realização de entrevistas semiestruturadas (caracterização da Comunidade e da APROCAN)
13 – 18 de junho de 2019	

Fonte: Elaborado pelo autor.

O período de levantamento de informações primárias (pesquisa exploratória e entrevistas semiestruturadas) esteve restrito às datas apontadas no quadro anterior, porém a pesquisa não pode ser reduzida a este período, pois o contato com as famílias e as relações pesquisador-Comunidade começaram antes, conforme o apontado no primeiro tópico do presente capítulo. A pesquisa, em sua integralidade, foi realizada no período de 2018 a 2019, totalizando 15 viagens de campo com uma permanência de 81 dias na Comunidade, tempo relevante para a realização de uma pesquisa baseada na etnografia enquanto metodologia central.

Para chegar à Comunidade, foi utilizado o sistema de transporte público desde a cidade de Goiânia até o município de Iporá. Geralmente, para realizar o trabalho de campo e as visitas, combinava-se previamente com as famílias que às quintas-feira nos encontraríamos na “feira coberta” dessa cidade e, depois de finalizada a feira, iríamos juntos para a Comunidade.

Durante as viagens de campo, houve possibilidade de participar de diferentes atividades com as famílias em seus sítios, conhecendo a organização interna das unidades de produção. Destacam-se como importantes as práticas produtivas e de trabalho com a terra, a participação nas feiras locais nos quais são comercializados os alimentos produzidos e as festas religiosas realizadas pelos moradores. Essas atividades foram fundamentais para interagir com as famílias, de forma externa à relação da pesquisa, estabelecendo um vínculo mais estreito entre o pesquisador e os sujeitos participantes.

A primeira instância de trabalho (cf. Quadro 1), no contexto do levantamento de dados primários, aconteceu entre os dias 7 e 16 de março de 2019. Nessa viagem de campo, foram realizadas visitas em 5 unidades de produção de 8 famílias que conformam a APROCAN. O restante das famílias que conformaram o universo de estudo da pesquisa foram visitadas e

entrevistadas nas viagens posteriores. Nesta ocasião, foi priorizado o intercâmbio e o conhecimento das famílias com as quais ainda se tinha tanta proximidade. Também foram estabelecidas as pautas de trabalho, apresentando às famílias, de forma direta e compreensível, as intenções da pesquisa e seus objetivos. Muitas entrevistas foram realizadas no decorrer de alguma atividade da família: ao mesmo tempo em que falávamos da pesquisa estávamos trabalhando junto ao grupo familiar.

Logo na primeira incursão ao campo, observou-se que as problemáticas presentes na Comunidade estavam muito além do nosso problema proposto na primeira versão do Projeto de Pesquisa. As problemáticas derivadas do avanço do agronegócio na região redirecionaramo tema e o problema de pesquisa, rumo ao estudo das estratégias de reprodução social do campesinato. Nesse sentido, concorda-se com Brandão (2007) sobre a potencialidade do trabalho de campo enquanto instância modificadora da metodologia proposta numa pesquisa.

Foi somente na terceira visita (cf. Quadro 1), realizada durante os dias 10 a 26 de maio de 2019, que as entrevistas semiestruturadas foram realizadas. Dessa forma, as conclusões e as entrevistas definitivas foram realizadas em visitas posteriores.

As entrevistas foram realizadasnos grupos familiares, ou seja, não individualmente com membros particulares de cada família, mas com os constituintes dela, maiores de dezoito anos. Optou-se por essa modalidade de entrevista já que consideramos que ela seria importante para resgatar a fala e opinião das mulheres, o que de outra forma seria difícil, pelas características patriarcais predominantes no universo camponês (CARNEIRO, 2001; SILIPRIANDI; CINTRÃO, 2015). Isto foi adotado em cada uma das unidades visitadas, procurando não obter unicamente a opinião do “chefe de família” como principal interlocutor e valorizar as opiniões e vivências das mulheres da Comunidade. Como será analisado posteriormente, a mulher cumpre um papel fundamental nas unidades produtivas e na organização do trabalho. Porém, apesar dessa escolha metodológica, esse objetivo nem sempre foi possível de ser cumprido.

Optou-se pela realização de entrevistas apenas após um tempo depois da chegada à Comunidade, no intuito de gerar confiança com as famílias entrevistadas, aspecto denominado por Brandão (2007) como “período de contaminação”, no qual se procurou não entrardiretamente numa relação de pesquisa, no intuito de não invadir o mundo das pessoas com uma atitude imediata de indagação, tirando fotos, ou com interrogatórios através de perguntas do roteiro.

Cada entrevista foi realizada com um roteiro específico[3] que serviu de base para orientar o diálogo, porém optou-se pela flexibilidade nas conversas, não usando entrevistas estruturadas e roteiros rígidos. Ao longo da dissertação, são apresentados depoimentos representativos para o tema da pesquisa. Tais testemunhos oferecidos pelas pessoas entrevistadas foram transcritos de forma textual, sem modificação nenhuma, procurando respeitar a totalidade de seu conteúdo, já que com as suas falas os sujeitos representam uma pronúncia característica do seu grupo social, com a qual recebem aprovação dos seus pares (WHITAKER, 1995).

Outra característica importante levantada ao longo da pesquisa é o aspecto identitário dos sujeitos entrevistados. Neste sentido, os moradores da comunidade Cana Verde têm se autodeterminado de diversas formas, fazendo uso de categorias que compõem os diversos sujeitos do campo brasileiro: se identificaram como agricultores e agricultoras familiares, pequenos produtores, como produtores e produtoras de leite e até como lavradores. Ao longo do texto, isto é devidamente incorporado nos depoimentos recuperados das entrevistas que servem como recurso analítico para nosso tema de estudo. Nesse sentido, cada um dos entrevistados é identificado tomando como base a forma em que cada um dos sujeitos se autodenomina, segundo o que foi informado por cada um (a) deles (as). Contudo, a identidade dos entrevistados permanece preservada enquanto aspecto ético da pesquisa, ou apresentando seus nomes de forma abreviada.

Além das entrevistas semi-estruturadas, foi utilizada como técnica de análise complementar a observação participante. Cada elemento considerado de importância para compreender as relações sociais e produtivas existentes na Comunidade foi analisadoe anotado no caderno de campo no final de cada dia. No caderno de campo, foram anotadas reflexões ou observações realizadas no dia-a-dia da vivência na Comunidade, que serviram àpesquisa e à análise dos resultados. Essa técnica permitiu complementar os elementos apontados pelas famílias durante as entrevistas.

A observação enquanto técnica analítica permite ao pesquisador estabelecer contato e proximidade com ossujeitos e os fenômenos em estudo. Porém, observar não significa simplesmente olhar (TRIVIÑOS, 1987). É preciso absorver o que está além da aparência e captar os detalhes mais sutis que se apresentam. A capacidade de olhar diferentemente um determinado objeto/sujeito/fenômeno está dado por nosso referencial teórico e nossas

[3] Conferir Apêndices A e B.

experiências de vida individuais e coletivas, ou como diz Frei Betto "*a cabeça pensa onde os pés pisam*".

Segundo Thiollent (1984), a observação participante caracteriza-se pela imersão do pesquisador dentro do grupo pesquisado, de modo a reduzir a estranheza recíproca. Isso permite, ao mesmo tempo, compartilhar e analisar os papeis e os hábitos dos grupos observados para observar fatos, situações e comportamentos que não ocorreriam ou que seriam alterados em presença de estranhos. Consequentemente, Guber (2001) acrescenta que essa técnica se encontra composta por dois fatores: a observação e a participação. A conjunção desses dois fatores é o que gera a especificidade dessa técnica, pois a "observação" como fato isolado coloca o pesquisador como um elemento de fora, como um espectador. É o caráter participante que permite a obtenção dos elementos mais ricos da pesquisa, pois a "participação" implica "estar dentro" da Comunidade estudada, se desempenhar como os nativos, se vinculando com certas atividades importantes ao grupo social. A participação dá ênfase à experiência vivida pelo pesquisador na Comunidade analisada.

Cabe destacar que, nesta pesquisa, a intervenção do autor na Comunidade não se deu somente em caráter de pesquisador, mas também enquanto técnico e extensionista, cumprindo uma função de acompanhamento às famílias. Destaca-se como aspecto positivo o fato de que a interação ocorreuem um contexto onde a troca de conhecimentos se deu a partir do trabalho e em função de uma problemática particular trazida pelas próprias famílias. Isso permite, por outro lado, gerar uma ruptura da visão que as famílias têm do agrônomo convencional e hegemônico, pois pegar uma pá para trabalhar, uma enxada para capinar, um facão para cortar cana com os agricultores, são ações que geram momentos de intercâmbio muito ricos que permitem compreender a visão de mundo e a realidade próxima das pessoas do campo.

O trabalho, nesse sentido, atua como catalisador de espaços de diálogo e igualdade, fortalecendo os laços entre pesquisador e Comunidade, além de reduzir a distância entre os "intelectuais" e o povo. Nesse sentido, resgata-se o legado do "Che" Guevara, para quem durante o processo de formação de consciência, a força de trabalho deixa de ser uma mercadoria e o trabalho adquire objetivamente o conteúdo de relações de ajuda mútua e companheirismo. Assim, começa-se a realizar não somente o interesse individual, mas também o coletivo e o social (GUEVARA, 2012, p. 268).

Outro fato importante que merece ser levantado é o fato de o pesquisador ser estrangeiro e de um país (Argentina) que não tem o português como língua mãe, aspecto claramente percebido pelos moradores pelo sotaque. Esse fato não é isolado, pois contribuiu para o estabelecimento de relações cordiais com os membros da Comunidade, que sentiram

curiosidade pela presença de um estrangeiro. Muitas pessoas também problematizaram o porquê de um agrônomo jovem e estrangeiro se mostrar interessado em estudar a história e a forma de vida dos moradores da Comunidade.

Por isso, a apresentação sempre era a mais direta e aberta possível, indicando que era Engenheiro Agrônomo, pesquisador da Escola de Agronomia da Universidade Federal de Goiás (UFG) e indicava que a intenção da pesquisa era estudar a história, a forma de vida da Comunidade e a produção de alimentos das famílias. Ao mesmo tempo, foi oferecido apoio técnico aos processos produtivos.

Além da realização das visitas em cada uma das unidades, sempre existiram convites para almoçar ou tomar café na casa das famílias, onde as conversas fluíam em uma troca cultural, possível de apreender sobre a história e a forma de vida dos (e das) camponeses (as) da Comunidade. As famílias, de igual forma, demostravam interesse sobre características típicas da Argentina, especificamente relacionadas à produção agropecuária desse país ,também, à "*classe política*". As crianças também se mostravam curiosas perguntando: "*porque esse senhor fala diferente?*".

Após a Pesquisa de Campo, os elementos observados e as informações primárias produzidas foram complementados com a informação levantada durante a pesquisa bibliográfica e documental. Essas duas fontes de informação combinadas constituem o volume total de informações produzidas e apresentadas ao longo da pesquisa.

1.4 Agricultura e campesinato

O presente tópico é uma introdução teórica a fim de fornecer elementos que permitam compreender as análises realizadas nos seguintes capítulos. Parte-se da caracterização da agricultura camponesa e sua lógica de organização em contraposição à lógica de organização da agricultura capitalista.

Atualmente, o uso da categoria do campesinato e/ou de agricultura familiar está relacionado ao paradigma e às posições políticas dos (as) pesquisadores (as). Aqui estabelecemos uma posição teórica e política, optando-se pela teoria do campesinato e da questão agrária como ponto de partida. Parte-se deste debate abordando as diferentes vertentes de pensamento para estabelecer o posicionamento em relação ao uso do campesinato enquanto categoria analítica, em detrimento de outros conceitos como "Agricultura Familiar", de recente existência no Brasil e em vários países de América Latina.

Os camponeses configuram-se como sujeitos que representam as práticas produtivas e culturais realizadas por homens e mulheres desde tempos imemoriais (MAZOYER; ROUDART, 2006). Desde nossa concepção, o campesinato não é um conceito criado pela academia, nem criado pelos cientistas. Muito pelo contrário, representa um sujeito histórico, mais antigo que o feudalismo e mais antigo que o capitalismo.

Do ponto de vista acadêmico, no Brasil[4] o conceito de campesinato vem sendo utilizado desde a década de 1950 pelas Ciências Sociais, já que anteriormente estes sujeitos eram denominados, segundo sua região de procedência, como "caipiras", "caboclos" ou "colonos". Esse termo começou a ser utilizado devido ao surgimento das Ligas Camponesas, impulsionadas pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) no Nordeste, enquanto processos organizativos de camponeses e camponesas que demandavam acesso à terra através da Reforma Agrária (MARQUES, 2011).

Para Shanin (2008), ser camponês antes de tudo é se corresponder a um modo de vida, a uma socialização e a uma classe social, de escasso caráter de classe. O camponês, enquanto sujeito, se caracteriza por uma série de elementos, como o cultivo da terra, a centralidade da família e a unidade de produção. Porém, a presença ou ausência de algum desses elementos não é fator suficiente para determinar ou rejeitar "a campesinidade", pois, segundo o mesmo autor, esses parâmetros não devem ser tomados como algo sólido, mas como modelo geral dos aspectos observados nas sociedades camponesas ao longo da história. A realidade em definitiva sempre resulta mais rica e complexa que os modelos criados academicamente.

A respeito da organização, a família se constitui na unidade básica de propriedade, produção, consumo e vida social camponesa, sendo um todo indivisível. Falar de campesinato significa falar de terra, trabalho, família como categorias centrais no mundo destes sujeitos. Essas categorias determinam seus valores como a morale a liberdade, dando ao campesinato uma sociabilidade completa, responsável pela autonomia (relativa) dos mercados (ALMEIDA, 2006; WOORTMANN, 1990).

Diferentemente do que alguns autores apontam, a agricultura camponesa, ainda que inserida no sistema capitalista, possui características próprias que a diferenciam da lógica de produção capitalista. Na lógica econômica camponesa, o processo produtivo gira em torno da venda de mercadorias para a obtenção de dinheiro, que é utilizado pela economia familiar para obter outras mercadorias (M – D – M), muitas das quais não são produzidas na unidade

[4] Para analisar a evolução conceitual do campesinato do ponto de vista acadêmico em outros países da América Latina, ver Giarraca (2017) para o caso argentino e Bartra (2011) para a situação mexicana.

produtiva familiar para satisfazer suas necessidades. Dessa forma, estamos diante de uma economia que “vende para comprar”.

Em contraposição, a economia capitalista ou a empresa agropecuária tem como base de seu funcionamento o investimento de dinheiro para obter mercadorias (ex. grãos, carne, frutas, etc.) que são comercializadas com o objetivo de obter um retorno econômico superior ao investimento feito (D – M – D’), garantindo assim a reprodução ampliada do capital.

Para aprofundar o debate teórico sobre o campesinato, analisam-se as correntes de pensamento que, através de diferentes interpretações, projetaram diferentes destinos para o campesinato diante a expansão do capitalismo no campo. A partir do estudo de alguns referenciais, identificaram-se, em linhas gerais, três teorias ou correntes de pensamento. Deve-se considerar que cada uma dessas análises se encontra condicionada pelas características históricas e contextuaisem que se encontravam cada um dos autores. De forma simplificada, as correntes teóricas identificadas são:

– Corrente do “Fim do Campesinato”:

Serão analisados, nessa corrente, os trabalhos de Kautsky (1986) e Lênin (1985), analisando de forma resumida os postulados destes autores. Os autores dessa corrente, ainda que com perspectivas diferentes apontam que o campesinato, com a expansão das relações capitalistas de produção no campo, estariam condenados à sua desaparição.

A obra de Kautsky (1986), denominada “A questão agrária”, cujo estudo foi realizado no contexto da Alemanha Socialdemocrata no ano 1899. O autor analisa os efeitos da expansão do capitalismo sobre a agricultura camponesa naquele país. Essa expansão se deu a partir da intensificação da relação campo-cidade, fruto da crescente industrialização da agricultura.

Da análise do autor, é possível extrair a conclusão de que na sociedade capitalista, a qual separou o camponês dos meios de produção, estes sujeitos não teriam lugar, pois estariam condenados à sua desaparição pela superioridade técnica das grandes propriedades capitalistas. Com isso, duas possibilidades caberiam a estes sujeitos: serem destinados à sua proletarização, oferecendo sua força de trabalho nas grandes propriedades; ou migrarem para as cidades para vender sua força de trabalho.

Lênin (1985), por sua parte, elabora sua teoria analisando um processo de diferenciação social do campesinato no contexto do desenvolvimento do capitalismo no campo, na Rússia. Diante esse contexto, reflete sobre os processos de diferenciação pelos quais passariam os camponeses diante daexpansão das relações capitalistas de produção no

campo. Tal diferenciação consistiria na fragmentação do campesinato em três estratos: camponeses ricos, camponeses médios e camponeses pobres, tendo como resultado a desintegração do campesinato.

Os camponeses ricos seriam aqueles com grandes possibilidades de se tornarem capitalistas, cuja sua produção permite gerar renda suficiente para expandir sua exploração e acumular capital. Os camponeses médios, por outro lado, seriam os com retorno suficiente para manter o seu estabelecimento e atender as demandas de sua família, podendo ou não empregar mão-de-obra assalariada em determinadas circunstâncias. Este grupo vive em uma situação de instabilidade constante, que pode torná-lo camponês rico ou pobre. Finalmente, os camponeses pobres são aqueles que não têm retorno suficiente das atividades que realizam no estabelecimento, pelo qual são obrigados a buscar outras formas de trabalho para complementar a demandasdo núcleo familiar.

Diante esse panorama apontado por Lênin (1985), o campesinato não teria lugar na sociedade capitalista, tendo como opção a proletarização ou a transformação em empresário rural. Desta forma, o autor, motivado pelos desejos revolucionários, eliminou os camponeses do desenvolvimento histórico.

– Corrente da “Metamorfose do Campesinato”:

Já na segunda vertente teórica, analisa-se o trabalho de Ricardo Abramovay (1992), que afirma que o sucesso da agricultura nos países capitalistas desenvolvidos se deu pela intervenção do Estado na formulação de políticas públicas de fixação de preços, de investimentos e na modernização da agricultura.

Neste contexto, ele estabelece o conceito de agricultor familiar para distinguir os sujeitos que sofreram a metamorfose de camponês para agricultores familiares ou, como ele os define, “agricultores profissionais”. O autor aponta como fator determinante neste processo a integração dos agricultores nos mercados em contraposição com a inserção parcial em mercados imperfeitos, característica que seria própria do campesinato. Aqueles camponeses que não se integrarem estariam condenados à desaparição no contexto capitalista.

Os camponeses são apresentados pelo autor como o sujeito mais arcaico e atrasado do campo, acrescentando ainda que, desde sua visão teórica, a racionalidade econômica destes sujeitos seria essencialmente incompleta, pois o campesinato não é um tipo econômico, mas um modo de vida no qual ocorre a personalização dos vínculos sociais. Este autor reduz o campesinato ao viés econômico, desconsiderando a sociabilidade, as relações de reciprocidade, de ajuda mútua, os saberes hereditários e a racionalidade camponesa.

Abramovay (1992) também desconsidera o *habitus* de classe do campesinato, sustentado na tríade terra-família-trabalho.

Da forma estabelecida pelo autor, o campesinato seria visto como um obstáculo para o desenvolvimento do capitalismo no campo, sendo necessária a sua integração aos mercados e como fornecedor de matérias-primas à indústria. Essa posição de Abramovay é também compartilhada por outros intelectuais do Brasil (BUAINAIN *et al*, 2013), que consideram essa via como a mais importante para o desenvolvimento rural no país.

A tese de Abramovay se constituiu num paradigma que fundou as bases para o desenho de políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil. Desde seu surgimento na década de 1990, tais políticas têm sido baseadas nessa lógica e sendo impulsionadas por organismos de financiamento internacional como o Banco Mundial (MONTENEGRO GÓMEZ, 2006). Têm surgido, assim, políticas públicas como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), com diversas linhas de crédito para a aquisição de insumos, infraestrutura e serviços para os diferentes e divergentes sujeitos que conformaram essa categoria social.

O Brasil, por se tratar de um dos primeiros países de América Latinaa iniciar o debate a respeito da importância da Agricultura Familiar, atuou como catalisador para transformações institucionais e a implementação de políticas semelhantes em outros países a partir de sua intervenção no MERCOSUL (MANZANAL; SCHNEIDER, 2011; GRISA; SCHNEIDER, 2015). Nesse aspecto, concorda-se com Fernandes (2015), que interpreta a "Agricultura Familiar" como resultado de um projeto político para integrar o camponês, enquanto sujeito, às cadeias produtivas do agronegócio. A consequência é a especialização em determinados segmentos da agroindústria, aspecto que coloca o camponês dependente do mercado de insumos, além de contribuir com a desaparição de sua história de luta e de sua diversidade cultural.

Neste sentido, as políticas públicas de desenvolvimento rural adotadas no Brasil tiveram um papel fundamental nesse processo, procurando a integração da agricultura camponesa no modo de produção capitalista (FERNANDES, 2015).

Nossa posição não é contrária a respeito das políticas públicas. Muito pelo contrário, elas se constituem como um elemento fundamental para garantir a reprodução social do campesinato, gerando condições importantes para a permanência de muitas famílias no campo. O foco do debate é como elas são formuladas e também a favor de quais interesses, ou seja, se elas se tratam de políticas públicas de subordinação da agricultura camponesa ao

agronegócio, como as predominantes no Brasil, ou políticas públicas emancipatórias a favor desses sujeitos do campo (FERNANDES, 2015).

Segundo essa lógica, os pequenos agricultores empobrecidos seriam os camponeses e os remediados (ou capitalizados) seriam agricultores familiares. Os primeiros seriam atrasados, enquanto os segundos seriam os modernos, segundo a perspectiva de Abramovay (1992). Desse modo, o empobrecimento e a capitalização dos camponeses não aparecem como resultados da desigualdade gerada pela renda capitalizada da terra, mas como diferentes tipos de organização do trabalho. Carvalho (2005, p. 25), em concordância com Fernandes (2015), afirma que:

> Esse processo de transformação do sujeito camponês em sujeito agricultor familiar sugere também uma mudança ideológica. O camponês metamorfoseado em agricultor familiar perde a sua história de resistência, fruto de sua pertinácia, e se torna um sujeito conformado com o processo de transformação que passa a ser um processo natural do capitalismo (CARVALHO, 2005, p. 25).

A utilização do termo “Agricultura Familiar” enquanto conceito de síntese foi utilizado massivamente e sem muitas críticas por diversos setores, tanto na academia quanto por parte do Estado, e também por parte de organizações sindicais e movimentos sociais do campo. Muitos agricultores passaram a se denominar assim, também pela influência das políticas públicas predominantes (como o PRONAF), que enquadraram de forma homogênea a grande diversidade de sujeitos que compõem o Brasil rural (MARQUES, 2011). Este conceito abrangente tem sido amplamente utilizado e difundido principalmente para distinguir os sujeitos do campo que seriam alvo das políticas públicas de desenvolvimento rural.

Continuando na mesma corrente teórica, o trabalho de Lamarche (1998) teve como preocupação central privilegiar o conceito de exploração familiar em detrimento da unidade familiar camponesa. Na sua compreensão, esse conceito evoca o passado e um modelo de “subsistência” ou um resíduo feudal. O autor compara as características das unidades familiares existentes em países como França, Canadá, Polônia, Tunísia e o Brasil. A pesquisa internacional demonstrou que a agricultura familiar moderna poderia corresponder melhor e se adaptar às novas exigências de produção desenvolvendo suas potencialidades, como nas sociedades capitalistas avançadas (Canadá e França).

No caso do Brasil, ele destaca a presença em coexistência de dois modelos de Agricultura Familiar, representados por um lado pela “Agricultura Familiar Moderna” (característica na região Sul do país) e pela “Agricultura Camponesa ou de Subsistência” (observada na região Nordeste do país). Nesta perspectiva, o termo subsistência empregado

pelo autor indicaria uma condição de vida inferior às necessárias para a existência, aspecto que reduz o campesinato novamente ao viés econômico, eliminando as múltiplas dimensões que permeiam o modo de vida destes sujeitos, ao tempo que o coloca como pobre e atrasado.

De forma geral, os autores das duas primeiras vertentes de pensamento analisadas centram seu foco e chegam a uma mesma conclusão, mas trazendo discussões diferentes. O ponto central em ambas é que o campesinato na sociedade capitalista não teria lugar e sua tendência é a desaparição. Contudo, o debate diferencial é a forma como esse processo vai acontecer e com qual intensidade. Diante disso, parece que Abramovay está mais próximo de Lênin do que ele imagina, apesar de que se apresenta como crítico deste.

– Corrente do "Fim do Fim do Campesinato":

Apesar dos debates anteriores, é possível observar uma terceira posição levantada por alguns autores importantes. Essa terceira linha, com a qual coincidimos, que defende a permanência do campesinato no capitalismo atual. Isto é analisado desde duas perspectivas: por um lado, devido às características do modo capitalista de produção; por outro lado, pelas características inerentes ao campesinato.

Na primeira perspectiva, autores como Martins (1981), Oliveira (1996) e Fernandes (2004) afirmam que os efeitos do modo capitalista de produção no campo devem ser analisados de forma dialética. Ainda que exista uma apropriação da riqueza produzida pelo trabalho familiar pelo capital, é fato que o capital, ao se apropriar da riqueza produzida pelo trabalho familiar camponês por meio da renda capitalizada da terra, gera a diferenciação e a destruição do campesinato. Contudo, igualmente é fato que ao capital interessa a continuação desse processo para o seu próprio desenvolvimento. Em diferentes condições, a apropriação da renda capitalizada da terra é mais interessante ao capital do que o assalariamento. Dessa forma é que esses autores analisam o campesinato como um elemento "de dentro" do sistema capitalista e não "de fora ou autônomo" e é nesse contexto que esses sujeitos garantem sua reprodução social.

Assim, é interesse do capital manter a continuidade desse processo, estabelecendo certas condições que permitam a reprodução camponesa, que também são favoráveis ao seu processo de acumulação e reprodução ampliada, como o arrendamento ou a venda de terras. A recriação pelo campesinato, segundo esta perspectiva, pode ser facilitada pela luta pela terra, através de ocupações de terra e, também, da existência de políticas concretas de reforma agrária.

Com respeito à segunda perspectiva, existem teóricos que defendem a permanência do campesinato graças às estratégias que têm sido desenvolvidas por esses sujeitos para resistir aos embates do sistema capitalista. Os autores desta linha defendem o processo de recampesinização, caracterizado pelo resgate da identidade camponesa, como jeito próprio de fazer agricultura. Defendem a permanência do campesinato, apesar do constante assédio de acadêmicos que insistentemente o condenam à sua desaparição e reconhecem o processo de recriação do campesinato no seu fazer de classe, a partir de sua resistência e luta pela terra.

Nessa perspectiva, Bartra (2011) defende a teoria de que o camponês, nas suas diversas formas de interagir com a natureza, tem se tornando dono de um polimorfismo perverso, uma espécie de anomalia, que serve como mecanismo para se livrar da asfixia do sistema capitalista que constantemente procura tirá-lo de seus meios de produção, garantindo sua autonomia relativa. À medida que se desenvolvem, o campesinato e o capital vão produzindo territórios distintos com suas respectivas lógicas. Nesta disputa territorial, o camponês ocupa terras, modificando as relações sociais no campo, construindo novos caminhos e criando seu próprio discurso.

Do ponto de vista histórico, o campesinato latino-americano tem se conformado com características próprias e diferentes às do campesinato europeu, sobre o qual abundam os trabalhos acadêmicos. Ele é resultado da exploração colonial europeia e da mestiçagem, se constituindo como *campesindios* (BARTRA, 2010). No caso específico do campesinato brasileiro, suas raízes históricas se constroema partir da chegada às sombras dos portugueses pobres que foram excluídos de participação nas estruturas de poder e recriados como marginais ao latifúndio escravista e à periferia do capitalismo (MEDEIROS, 2015).

A realidade é que os camponeses, ainda hoje, no sistema capitalista, existem e têm feito uso das mais inúmeras estratégias para se reproduzir socialmente[5], para permanecer na terra vivendo e produzindo. Entende-se a reprodução social como um processo que passa pela reposição das condições objetivas e subjetivas de existência de uma sociedade ou segmento social. Ele implica na reprodução de um determinado modo de vida e dos vínculos, valores e crenças a ele relacionados, envolvendo questões de caráter social, econômico, políticoe cultural.

Oliveira (1986), analisando os mecanismos de reprodução do camponês, distingue dois tipos de reprodução campesina: a reprodução simples e a reprodução ampliada, possuindo

[5]A reprodução de um grupo social é definida a partir de um conjunto de estratégias adotadas pelos seus diferentes agentes de acordo com o contexto com o qual se deparam e o capital simbólico e material por eles acumulados ao longo de suas trajetórias de vida (BOURDIEU, 2006).

ambas análises temporais diferentes. Por um lado, a primeira se reduz unicamente ao ciclo agrícola de uma determinada unidade de produção-consumo familiar e a forma comque a família consegue repor os meios de produção e a força de trabalho para a repetição dessa atividade. Por outro lado, a reprodução ampliada se daria quando o camponês possui uma situação tal que pode acumular capital e dessa forma garantir aos filhos a possibilidade de se reproduzirem enquanto camponeses.

O camponês se reproduz e se recria de diferentes formas, muitas delas não segundo a lógica capitalista. Existem vários exemplos de sujeitos que têm adotado formas de reprodução que implicam aspectos de reproduçãomaterial, ou seja, simples ou ampliada, ou imateriais (ou simbólicas) que representam a reprodução da campesinidade (WOORTMANN, 1990), ou seja, os elementos característicos de seu modo de vida e suas práticas culturais.

Em outras palavras, o camponês, enquanto sujeito, não se reproduz unicamente a ele mesmo, mas também reproduz o seu modo de vida. Para isso, ele desenvolve tecnologias próprias, como as de base agroecológica, dissemina sua cultura através das festas populares e da religiosidade, migra para conseguir lugares commelhores condições para o bem-estar do grupo familiar (sua base fundamental), guarda sementes crioulas e outros recursos genéticos ou se organiza e desenvolve redes de comercialização alternativas ou solidárias.

Do ponto de vista quantitativo, os camponeses são os sujeitos mais representativos no meio rural no mundo inteiro[6], sendo atores-chave na produção de alimentos. A África, na atualidade, conta com 33 milhões de pequenas unidades agrícolas, das quais 80% se encontram sob manejo de camponeses e camponesas que praticam agricultura de baixos insumos, produzindo grande diversidade de alimentos tradicionais. Por sua parte, na China estariam mais da metade das unidades de produção camponesa do mundo (ALTIERI, 2010). Na América Latina, a agricultura camponesa conforma 81% das explorações agrícolas[7] e fornece em média 65% da produção nacional de alimentos, ocupando somente entre 15% e 65% das terras produtivas, segundo as diferentes realidades de cada país (LEPORATTI *et al*, 2014).

---

[6] Cabe destacar que nos dados utilizados em grande parte dos censos do mundo, a categoria analisada e quantificada é a denominada “Agricultura Familiar”, o que significa dizer que os dados que permitem mensurar realmente o número de camponeses são inexistentes. Na categoria “Agricultura Familiar”,estariam incluídos os sujeitos reconhecidos como camponeses, mas também outros sujeitos que distam bastante dessa categoria, mas que mantêm a base familiar na gestão da produção. Diante da falta de dados reais, situação que merece uma crítica, usa-se os dados que se tem à disposição.

[7] Existe uma grande variabilidade a respeito, pois existem países com uma forte presença de agricultura familiar camponesa (Honduras (97%), Suriname (99%), Brasil (84%), Chile (92%)) e outros onde essa presença é mais reduzida (Uruguai (46%) e Argentina (65%)) (LEPORATTI *et al*, 2014).

Com as questões apresentadasnesse tópico, procurou-se fornecer elementos teóricos para compreender as discussões presentes nos capítulos posteriores,que expressa nosso olhar sobre o campo a partir da teoria do campesinato, o modo de vida camponês (objetivo do segundo capítulo), sua relação com o agronegócio (objetivo do terceiro capítulo) e suas estratégias de reprodução social (foco da pesquisa).

Ao mesmo tempo, pretende-se analisar o campesinato, fortalecê-lo do ponto de vista político e ideológico, assim como contribuir com o seu esclarecimento conceitual, defendendo a permanência e a existência desses sujeitos no capitalismo atual, cumprindo um papel na produção de alimentos e no desenvolvimento local, assim como disseminadores dos elementos culturais e das tradições mais importantes de nossos povos, tanto na América Latina quanto no mundo inteiro.

2 COMUNIDADE CANA VERDE: tempos e espaços de vida e de trabalho

En la Tierra hacen falta personas
que trabajen más y critiquen menos,
que construyan más y destruyan menos,
que prometan menos y resuelvan más,
que esperen recibir menos y dar más,
que digan mejor ahora que mañana

Ernesto “Che” Guevara

No presente capítulo, apresentam-se os sujeitos da pesquisa: a comunidade Cana Verde e seus moradores.

Apresenta-se a história da Comunidade e é realizada uma caracterização da mesma, a partir do levantamento de dados durante os trabalhos de campo e as vivências com os moradores. Os trabalhos prévios sobre essa Comunidade são inexistentes, fazendo com que a (re)construção da história da Comunidade se fizesse a partir das falase das vozes dos próprios moradores, com destaque para as informações obtidas junto aos(às) moradores(as) mais antigos (as). Contudo, foi possível estabelecer aspectos comparativos na formação social desta Comunidade e os trabalhos apontados por outros autores dedicados ao estudo do campesinato goiano. Aborda-se aqui a concepção da vida no campo a partir da opinião dos moradores e das moradoras e as perspectivas de futuro da Comunidade que se constitui como "seu lugar de vida".

Posteriormente, são analisadas as mudanças sociais e produtivas que aconteceram na Comunidade no longo ao tempo, ou seja, desde a chegada dos primeiros moradores até a atualidade, processo mediado pela modernização da agricultura brasileira. Também será apresentada a APROCAN enquanto ferramenta de organização política e produtiva das famílias que fizeram parte dessa pesquisa.

Já no último tópico do capítulo, analisa-se a organização das unidades de produção descrevendo os diferentes tipos de processos produtivos desenvolvidos. Também, abordam-se diferentes técnicas de produção que expressam a relação da Comunidade com a natureza e os desafios que elas apresentam para as famílias. Por fim, aprofunda-se sobre os canais de comercialização usados pelas famílias da Comunidade.

2.1. "*Era uma época de muita fartura*": a comunidade Cana Verde como lugar de vida

Para iniciar o estudo sobre a organização interna das unidades familiares e a dinâmicas sociais da Comunidade, optou-se pelo uso da categoria *lugar*, do ponto de vista analítico, para aprofundar, principalmente, os aspectos vinculados à reprodução simbólica do campesinato. Partir dessa concepção implica estudar a Comunidade como espaço de vida no qual se materializam as dimensões da vida humana: a cultura, a produção, o trabalho e a organização política. Isto se encontra intimamente relacionado com o modo de vida particular dos sujeitos que conformam a Comunidade. Entende-se aqui como modo de vida a forma como se realiza

a vida cotidiana, o que envolve os modos de ser, fazer e interagir das pessoas num determinado espaço geográfico.

Do ponto de vista teórico, utilizar a categoria *lugar* implica partir de uma categoria analítica própria da Geografia, na qual se propõe uma análise do espaço geográfico a partir de sua dimensão simbólica. Entende-se aquio espaço geográfico como aquele que é produzido socialmente, isto é, reconhecendo tal espaço como não limitado à superfície terrestre, mas como um produto social, ou seja, partindo da ação humana modelando a superfície terrestre. Assim, o espaço geográfico pode ser compreendido como o resultado de um sistema indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações, onde a técnica é o elemento que une esses sistemas. Os (sistemas de) objetos são produzidos a partir de dádivas da natureza através de (sistemas de) ações humanas (SANTOS, 2002).

Neste raciocínio, abordar o espaço geográfico desde sua dimensão simbólica implica que este pode ser compreendido como espaço vivido e percebido pelos sujeitos, passível de ser sentido, pensado, apropriado e experimentado através do corpo (SOUZA, 2013), de suas tradições e visões de mundo, definindo uma identidade particular com sua comunidade, o que resulta num determinado sentido de pertencimento.

Contudo, é importante entender o sentido de pertencimento ao lugar (ou ao espaço vivido) como um fenômeno dinâmico que se encontra carregado de historicidade. Neste sentido, é possível afirmar que os lugares são (re)construídos e ressignificados em função de um tempo social e de uma lógica que impõe comportamentos, modos de vida, usos e práticas culturais (FELIPE, 2001).

Além destes apontamentos realizados sobre a categoria lugar, considera-se que, ainda que esteja carregada de elementos simbólicos, ela não pode ser reduzida a essa dimensão, tendo também uma materialidade concreta onde se experimenta ou vivencia o cotidiano dos sujeitos produtores dos espaços.

Na Comunidade estudada, foram percebidos vários elementos que permitem justificar a escolha da categoria lugar que apresentaremos ao longo do capítulo. É possível verificar relações de parentesco e vizinhança, aspectos religiosos e práticas socio-culturais os quais constituíram como elementos-chave desde o surgimento da comunidade Cana Verde. Entendemos, assim, que o uso das categorias lugar e comunidade se comportam em nossa análise como complementares e indissociáveis.

A comunidade, enquanto forma de organização social, pode ser entendida como um grupo humano, com uma base territorial definida, onde os sujeitos que a conformam se

encontram unidos por laços de interação social e um alto grau de autossuficiência, além de interesses políticos e econômicos comuns (SHANIN, 1966).

Mendonça (2012) acrescenta que as Comunidades Camponesas se encontram marcadas por fortes tradições culturais que se manifestam de diversas formas, estabelecendo padrões identitários dos sujeitos com esses espaços. Nesse aspecto, destacam-se as festas populares, linguagem, histórias, mutirões, relações de compadrio e parentesco, as visitas costumeiras entre famílias, como um tecido de relações sociais que são preservadas e cultivadas pelos moradores e pelas moradoras ao longo do tempo.

Para Görgem (2009), nas Comunidades Camponesas não existe o anonimato, pois todos se conhecem, sendo um lugar e um espaço onde cobram relevância as relações de parentesco e vizinhança para as relações sociais do mundo das pessoas que compõem a Comunidade. Isto é um aspecto que difere, profundamente, as culturas camponesas das culturas urbanas e suas mais variadas formas de expressão.

Com os elementos trazidos sobre as categorias “lugar” e “comunidade”, pudemos afirmar que os elementos simbólicos que fazem parte e definem o sentido de pertencimento dos moradores à Comunidade têm sido construídos socialmente por esses sujeitos no decorrer do tempo. Nesse sentido, é importante partir do surgimento da CCV como fato principal para a interpretação das relações sociais que derivam nas características identitárias de seus moradores.

Da mesma forma que muitas Comunidades Camponesas existentes no Brasil, a CCV tem sido conformada a partir de processos migratórios. O processo de migração do campesinato, mais especificamente do campesinato brasileiro, tem sido analisado por diversos autores (WOORTMANN, 1990; MENEZES, 1996; OLIVEIRA, 2001) como uma estratégia fundamental para garantir sua reprodução social, já que, nesse percurso, determinados membros da família (ou o núcleo familiar completo) se deslocam para novas áreas procurando terras que permitam reproduzir suas condições materiais de existência, ou também para vender sua força de trabalho, permitindo sustentar o núcleo familiar. Nesta pesquisa, foi possível descobrir que isto se deu de formas combinadas na Comunidade estudada, já que ambos os processos foram distinguidos nos relatos das pessoas entrevistadas.

O processo de constituição da Comunidade ocorreu em finais de século XIX[8] por migrantes provenientes do estado da Bahia[9]. Os sujeitos que fizeram parte desse processo

[8] Isto foi determinado a partir da fonte oral de um dos entrevistados. Reconhece-se esse período como data estimada de “fundação” da Comunidade a partir da data de nascimento do pai de um dos entrevistados que teria sido o primeiro filho nascido na Comunidade pelos migrantes fundadores.

teriam se deslocado até "o Goiás" na procura por terras para se estabelecerem enquanto sitiantes, configurando um processo demobilização espacial do trabalho. Dentre os motivos apontados, os viajantes teriam se deslocado até Caiapônia[10] durante um longo processo migratório, à procura de terras onde se estabelecercom suas famílias. Contudo, a migração foi gradativa, existindo famílias que se comportaram enquanto pioneiras, constituindo o "núcleo fundador". Estas se estabeleceram, e uma vez fixadas no local, geraram as condições que estimularam outros familiares a empreender o mesmo caminho.

Os migrantes que se deslocaram da Bahia até o estado de Goiás o fizeram "a pé", ou a cavalo, se estabelecendo, temporariamente, para trabalhar como meeiros em diferentes fazendas, aproveitando para obter comida para suprir as necessidades do grupo familiar, além de conseguir renda que lhes permitissem continuar o processo de migração. Muitas dessas famílias "*ganharam neném na estrada*" e assim foram se ampliando durante o processo migratório. Um aspecto que parece interessante destacar é um elemento trazido por uma das informantes que indicou a procedência de sua família, na seguinte fala:

> *Minha família chegou da Bahia. Meu pai e minha mãe eram baianos, mas nós não tinha terra. A terra era do fazendeiro e meu pai trabalhava nela e nós morava numa casa dentro da propriedade do fazendeiro. Ali cresci eu* (Produtora de leite entrevistada, 57 anos)

Esse aspecto levantado é relevante, pois permite confirmar o aspecto trazido por vários informantes que indicaram que as primeiras famílias que se assentaram na região da Comunidade se estabeleceram como meeiros provenientes também do estado da Bahia para trabalhar enquanto meeiros em grandes propriedades da região. Esse aspecto indicaria os primórdios da formação do campesinato atual da Comunidade, formado por sujeitos que se assentaram na região trabalhando como meeiros, fornecendo sua força de trabalho em grandes propriedades da região.

Ao falar de sua história, os entrevistados se referiam "*ao tempo antigo*" e "*aos dias de hoje*". A respeito do "*tempo antigo*", as pessoas entrevistadas indicaram isto como um período de "*muita fartura*", interpretada como tal pela abundância de comida, garantida

---

[9] Apesar de ter procurado nos moradores mais velhos as possíveis causas que determinaram a migração desses sujeitos ao estado de Goiás, esses motivos não foram esclarecidos.

[10] O nome do munícipio Caiapônia, deriva do termo *Kayapó*, em relação ao povo indígena "Kayapó Meridionais" ou "Kayapó do Sul" presente nessa região. Esse povo indígena se encontrava localizado não só nessa região, mas também no nordeste do Estado de Mato Grosso. Durante a chegada de proprietários com contingentes de escravos e gado na região compreendida entre o que seriam atualmente os estados de Mato Grosso e o Sudoeste de Goiás, esses grupos indígenas foram expulsos violentamente de suas terras (ZORZATO, 2005).

através da produção e beneficiamento no próprio sítio e também pelo sistema de troca de excedentes com os vizinhos/parentes (ex. carne de porco, de gado bovino, etc.). Tal "fartura" faz referência a uma agricultura de abundância, característica da agricultura camponesa (MARTINS, 1975). Outro aspecto responsável por tal "fartura" era a fertilidade da terra, que era "*terra nova e sem trabalhar*", diferentemente dos tempos de hoje onde "*a terra ainda é boa, mas já tá se esgotando*".

Também existia grande diferença com relação aos insumos utilizados para a produção, cuja base era fundamentalmente orgânica por não terem à disposição as tecnologias químicas hoje existentes. Dessa forma,com tal fartura, os rendimentos das culturas satisfaziam as necessidades alimentares do grupo.

> *Meu pai plantava um litro de arroz e colhia entre 3 a 4 sacas de arroz. Plantava um litro de feijão e colhia duas sacas. Todo sem colocar adubo, sem nada. Não precisava dar combate. Cê podia pegar um tomate e comer que não ia ter problema. A semente nós pegava do vizinho. Às vezes um arrumava pra um, um arrumava pra outro e daí a gente trocava* (Lavrador entrevistado, 46 anos).

Contudo, tal abundância foi indicada unicamente a respeito da comida, pois "*pra vestir não tinha a mesma fartura, uniforme da escola, vestimenta e cobertas era pouco*", o que indica as problemáticas das pessoas para garantir outros elementos importantes e que a vida no campo não era tão fácil quanto eles relatavam. A respeito disto, um dos entrevistados apontou elementos que contribuíram com tal análise:

> *Tem muita gente que fala que a qualidade de vida antigamente aqui na roça era melhor. Eu acho que era boa pra lembrança, mas era muito mais difícil do que hoje. As coisas de alimentação, de vestir, de escola, não era fácil igual hoje. Nos pegava a estrada e andava vários quilômetros todo dia para ir na escola. O trabalho não mudou muito porque nos continua com o serviço todo manual, mesmo. Nós nunca mudou isso. É com a enxada, com a foice, é com a mão mesmo* (Produtor de leite entrevistado, 55 anos).

Tal saudosismo evidenciado nas opiniões dos entrevistados sobre "*o tempo antigo*", e valiosamente apontado na fala anterior, é interpretado por Mendes (2008) como uma resistência ou traços de um sentimento valioso de pertencimento ao lugar, nesse caso associado à comida e às relações intra e inter familiares e com a natureza experimentada no dia a dia. Segundo a autora, as lembranças e experiências de um passado comprimido no presenteé um meio de garantir sua identidade e buscar suas raízes.

Analisando aspectos atuais das famílias, somente 4 delas se encontram morando na Comunidade sem terem migrado para a cidade. No caso das outras famílias, seus membros são nascidos na Comunidade por serem descendentes diretos, mas em determinados

momentos de suas vidas decidiram sair da Comunidade para morar na cidade por um determinado tempo, voltando de forma recente. Dentre os motivos que motivaram a migração cidade-campo, evidenciam-se as dificuldades de adaptação à cidade, não ter renda fixa que garantisse o sustento da família e o desejo levar uma vida mais tranquila sem o "barulho" da cidade. Contudo, deve se reconhecer que ter a propriedade da terra, para onde retornar, foi o elemento que facilitou esse processo migratório.

Desta forma, analisa-se a migração cidade-campo, refletido num processo de recampesinização (ROSETT, 2016). A cidade que acolheu esses sujeitos durante o processo migratório, foi Caiapônia/GO. Isto é um aspecto importante, pois embora essas pessoas tenham decidido mudar de lugar de vida e de trabalho, a cidade escolhida é bem próxima à CCV, aspecto que pode se considerar como uma espécie de contenção desses sujeitosa seu lugar de origem.

2.1.1. A produção de comida no "*tempo antigo*"

Falando sobre a origem e as características do campesinato goiano, Brandão (1981) aponta que as práticas produtivas realizadas por Comunidades tradicionais observadas em diferentes regiões do estado de Goiás se baseavam numa agricultura em pequenos sítios onde eram realizadas "rocinhas de toco" visando manter as necessidades do grupo familiar como base fundamental de organização social.

Essa forma de produção, baseada na "*rocinha de toco*", também foi apontada pelos moradores como a predominante no "tempo antigo". Desta forma, a partir da reconstrução realizada com os moradores, pode-se afirmar que a constituição básica de cada unidade de produção-consumo se encontrava constituída por um lugar destinado à construção do espaço de moradia, um espaço reduzido onde se realizava a produção de hortaliças, uma área pequena geralmente de meio alqueire[11], destinada para a roça, uma área destinada à pastagem e outra área de abundante mato. As lavouras que constituíam a roça eram realizadas a partir de um processo de derrubada e queima do *mato de Cerrado,* manualmente com ferramentas como o machado e a foice.

Após a queima, era realizada o plantio nas "rocinhas de toco", que adquiriram esse nome pelos tocos que ficavam na parcela de terra após a derrubada e a queimada. A roça era cultivada por um período de três anos (geralmente com arroz, feijão, milho e mandioca que

[11] Um alqueire na região equivale a 4,84 hectares.

formavam a base alimentar nas refeições cotidianas) e, posteriormente, na mesma área que tinha sido ocupada com as lavouras, "*jogava capim e formava pasto pro gado*". O capim que predominava naquela época era o capim jaraguá[12], pastagem rústica introduzida para alimentar o gado, até que foram introduzidas, mais recentemente, novas variedades melhoradas. Com essa dinâmica de derrubada queimada - rocinha de toco - pastagem, as propriedades rurais foram se expandindo gradativamente.

Essas culturas eram produzidas em áreas pequenas, visando cobrir as despesas e as necessidades do núcleo familiar. A respeito do processo produtivo, os insumos utilizados ao longo do processo produtivo também tinham suas particularidades. Começando pelo plantio, os entrevistados informaram que "*as sementes eram da gente*", sendo guardadas e utilizadas para o início do ciclo agrícola. Existia também um mecanismo de troca de sementes, indicado como prática frequente realizada por famílias e vizinhos da Comunidade.

> *As sementes eram da gente, do que nós produzia. Meu pai ia no paiol e pegava algumas espigas (as maiores) e tirava um tanto de sementes da ponta e outro do pé. As sementes do meio ele usava para plantar e nós ajudava. Com o feijão a mesma coisa, só tinha aquele roxim. Daí colocava na peneira e a tarefa da criançada era separar as mais roxas para plantar. Por isso a semente era do que nós plantava. Quando alguém tinha outra variedade nova pedia pro vizinho. Ninguém usava adubo nenhum. Era só cavar o buraco e plantar. Assim a gente tinha fartura, dava para encher os paiol e as tulhas* (Agricultora Familiar entrevistada, 48 anos).

Foram indicadas pelos moradores sementes de espécies importantes que eram trocadas: sementes de arroz (variedades Carijó, Lagoinha, Amarelão, Cuiabano), de milho e de feijão (Carioquinha, Roxinho). A semente se converte, assim, num elemento fundamental para a reprodução camponesa, pois possibilita um novo ciclo agrícola e um novo ciclo de tarefas que, também, influencia na dinâmica cotidiana das famílias. As hortaliças também tinham papel importante na alimentação da família, mas eram produzidas numa escala menor e em épocas bem estabelecidas e respeitadas. O algodão (*Gossypium sp.*) também era uma cultura importante, pois era produzido para tecidos, a partir da sua fiação, processo que era integralmente realizado pelas mulheres. Da mesma forma, adquiriram importância culturas como o café (*Coffea sp.*) e o tabaco (*Nicotiana tabacum*), destinados ao uso na unidade familiar.

No sítio, também era fundamental o lugar para armazenagem de grãos; toda casa possuía paiol para armazenar o milho e surrão para o feijão. O "surrão", conforme nos foi

---

[12]*Hyparrhenia rufa*. É uma pastagem que mede até 2 metros de altura. Pertence à família das gramíneas. É nativa das regiões tropicais da África.

informado, é um recipiente feito de couro de vaca onde eram guardados os grãos de feijão para não "carunchar". No caso do arroz, após sua colheita,era socado no pilão ou, no caso das propriedades que se encontravam mais próximas dos córregos, este era trilhado no monjolo[13]. Posteriormente, ele era armazenado nas tulhas para o resto do ano.

Considerando que "*no tempo de antes todo mundo produzia seus trem*", a comercialização de produtos era difícil, existindo um mecanismo de troca de alimentos produzidos na Comunidade para abastecer as diferentes famílias que foram se estabelecendo. Por isso, percebe-se que existia um duplo valor da comida: valor de uso e, também, valor de troca, que, no entanto não era monetária, já que a comida não se constituía enquanto mercadoria. Desta forma,

> *A comercialização não era em volumes importantes como hoje, era pouca coisa. Nós tirava para a despesa e vendia. O que existia era mais uma troca entre os vizinhos. Quando matava um porco, nós dividia entre os vizinhos que procuravam por aqui* (Agricultora Familiar entrevistada, 48 anos).

Uma atividade frequente era o mutirão, o qual se constituiu como uma prática importante, pois permitia a socialização das famílias enquanto era realizada uma tarefa de maneira coletiva. O mutirão, da mesma forma que a "traição" e a "demão", são práticas realizadas por povos e Comunidades tradicionais desde tempos imemoriais, tendo como base a ajuda mútua e a solidariedade entre as pessoas que constituem um determinado grupo social. O mutirão e a demão consistem na reunião num determinado sítio para realizar uma atividade que demanda grande envolvimento de pessoas, como por exemplo, a capina de uma área ou no plantio de uma parcela de terra, se encerrando com um almoço oferecido pelos donos e pelas donas de casa ou com algum tipo de festa ou festejo. Enquanto o mutirão e a demão são atividades programadas e organizadas previamente pela família que receberá a ajuda, a "traição" é organizada à revelia da família a ser ajudada; a comunidade se organiza às "escondidas". Daí o nome "treição", "traição", pois a família será "traída", visto que não terá sabido da organização prévia, será pega de surpresa. Pessoas da comunidade chegam de surpresa ao sitio da família favorecida, dispostas a auxiliar e ajudar nas tarefas pendentes, sejam na roça, no quintal, na casa (BRANDÃO, 1981).

---

[13] O monjolo é uma ferramenta de funcionamento hidráulico instalado à beira de um curso d'água. Esse aparelho é utilizado para separar o grão da casca a partir de uma peça que recebe água e, com o peso desta, bate no grão fazendo a trilhagem.

Essas práticas foram caracterizadas por vários entrevistados como importantes para se realizar tarefas que demandava muita mão de obra e não podia ser garantida unicamente com o grupo familiar.

> [...] *Todo mundo ajudava o outro, era muito importante o mutirão. Tinha o mutirão e a demão. Aquilo era bom demais. Na demão a gente dava uma ajuda, era tipo uma surpresa, onde a gente levava as coisas pra fazer a comida e nós trabalhava. No mutirão geralmente encerrava com alguma festa pra dançar algum forrozim. Por exemplo, quando alguém plantava, quando o mato vinha e tinha que capinar, para limpar os rêgo d'água, pegava uma roça e já deixava limpinha, pra colher algum arroz* (Produtora de leite entrevistada, 51 anos)

O apontado pela entrevistada permite refletir a importância destas práticas culturais, de solidariedade no trabalho cotidiano, que se relaciona com o apontado por Wortmann (1990), que afirma que nas Comunidades Camponesas que se organizam pelo princípio de parentesco, as necessidades do trabalho durante os períodos de maior demanda são satisfeitas através da reciprocidade entre os sujeitos.

A criação animal também tinha um papel relevante na organização da Comunidade, já que, por um lado, permitia garantir as necessidades de alimentação familiar e, por outro lado, enquanto ferramenta de tração no trabalho. Os bois e os cavalos eram utilizados para movimentar os engenhos artesanais, onde era realizada a moagem da cana-de-açúcar para produzir seus derivados.

Os primeiros moradores orientaram sua produção ao cultivo de cana-de-açúcar para a elaboração da *pinga*[14], que era produzida em alambiques caseiros a partir da fermentação e destilação do caldo de cana. O processo de moagem era realizado geralmente na época da seca, nos messes de maio a setembro; a partir do caldo de cana, também se produzia outro produto importante, a rapadura. Com as tecnologias presentes naquela época, as jornadas de trabalho eram muito intensas, já que "*começava com a moagem da cana por volta das três horas da manhã porque quando o sol sair você já tinha que começar a fazer a rapadura*". Esses produtos eram alguns dos poucos que eram comercializados em mercados localizados nos vilarejos próximos de Caiapônia-GO e Baliza-MT. Essa cultura adquiriu tanta importância que acabou sendo determinante para a identidade comunitária, sendo a responsável para sua denominação "*Cana Verde*".

---

[14] Nome regional dado à cachaça.

2.1.2. A organização da unidade familiar no "*tempo antigo*"

A respeito da constituição dos núcleos familiares, as uniões matrimoniaiseram "arranjadas" entre os filhos primogênitos, que resultava, em muitos casos, no casamento direto entre primos/primas. Isto era realizado por vários motivos: como uma demonstração de afeto entre os pais dos filhos que decidiam por eles a união matrimonial; para garantir a continuidade do grupo familiar na Comunidade; para "*aproveitar o padre que vinha porque era difícil de conseguir naquela época*". Em razão deste último motivo, realizavam-se várias uniões matrimoniais ao mesmo tempo, e após os casamentos, era frequente a realização de alguma festa de vários dias de duração para comemorar a união e a conformação de um novo núcleo familiar.

Quando em idade avançada, o "pai de família" dividia as terras entre os filhos e as filhas da primeira geração, para que cada um de seus filhos e filhas tivesse seu sustento, moradia e alimentos. Isto foi narrado por uma das entrevistadas da Comunidade:

> *O vô dividiu as terras em vida, quando estava velho foi embora para a cidade e ficou lá. Mas quando tinha um problema, ele vinha. Mesmo de lá ele resolvia os problemas da família. Era uma autoridade, todo mundo obedecia* (Agricultora Familiar entrevistada, 48 anos).

Essa informação difere do apontado por outros autores (CARNEIRO, 2001) e se constitui como um elemento interessante de análise, já que pelas características, marcadamente patriarcais, das sociedades camponesas, são determinados diferentes papeis aos homens e às mulheres na dinâmica da reprodução social do núcleo familiar. Nesse sentido, existem marcadas diferenças em relação à herança da terra, pelas quais as mulheres nem sempre se veem beneficiadas com sua parcela correspondente de terra, embora a herança seja baseada na noção de consanguinidade.

A divisão de terras em parcelas como prática de reprodução social adotada pelo campesinato é um aspecto analisado por Woortmann (1990, p. 36):

> Quando um filho está próximo da idade de casar, é preciso selecionar para ele um espação próprio [...] Quando a terra é suficiente, destina-se um chão de morada no interior do próprio sítio paterno, espaço esse em que será erguida a nova casa, assim como um chão de roça para seu uso específico onde o jovem irá produzir para si mesmo, em vista de sua futura condição de chefe de família (WOORTMANN, 1990).

A propriedade da terra é um aspecto que merece especial atenção pelo fato de todos os moradores da Comunidade serem proprietários de suas terras. A propriedade da terra se

constitui num aspecto central para reprodução social do campesinato. Diante disso, Oliveira (apud SANTOS, 1986) indica que a propriedade da terra para o camponês é fundamental, pois, além de fornecer os elementos básicos para a sustentação do núcleo familiar (como alimentos, fibras, lenha, etc.), se constitui como um elemento de trabalho. No campo, terra e trabalho não se separam; dialeticamente, a terra é para o trabalho e vice versa, tendo um sentido humano.

A expansão da área dos sítios que conformam a Comunidade se deu a partir de compra/venda entre parentes, principalmente com aqueles que decidiram vender suas terras para empreender viagem até outras regiões (tanto no campo quanto para outras cidades). Foi possível identificar famílias que venderam suas terras herdadas e migraram para diferentes cidades do estado de Goiás ou do estado de Mato Grosso. Verifica-se, assim, a continuidade do processo migratório que deu origem à Comunidade e que caracteriza o campesinato brasileiro numa das estratégias de reprodução contínua dentro da sociedade capitalista.

Diante da necessidade existente em relação aos serviços básicos, os membros da Comunidade fizeram um acordo de doar para o estado uma porção de terras de suas propriedades com o objetivo se construir uma "vila agrícola" que serviria como local para construir um posto de saúde para os moradores da Comunidade e da região, diante da necessidade de se contar com um espaço para atendimento às mulheres para *dar à luz* aos filhos[15], além de contar com uma escola onde os filhos e as filhas pudessem estudar sem necessidade de ir para a cidade.

Contudo, após a doação para o estado, essas terras permaneceram desocupadas e o projeto da "vila agrícola" não foi realizado. Posteriormente, as terras foram ocupadas de forma ilegal para a produção de lavouras, sendo hoje um dos elementos que cerca[16] a Cana Verde.

2.1.3. Identidade e política: a Associação dos Pequenos Produtores da Cana Verde (APROCAN)

Segundo Mendes (2008), outro elemento que favorece o sentido de pertencimento pelo lugar é a dimensão política. Sendo assim, Souza (2013) aponta que, na prática, os lugares (no sentido da categoria geográfica) são em maior ou menor medida, territórios. Isto se deve ao fato de que as identidades se associam a relações de poder espacializadas, nas quais se nota a finalidade de defender identidades e determinados modos de vida.

---

[15] Esse processo era realizado comumente na casa, através de parteiras que vinham da cidade para tal fim.
[16] Para analisar esse processo de cercamento da comunidade e suas implicações, verificar mais adiante o tópico 3.2 na presente Dissertação.

Dialogando com o exposto por esses autores, resulta importante analisar como se materializa a organização social e a participação política que reúne os membros da comunidade Cana Verde. Nesse sentido, é de grande relevância a criação da Associação dos Pequenos Produtores da Cana Verde (APROCAN), criada com o objetivo de estabelecer maior união entre os vizinhos para desenvolver atividades produtivas. Ao mesmo tempo, ela cumpre clara função política para exigir do poder público melhorias nas condições de vida e acesso aos serviços básicos. Ao chegar à comunidade, um dos aspectos característicos que pode ser observado é a placa que se encontra à beira da rodovia que indica a localização do antigo escritório da Associação (Fotografia 1).

Fotografia 1. Identificação da Associação dos Pequenos Produtores da Cana Verde.

Fonte: Arquivo do autor (2019).

A Associação foi constituída da década de 1990 por iniciativa dos próprios moradores, mas também graças ao papel da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Goiás (EMATER), que contava com a presença de técnicos e de escritório no município de Caiapônia-GO. Do ponto de vista histórico, o período de surgimento da Comunidade não é mera coincidência. Ele pode se enquadrar no contexto pós-reforma constitucional de 1988 no Brasil, que previa a descentralização do Estado e visando, ainda que contraditoriamente, uma maior participação social[17]. Nesse contexto, houve importante crescimento na criação de

[17] Montenegro Gómez (2006), alinhado com a escola dos denominados pós-desenvolvimentistas, analisa criticamente essa descentralização do Estado, apontando que ela cria uma armadilha onde a verdadeira intenção é realizar um processo de controle social pelo capital, elaborado a partir de modelos gestados na realidade europeia. Na esteira deste raciocínio, a descentralização do Estado dificilmente poderá atingir uma maior

associações no Brasil, muitas das quais tiveram papel importante no processo de difusão tecnológica e na modernização agrícola da agricultura camponesa (OLIVEIRA, 2010).

A EMATER intervinha ativamente na região e na consolidação da APROCAN, já que "*tinha uns três técnicos da EMATER que marcavam as reuniões e mandava técnicos aqui na região*". Um dos motivos que foram apontados para o declínio da APROCAN no final da década de 1990 foi justamente a desaparição das diretorias da EMATER.

Após vários anos sem reuniões e encontros, ela foi recuperada e refundada no ano 2010 pelos filhos e filhas das pessoas que constituíram o grupo fundador. Isto se deu num contexto de volta ao campo por moradores jovens que tinham migrado para a cidade e decidiram retornar para a Comunidade, alguns com suas famílias já constituídas, afim de construir um novo lar e um novo sítio de produção. O retorno dessas pessoas para o campo se tornou um fator chave na reativação da Associação.

Da mesma forma que o contexto histórico de surgimento da APROCAN esteve ancorado num contexto histórico políticonacional determinado, o ressurgimento e a nova iniciativa de funcionamento também têm suas características próprias. Isto pode se relacionar com o contexto particular que vivenciava o Brasil no bojo do Governo do Partido dos Trabalhadores (PT), onde a políticas de desenvolvimento rural se encontravam sob o viés do Desenvolvimento Territorial Rural (MONTENEGRO GOMEZ, 2006).

Atualmente, na APROCAN, encontram-se associadas 13 famílias, todas moradoras da comunidade Cana Verde, às quais, apresentam diferenças marcantes em diversos parâmetros, seja em suas características produtivas, na constituição dos núcleos familiares, na racionalidade econômica de seus membros e nas técnicas utilizadas no processo produtivo. Porém, o número de famílias-membro da Associação tem diminuído significativamente nos últimos cinco anos. Os motivos trazidos pelas pessoas entrevistadas é a falta de entusiasmo das famílias em participar da APROCAN e, também, devido ao abandono da atividade produtiva por outras famílias que antigamente moravam ali.

Ao longo do tempo, diversas foram as atividades e reivindicações conquistadas pelas famílias organizadas nessa associação, relativas principalmente à produção e comercialização e às pautas de conservação ambiental. Cobra aqui destaque a aquisição coletiva de maquinários como o trator e roçadeiras, destinados a desenvolver as atividades produtivas pelos associados e realizar serviços a um custo menor, que somente poderiam ser realizados através de sua terceirização, melhorando assim a renda das famílias.

---

participação social, já que ela se orienta a satisfazer necessidades colocadas pela reestruturação capitalista de orientação neoliberal.

Outro eixo importante que tem sido abordado pela APROCAN é a comercialização, com a criação da "*Banca da Cana Verde*", onde é realizada venda coletiva da produção. Nela, as famílias colocam seus produtos em diversas feiras locais, fornecendo produtos característicos de cada unidade familiar (queijos, frutas, carnes, hortaliças), sendo uma via importante para a geração de renda. Porém, com o transcurso do tempo, essa banca tem se desagregado, fazendo com que algumas famílias desistam de utilizá-la por conflitos em relação aos disponibilizados. Assim, houve membros que optaram por se tornarem independentes (da banca, mas não da associação), conformando seus próprios espaços de comercialização nas mesmas feiras.

Relacionado com a comercialização, outra reivindicação feita pela APROCAN é relativa à gestão política da Comunidade, exigindo dos governos municipais, por exemplo, o acondicionamento das estradas que se ligam à rodoviaprincipal (GO-221), fato que foi importante para permitir que os moradores que têm suas propriedades mais afastadas possam sair com seus produtos para os diferentes pontos e municípios onde vendem sua produção.

Além disso, outra atividade de destaque realizada pelas famílias da APROCAN foi a gestão de materiais para a construção de cercas visando a proteção das nascentes que fornecem a água de consumo e de irrigação. Um aspecto característico da Comunidade é que grande parte das casas mais antigas se encontram na beira do córrego que abastece água de excelente qualidade para consumo e irrigação. A água se constitui como um elemento básico e prioritário para as famílias e atualmente as nascentes são espaços protegidos na Comunidade. O processo de cercamento das nascentes realizado conjuntamente pelos membros da Comunidade é uma das atividades que foi mencionada pelos entrevistados e que foi realizada pela APROCAN com participação de todos os seus membros.

2.1.4. Identidade, cultura e religiosidade na Comunidade

Um componente que caracteriza os modos de vida observados no campo é a influência dos valores morais e religiosos (de diversas matrizes religiosas) das pessoas, se materializando tanto nas relações sociais quanto nas práticas culturais. Estes aspectos se traduzem em elementos que dão força à identidade local e um sentido depertencimento dos moradores à sua Comunidade.

Essa percepção resulta do fato deque, além da vivência nas diferentes propriedades das famílias, participou-se de diferentes acontecimentos que são considerados de extrema importância para os moradores e moradoras, como o caso das festas religiosas ou missas (de influência católica). Trata-se de eventos quese constituem como espaços de encontro e

socialização importantes para os membros da Comunidade, sendo realizadas uma vez por mês de maneira rotativa na casa de cada um dos moradores da Comunidade, existindo uma clara organização em torno desses eventos, procurando que todas as famílias que tenham condições participem enquanto hospedeiros pelo menos uma vez ao ano.

Também, foi observada a coexistência de diferentes matrizes religiosas (predominantemente católica e em menor medida evangélica), onde as famílias frequentam sua própria igreja. Contudo, isto não se constitui numa limitante para se participar das missas da comunidade, onde se prioriza em alguns casos o encontro e a partilha entre os participantes.

As missas são eventos que representam a característica da religiosidade camponesa. Segundo Souza (2018), as festas populares e religiosas também se constituem como fatos fundamentais para a reprodução social camponesa, fortalecendo sua relação e sentido de pertencimento com a Comunidadee com a terra. Assim, é importante entender a Comunidade não só enquanto lugar de moradia, trabalho e lazer, mas também como lugar do sagrado.

Nesses eventos, além de elementos religiosos, vinculam-se outros elementos fortemente culturais como a música ao longo da cerimônia, bem como a culinária local e a comida (obtida do trabalho na roça). No final de cada missa, é realizado um banquete coletivo onde os "donos e donas de casa" oferecem aos convidados um cardápio constituído por comidas típicas da região, como a galinhada, o arroz com pequi (*Caryocar brasiliense*), a farofa de guariroba (*Syagrus oleracea*), a pamonha, o angu de milho e os peixes, todas elas preparadas a partir das colheitas e produções feitas na Comunidade (com exceção de certos alimentos como o arroz, que não é mais produzido nas propriedades). Nessas festas, participam tanto moradores da CCV como os moradores de outras Comunidades vizinhas, tornando-se um espaço de encontro e a socialização. O padre, na sua prosa e predicação, indica que "*nos tempos de hoje é preciso resistir e se endurecer, mas sem jamais perder a ternura*".

Foi possível vivenciar cinco missas enquanto participante, sendo que uma delas foi realizada na casa da família que nos forneceu hospedagem durante o transcurso da pesquisa. Diante disso, é possível afirmar que a preparação das mesmas implica um grande esforço coletivo das famílias, que empenham sua força de trabalho desde o começo do dia, o que reduz o tempo de trabalho na roça e o cuidado dos animais. As que destinam maior participação nesse processo são as mulheres, encarregadas de elaborar o cardápio, com grande atenção e dedicação. A elaboração dos doces (coco, banana, de leite, de queijo, de mamão)

que constituem as sobremesas é um longo processo, que demanda várias horas do dia para sua preparação.

2.1.5. Os “dias de hoje” e a juventude

Quando abordamos o modo de vida e os desafios de se viver atualmente na Comunidade, dentre os motivos destacou-se a tranquilidade que implica viver nesse lugar, e a possibilidade de garantir diariamente o alimento que chega à mesa da família, o que determina a soberania alimentar[18].

Outro elemento importante da vida em Comunidade levantado pelos participantes é a possibilidade de controle próprio do tempo de trabalho, e a satisfação na relação de convivência com as pessoas, pois “*todo mundo vira família*”. Dessa forma, a mudança da roça para a cidade é uma possibilidade pouco concreta para os sujeitos:

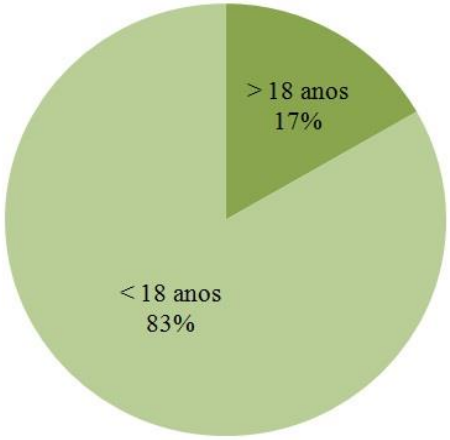
> *Desde minha experiência, a vivência na cidade é péssima. Para você criar uma família na cidade é muito complicado. Na fazenda é totalmente diferente* [...] *E aqui ganha muito mais dinheiro do que na cidade* (Lavrador entrevistado, 46 anos).
>
> *Eu não poderia morar na cidade, para Goiânia fui só uma vez por necessidade. Não tenho formação e na cidade não teria trabalho. A agricultura é meu esporte e meu lazer. À cidade somente poderia ir para vender picolé* (Produtor de leite entrevistado, 67 anos).

Apesar dos aspectos característicos que identificam os sujeitos com a vida no campo e na Comunidade, há inquietude sobre as perspectivas de futuro relacionadas com a sucessão familiar da atividade e a escassa permanência dos jovens no lugar. Isto se torna evidente se analisarmos a escassa quantidade de jovens presentes na amostra pesquisada, verificada no Gráfico 2.

---

[18]Aqui, entende-se, como soberania alimentar a capacidade dos povos de escolherem os alimentos de acordo com a diversidade cultural e produtiva de cada país ou região. Isso implica não somente na capacidade de escolha de quais alimentos produzir, mas também da forma que eles são produzidos. Esse conceito foi amplamente difundido a partir do final do século XX, a partir da sua formulação pelos movimentos sociais do campo que integram a Via Campesina Internacional (VIA CAMPESINA, 2018).

Gráfico 2. Composição etária das pessoas que conformaram a amostra pesquisada.



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados de campo (2019)

Quando perguntamos a questão "Em sua opinião, o que você pensa que vai acontecer no futuro com a Comunidade?" De modo geral, havia uma preocupação por parte dos entrevistados, os quais prognosticavam sobre um desaparecimento gradativo da Comunidade:

> *Eu acho que aqui na Comunidade vão ficar poucos, vai ficar pouca gente na roça. Penso que a causa disso é a tecnologia. Hoje uma máquina faz o trabalho de muitas pessoas. Daqui a uns cinco ou seis anos um tratorista não vai existir mais, vai ser tudo automatizado, por isso eu acho que eles não vão ter emprego. Eu tenho dois filhos, eu pensava que algum deles ia ficar. Na atual situação que está hoje não quero que eles voltem mais para cá, porque eu sei que com o ritmo de vida que tem na cidade não vão se adaptar à vida no campo* (Produtor de leite entrevistado, 55 anos).

Foram identificadas famílias cujos filhos e cujas filhas realizaram cursos universitários ligados à produção agropecuária (agronomia, veterinária, gestão do agronegócio) e que atuam em empresas ligadas aos segmentos agroindustriais do agronegócio (como a COMIGO ou São Salvador Alimentos). Ao mesmo tempo, há casos de filhos que têm se proletarizado, trabalhando como funcionários em grandes fazendas de Caiapônia. É visível, contudo, que essas pessoas continuam optando pelo campo como lugar de vida e de trabalho, mas um campo que difere daquele no qual eles foram criados, no qual predominamas tecnologias propostas pelo processo modernizante.

A respeito dessa situação, Sousa (2013) aponta que apossível perda identitária com relação ao lugar pode estar associada às experiências vivenciadas pelos sujeitos que fazem com que um mesmo espaço seja vivido e percebido de modos diferentes em relação à sua

posição de classe ou gênero. Isto pode explicar o porquê de um lugar que anteriormente fazia parte da identidade de alguns moradoresjá não se constituir mais enquanto tal.

Contudo, manter um raciocínio determinista sobre os destinos da Comunidade implicaria de nossa parte uma lógica de pensamento *descampesinista*. Nesse sentido, acreditamos que é possível pensar no final da Comunidade, mas não no final do campesinato ou do "ser camponês". Assim, resulta importante recuperar o proposto por Shanin (2008), segundo o qual o camponês como modelo não existe, pois a materialidade sempre é muito mais complexa do que a realidade.

A partir dessa reflexão, interpretamos que pode se pensar no campesinato sem a terra, por mais impossível que isto pareça, pois, como foi possível ver neste tópico, o "ser camponês" ou da "campesinidade" (WOORTMANN, 1990), correspondência comum determinado modo de vida caracterizado por vínculos sociais, pela comida, pelas crenças e religiões, pela música e as festas, pela relação com a terra, cultivos e animais. Esses aspectos já se encontram marcados na identidade dessas pessoas e são reproduzidos nos locais que eles decidam morar. Se, de fato, seu *lugar* é a terra, eles poderão se deslocar a novos locais para produzir ou gerar eventualmente a sucessão da atividadeprodutiva. Em outras palavras, é possível pensar na volta à terra da mesma forma que se pensa sobre os migrantes que originaram a Comunidade ou sobre os moradores que já vivenciaram a experiência na cidade e decidiram empreender a volta para seu lugar.

Contudo, também acreditamos que ainda que esses sujeitos decidirem morar na cidade, nesse lugar também serão reproduzidos elementos característicos da vida camponesa, ancorados nos elementos anteriormente mencionados. Nesse sentido, concordamos com Carneiro (1998), que aponta que é possível encontrar uma "ruralidade", expressa em elementos culturais, também no interior das cidades que se pretendem apenas e exclusivamente urbano-industriais.

Sendo assim, resulta difícil pensar no fim do campesinato, já que entendemos ser impossível extinguir essa profunda vinculação ancestral do ser humano com a terra, geração após geração, e que faz parte da sua memória biocultural (TOLEDO; BASSOLS, 2015), ou "memória da terra". Nesse sentido, um dos entrevistados aponta valiosamente:

> *Pode ser que eles vão pra cidade e eles voltam depois pro campo. Aqui tem o básico: emprego e comida. Por isso se chama fazenda, de "fazer". O jovem vai na cidade, trabalha, mas um dia ele volta. O vínculo deles está aqui, na roça. Eu tenho essa impressão, que num momento eles vão ficar lá, na cidade. Daí vai acontecer igual tá acontecendo agora, que muitos estão arrendando ou alugam pra alguém*

> *vim morar aqui, mas eu acredito que um momento eles vão voltar, porque todo mundo quer ter seu cantinho na roça* (Lavrador entrevistado, 46 anos).

Apesar das diferentes problemáticas levantadas pelas pessoas para sua permanência no campo, morando e produzindo, um fator comum e unânime levantado pelos informantes é o prazer que implica viver e trabalhar no campo. Assim, diante da reflexão construída neste tópico, foi possível identificar os elementos identitários que se tornam importantes para compreender o sentimento de pertencimento dos moradores à Comunidade. A (re)construção sobre as origens da Comunidade também subsidiaram elementos que permitem compreender as mudanças históricas na organização interna e nas práticas culturais realizadas pelos moradores, importantes para a compreensão da reprodução simbólica do campesinato.

2.2. Vida e trabalho na Comunidade: a organização interna das unidades familiares

O presente tópico está centralizado na descrição das particularidades da Comunidade "*nos dias de hoje*", com base na análise descritiva dos ciclos produtivos: os diferentes tipos de produção existentes, como elas são desenvolvidas, as técnicas de produção e a organização do trabalho nas unidades familiares. Apresentam-se, ao final, as estratégias de comercialização e os canais adotados para tal finalidade.

2.2.1 Os ciclos agrícolas, o trabalho com os animais e as técnicas de produção

Em relação às características produtivas das famílias que constituem a APROCAN, podemos afirmar que elas se constituem enquanto unidades de produção-consumo dedicadas ao policultivo, com uma tendência à especialização em determinados ramos da produção. A especialização é para atender as demandas dos mercados e implicou em modificações da estrutura produtiva e nas relações de produçãodas famílias. Brumer *et al* (1993) apontam que a diversificação ou o policultivo é uma prática que visa, por um lado, garantir as necessidades de comida do grupo familiar e, por outro, diminuir os riscos derivados de uma única produção e única fonte de recursos. Contudo, os autores apontam que as possibilidades de diversificação dependem dos recursos existentes em cada unidade produtiva.

Ainda que existam famílias com maior tendência à especialização, foi observado nas propriedades que todas as famílias (salvo casos específicos) possuem, em maior ou menor grau, um quintal destinado à produção de alimentos diversos para atender às necessidades do

grupo familiar. Isto se constitui como uma ferramenta fundamental para garantir as necessidades alimentares da família e também para a redução de custos necessários para adquirir alimentos que fazem parte das refeições, contribuindo com sua reprodução social. Também, foi observado que todas as propriedades possuem aves de criação (galinhas, frangos, codornas ou galinhas d'angola) e represa para a criação de peixes. As espécies que foram observadas são caranha (*Lutjanus cyanopterus*), pintado (*Pseudoplatystoma corruscans*) e tilápia (*Tilapia spp)*.

Observaram-se diferentes matizes em relação às características produtivas das famílias presentes na comunidade Cana Verde. Nesse sentido, Brandão (2007) estabelece diferentes categorias para caracterizar os diversos e heterogêneos sujeitos que compõem o campo brasileiro, a partir do que se produz para o consumo e para o mercado. No caso estudado, foram observadas essas diferentes expressões da agricultura camponesa, tendo um conjunto de unidades de produção de excedente (majoritariamente), com a presença também de unidades de produção com maior tendência à produção de mercado.

Há um ponto de inflexão entre o "tempo antigo" e os "dias de hoje", identificado na alteração da forma de se fazer agricultura na década de 1970. Esse período coincide com o processo de modernização da agricultura brasileira, no qual se difundiram massivamente as tecnologias ancoradas no paradigma da Revolução Verde (DELGADO, 2012). Constituíram esse pacote elementos tais como fertilizantes de síntese química, agrotóxicos, vacinas, maquinários específicos, entre outros.

A Comunidade não esteve isenta desse processo. Consequentemente, uma série de modificações ocorreu nos processos produtivos, afetando a forma tradicional de se fazer agricultura:

> *Antes da década de 70 não usava inseticida nenhum. Não usava adubo nenhum. E a semente era feita da própria lavoura da gente. Do arroz, do feijão e do milho. Daí de um determinado tempo quando começaram a surgir essas empresas, a Cargill, a Agroceres, começou a ser mais difícil porque em três anos já degenerava* (Produtor de leite entrevistado, 62 anos).

Pode-se interpretar queas tecnologias implementadas a partir da década de 1970, substituíram as tradicionais práticas de manejo agrícola utilizadas pelas gerações anteriores que começaram a ser modificadas (ainda que não completamente) pelas tecnologias impostas pela agricultura moderna. Essas modificações foram visibilizadas tanto na agricultura quanto na pecuária. Seus efeitos são visíveis do ponto de vista produtivo, já que as práticas culturais (como o mutirão, o demão, a troca de sementes e a partilha do alimento) que visavam a

autonomia e a manutenção produtiva da unidade familiar também sofreram importantes modificações.

Já a lógica produtiva influenciada pelas características climáticas da região não sofreu grandes modificações. Temos assim duas épocas de produção bem marcadas: a época das águas e aépoca da seca. A primeira compreende os meses de outubro a março. Já a época da seca compreende os meses restantes do ano. Essa divisão do ano em função da ocorrência das chuvas é um fator importante de análise, pois condiciona as estratégiasprodutivas adotadas pelas famílias ao longo do ano na produção. Ao mesmo tempo, determina o tipo de alimento que é oferecido nas feiras em função da sazonalidade.

Na época das águas, pode se realizar uma análise do ciclo produtivo em função dos benefícios e prejuízos que as chuvas provocam. Para as famílias que têm como base a produção de hortaliças, nesse período as culturas devem se desenvolver completamente em áreas protegidas, como estufas ou estruturas especiais semelhantes. Isso implica aspectos de manejo criteriosos para evitar a propagação de doenças nas culturas, situação que vem limitando a produção em determinados momentos do ciclo. Já no caso das famílias cuja renda depende da produção leiteira, a chegada das águas implica um período de abundância pela rebrota dos pastos que se constituem como a base alimentar das vacas, consequentemente obtendo níveis mais altos de produção.

Em contrapartida, a época da seca é, do ponto de vista das famílias, o melhor período para a produção de hortaliças, pois a menor umidade do ambiente facilita a produção de determinadas culturas que na época daschuvas são condenadas, com perda da produção, ou com uso de insumos para garantir sua viabilidade (os casos mais emblemáticos apontados pelas famílias são as culturas do tomate e do alface, cuja produção é complexa[19] devido à alta incidência de doenças).

No caso do manejo do gado, a época da seca exige estratégias para alimentar o gado e garantir a produção do leite, as quaisserão analisadas posteriormente. Vale a pena lembrar que, no caso das vacas leiteiras, elas se constituem como uma categoria de animais de alta demanda do ponto de vista nutricional (MACHADO *et al*, 2014), já que em determinados momentos do ano elas podem estar produzindo leite e ao mesmo tempo reiniciando o novo cio após a parição, ou gestando um novo bezerro.

---

[19] No caso do tomate, trata-se de uma cultura que não se produzia mais na Comunidade devido às doenças, segundo relatado pelas famílias. Porém, com a utilização de insumos biológicos produzidos na mesma propriedade, elas conseguiram retomar a produção dessa cultura mais recentemente. No caso da alface, devido ao ataque de *Septoria spp.*, houve famílias tiveram que acudir ao uso de *Trichoderma* para seu manejo.

As hortaliças produzidas pelas famílias da Comunidade são muito variadas. Existem algumas denominadas de "*carro chefe*". Dentro desse grupo, encontram-se as folhosas (alface em destaque, rúcula, mostarda, coentro, salsinha, couve, cebolinha, cebola). Já, em segundo plano, tem-se jiló (*Solanum gilo*), quiabo (*Abelmoschus esculentus*), diversas variedades de pimenta (malagueta, dedo de moça, etc.) e tomate (*Lycopersicum esculentum*), este último de maneira mais recente.

Também é produzida a mandioca (*Manihot esculenta*) em áreas que variam de meio até dois hectares (Fotografia 2), procurando-se inicialmente suprir as necessidades do grupo familiar, já que ela é parte central das refeições e, também, para comercializar *in natura*. Recentemente, as famílias adquiriram uma máquina de empacotamento a vácuo que permitiu inserir esse alimento em novos mercados. Além de cumprir uma função alimentar, do ponto de vista de seu aproveitamento, a mandioca é uma cultura importante para a alimentação animal, já que, após a colheita, tanto as folhas quanto as cascas que se obtêm da raiz são usadas como forragem. Já as ramas são colocadas em pilhas para serem usadas no próximo plantio (plantio das "ramas").

Figura 2. Plantio de mandioca à beira do caminho interno à Comunidade.

Fonte: Arquivo do autor (2019).

O plantio é realizado, geralmente, na época das águas[20], mais precisamente "*no mês de outubro, na lua minguante*". Antes do plantio, geralmente é realizada uma gradagem da área com o objetivo de limpar o terreno das ervas espontâneas, e também porque a terra fica "mais solta", facilitando assim o processo de colheita, que geralmente é realizado manualmente. Uma vez que a rama "germina", depois de 5 a 10 dias de plantada, é necessária uma capinada para facilitar o desenvolvimento da cultura, já que a mandioca não é uma boa competidora com as ervas. Ao longo do ciclo, são necessárias de duas a três capinadas, mas, uma vez que a planta já emergida "fecha", as ervas deixam de ser um problema.

O principal "problema" dessa cultura é o alto tempo de ocupação do solo, já que a mandioca é colhida somente após 9 meses[21] do plantio. O tempo de colheita também varia de acordo com o destino do alimento, já que, no caso de a cultura ser destinada para farinha, por exemplo, ela pode ser mantida mais tempo no solo para ficar mais "grossa" e ter assim maior quantidade de produto final. Outras problemáticas derivadas são o fato de a mandioca ser uma cultura que consome muitos nutrientes e "*deixa o solo cansado*", além da perturbação da estrutura do solo pela penetração das raízes, razão pela qual, geralmente, nas áreas destinadas à sua produção, ela é rotacionada com uma gramínea, como milho ou as pastagens, com objetivo de recompor a estrutura do solo e fornecer matéria orgânica.

Outro cultivo usual é a cana-de-açúcar (*Saccharum officinarum*), que assim como a mandioca, que é plantada a partir dos pedaços de caule, de forma assexuada. Também se trata de uma espécie que demanda período considerável de tempo para sua colheita, de 1 a 2 anos, dependendo se ela é plantada "cedo" ou "tarde", em relação ao período das águas. Nas palavras de um dos agricultores informantes, "*a cana, do mesmo jeito que a mandioca, acaba com a terra*". Tanto a cana-de-açúcar quanto a mandioca são cultivadas sem utilização de nenhum adubo químico, fazendo uso dos adubos orgânicos ou esterco.

A cultura da cana representa um enorme valor para famílias da Comunidade, pois constitui uma das práticas tradicionais realizadas pelos seus antecessores, avós e bisavós. Ainda se mantêm várias técnicas características de manejo e agregação de valor de forma artesanal para a obtenção de derivados como a rapadura, a moça branca, a cachaça, o melado de cana e, em determinadas ocasiões, o açúcar mascavo (um produto que demanda muito

---

[20] Nos casos em que é realizado unicamente com irrigação das chuvas. Ocorre que há famílias que indicaram que realizam essa produção no período da seca, com irrigação da área. Contudo, os melhores resultados de rendimento teriam sido observados na época das águas, na data certa de plantio para a região.

[21] Isto é uma média, pois segundo o apontado pelos moradores, existem variedades melhoradas que têm um ciclo mais curto (6 meses), mas que não possuem uma qualidade tão boa. A qualidade nesse caso seria avaliada a partir do sabor e do tempo de cocção necessário.

tempo de elaboração). O processo produtivo dessas mercadorias é controlado inteiramente pelas famílias, desde as etapas iniciais até a comercialização.

O processo de elaboração da rapadura demanda muita força de trabalho, com dedicação exclusiva de um grupo de pessoas para a realização da tarefa, durante o dia inteiro. Implica desde o corte da cana com facão até a posterior a moagem da cana no engenho para obtenção da garapa[22]. O segundo passo após a moagem é a elaboração do melado[23] de cana. Para fazer isto, o caldo de cana é cozido até atingir sua fervura para evaporar o elevado conteúdo de água, concentrando assim os níveis de açúcar. Esse processo se realiza em *caixas* ou grandes panelas de cobre em contato direto com o fogo de lenha. Isto implica um grande esforço, pois as pessoas que dedicam seu tempo para realizar essa tarefa passam várias horas do dia expostos a elevadas temperaturas no local onde se faz esse processo, somando-se às já elevadas temperaturas ambientais. Uma vez obtido o melado, ele é batido, com ferramentas específicas para, em seguida, ser colocado em formas para fazer a rapadura.

As frutas também cumprem papel importante para as famílias; produzem mamão (*Melicoccus bijugatus*), banana (*Musa paradisiaca*), maracujá (*Passiflora edulis*), manga (*Mangifera indica*) e acerola (*Malpighia emarginata*) tanto para consumo *in natura* (nem todas), quanto para a para elaboração de polpas.

Com o intuito de apresentar de forma resumida as produções e atividades desenvolvidas pelas famílias, apresenta-se o calendário agrícola anual (Quadro 2), construído a partir das informações fornecidas pelos moradores.

---

[22] Caldo ou suco obtido a partir da moagem da cana-de-açúcar.
[23] Xarope obtido a partir da fervura por tempo prolongado da garapa.

Quadro 2. Calendário de atividades agrícolas e pecuárias da comunidade Cana Verde.

Calendário de Atividades Agrícolas da comunidade Cana Verde												
Atividade Produtiva	Época da Seca						Época das Águas					
	A	M	J	J	A	S	O	N	D	J	F	M
Produção de Leite	**X**	**X**	**X**	**X**	**X**	**X**	**X**	**X**	**X**	**X**	**X**	**X**
Desmama de Bezerros	**X**	**X**										**X**
Parições						**X**	**X**	**X**				
Alimentação do gado com base pastoril	**X**	**X**					**X**	**X**	**X**	**X**	**X**	**X**
Alimentação do gado com Forragens Conservados	**X**	**X**	**X**	**X**	**X**	**X**	**X**					
Produção de Hortaliças	**X**	**X**	**X**	**X**	**X**	**X**	**X**	**X**	**X**	**X**	**X**	**X**
Plantio de Mandioca							**X**	**X**	**X**			
Colheita da Mandioca				**X**	**X**	**X**						
Plantio da Cana							**X**	**X**	**X**			
Colheita da Cana							**X**	**X**	**X**			

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados de campo (2019).

A criação de gado para produção do leite é uma atividade que predomina nas unidades familiares. A vaca constitui um animal fundamental, já que produz o leite que é consumido no local ou comercializado de forma direta ou com a agregação de valor (queijo fresco, requeijão, queijo ralado, doce de leite), além de contribuir com o sistema de reciclagem da matéria orgânica, fornecendo o esterco que é reutilizado por algumas famílias para elaboração de adubos orgânicos como o Bocashi[24] e o Supermagro[25]. Todas as propriedades possuem pelo menos uma vaca, inclusive aquelas famílias que não têm a pecuária como atividade central. Assim, a atividade pecuária não pode, nem deve ser analisada de forma isolada da atividade agrícola, ou da "empresa familiar", como alguns entrevistados a definiram.

Esses animais é que representam mais valor do que se poderia supor. A vaca se constitui num bem de troca e de imobilização de valor, entendido desde nossa parte como uma espécie de "sistema financeiro camponês", ou como definido por Woortmann (1987), um "fundo de reserva", já que, quando necessário, pode ser trocado por dinheiro para atender diversas demandas da família. Isto é bem exemplificado por dois entrevistados:

[24]Adubo orgânico sólido realizado mediante a fermentação aeróbica de materiais presentes no local como bagaço de cana, cinza, esterco, terra do mato, melado de cana, cama de frango, carvão, pó de rocha e microorganismos da floresta.

[25] Biofertilizante líquido de adubação foliar realizado mediante fermentação anaeróbica de esterco de gado, soro de leite, melado de cana e pó de rocha.

> *A gente tira dinheiro de um canto e vai pondo em outro. Por exemplo, eu vendi uns quatro bezerros e com o dinheiro que juntei apliquei na cerca. Comprei arame, poste, porteira e fiz a minha cerca para separar o gado* (Agricultor Familiar entrevistado, 55 anos).
>
> *Gado aqui pra nós, como nós diz: é inhambu na capanga. É dinheiro fácil. Qualquer um compra um animal para engordar ou para abater se você precisar vender. No caso do leite também, é uma das poucas atividades que dá dinheiro fácil. Mas, atender e manter o gado é muito trabalho. Para alimentar o animal também tem que ter lugar* (Lavrador entrevistado, 46 anos).

Dessa forma, vê-se que o gado é um elemento importante na reprodução camponesa, pois ele é reconhecido como fator que permite a consolidação de novos núcleos familiares, após o casamento dos filhos e das filhas. O gado é oferecido aos filhos recém-casados, mas eles não poderão ser abatidos sem antes terem reproduzido, permitindo, assim, a multiplicação do rebanho (WOORTMANN, 1990). Isto foi visualizado em campo como prática realizada por alguns pais de família que outorgaram esse presente para os filhos e as filhas que conformaram seu novo núcleo familiar, depois de realizado o casamento.

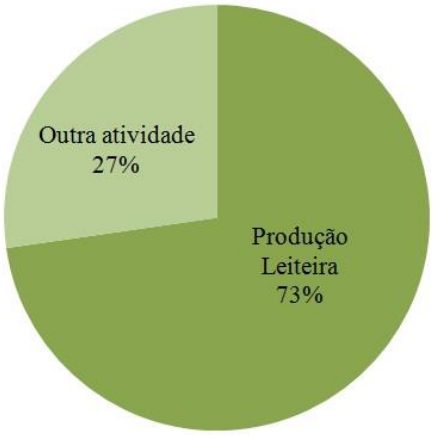
Ao mesmo tempo, é evidente que o número de animais da unidade familiar representam o nível de acumulação em "capital gado" dessas propriedades. Por outro lado, um aspecto observado é a importância dada ao gado nos discursos dos entrevistados, como se o número destes animais se constituísse como uma fonte de poder ou de estabilidade e pertencimento a uma determinada classe ou *status* social de semelhança com o "fazendeirão" ou grande pecuarista local. Esse aspecto ainda se vê reforçado com o depoimento de uma das entrevistadas quem afirmava "*meu pai nunca teve gado de outra raça. Ele fazia questão que fossem todos animais brancos, não podia ter outro de cor diferente*".

A pecuária leiteira é uma atividade presente e com cadeias bem consolidadas na região e no estado de Goiás, no qual a agricultura camponesa tem uma importante representatividade, sendo responsável por 42% dos litros de leite produzidos por ano no estado (IBGE, 2009). A participação de camponeses na produção leiteira da região se dá devido às baixas barreiras para ingressar na atividade, em comparação com outras atividades produtivas. Outro fator importante, apontado por alguns autores (MEDINA, 2018; GRISA *et al*, 2014), tem sido a incidência de políticas públicas como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), que tem orientado créditos para financiar famílias que tenham como atividade central a produção do leite. Segundo Corcioli (2019), essa política pública tem concentrado os recursos e os créditos nessa atividade tradicional, sendo importante para sua consolidação no estado de Goiás.

Apesar do que foi apontado por Corcioli (2019), na realidade pesquisada a incidência do PRONAF tem sido pouco representativa (apenas 36% das unidades acessaram o PRONAF). Foi possível identificar que a problemática de acesso aos créditos resulta das dificuldades impostas pelos bancos, sendo que é o sistema financeiro que faz o Programa funcionar. Nesse sentido, "*no primeiro PRONAF, a gente nem conseguiu ser bem atendido lá no banco. Depois, no segundo, já foi mais fácil, porque a gente já tinha mais experiência para arrumar os documentos*". Esse relato condiz com o apontado por Grisa *et al* (2014), que apontam que a barreira burocrática existente nas sucursais bancárias tem sido uma limitante para o acesso à política pública por agricultores familiares, provocando, assim, uma concentração do crédito em agricultores capitalizados.

Apesar de tais barreiras, a produção leiteira representa uma atividade importante para a maioria das famílias entrevistadas da comunidade Cana Verde (Gráfico 3). Trata-se de uma atividade que é realizada com diferentes fins, predominando a venda do leite em laticínios, devendo atendera padrões tecnológicos e de qualidade pré-determinados. Contudo, existem casos em que a criação de gado não é realizada com fins comerciais, cumprindo função para a produção de derivados do leite e suprir as necessidades do grupo familiar.

Gráfico 3. Atividades produtivas realizadas na Comunidade.



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados de campo (2019)

Apesar de a criação de gado ser uma atividade "tradicional" na região, tanto nas pequenas propriedades quanto em grandes fazendas, o seu desenvolvimento e a sua expansão foi possível graças à adoção de diversos insumos que conformam o pacote tecnológico proposto pelo paradigma modernizante. Na Comunidade, as tradicionais raças de gado

rústico, do tipo “pé duro” ou “pantaneiro”, foram substituídas pelas raças de alto potencial produtivo, do tipo “Nelore”. Apesar de essas raças terem genética orientada à produção de carne, foram implementadas para produção de leite devido à utilidade do bezerro que era vendido para serem recriados e abatidos fora da propriedade. Contudo, tais raças tinham grandes problemas para suportar as temperaturas, doenças e carrapatos existentes nos ambientes, razão pela qual foi necessário adotar o pacote veterinário para manter os animais vivos e saudáveis.

Contudo, de forma mais recente, principalmente nos últimos dez anos, a pecuária leiteira sofreu novas transformações, com tendência à especialização produtiva, devido à intervenção por parte do programa “Balde Cheio”, impulsionado pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR). A partir disso, o pacote tecnológico da pecuária foi introduzido de forma mais profunda naquelas unidades familiares que têm essa atividade produtiva como a mais importante para sua renda, induzindo reformas nas pastagens, piqueteamento, e programas de adubação baseada em macro e microelementos.

Os técnicos do SENAR também foram responsáveis pela introdução de novas alterações genéticas sem considerar as implicações que elas têm no restante dos níveis produtivos. Do ponto de vista técnico, uma mudança na genética deriva numa adoção de diferentes planos de manejo nutricional, mais exigentes, para dar resposta às demandas alimentares dos animais, à adoção do pacote veterinário e à reforma das pastagens que, obrigatoriamente, induzem à lógica de incorporação tecnológica, consumo e custo adicional para as famílias.

Apesar dos processos de modernização vivenciados, é possível observar que algumas práticas de manejo tradicionais, não associadas à lógica industrial, ainda prevalecem. Vale a pena, assim, aprofundar nas pautas de manejo desses animais, e sua relação com os aspectos produtivos.

Após a primeira parição, as vacas são treinadas de forma gradativa para o processo de ordenha no curral. Nesse treinamento, elas recebem um nome especial pelo qual são denominadas durante toda sua vida produtiva (ex. Salina, Morinha, Mascarada, etc.). O processo de ordenha é realizado uma vez por dia, pela manhã, de forma manual (em casos excepcionais, a ordenha é feita duas vezes por dia, com o uso da ordenhadeira), como visível na fotografia 3. A rotina de ordenha começa pela “*apartada das vacas*”, que implica separar os bezerros das vacas no dia anterior, no período da tarde. Os bezerros ficam a noite inteira separados de sua mãe, para no dia seguinte ser realizada a ordenha delas. Após esse processo, os bezerros são soltos e permanecem “*ao pé das vacas*” para garantir sua alimentação com o

leite, até uma nova separação. Isto merece ser destacado, pois se trata de um processo que difere das práticas comumente realizadas nas grandes fazendas produtoras de leite, nas quais as bezerras são criadas de forma “artificial” e isoladas das matrizes.

Fotografia 3. Processo de ordenha manual.

Fonte: Arquivo do autor (2019).

O uso dos insumos não pode ser analisado de forma descolada da forma de produzir adotada pelas famílias. Pode-se afirmar que as famílias se baseiam numa agricultura de insumos que depende, ainda que não completamente, do pacote de tecnologias da Revolução Verde. Ao mesmo tempo, existe uma forte necessidade por parte das famílias de estabelecerem práticas que sejam menos dependente destes insumos, existindo uma problemática crescente sobre os impactos que esses insumos têm sobre a saúde deles, de seus filhos e filhas, além dos consumidores.

> *Hoje o povo está preocupado pela saúde deles e compra de nós porque sabe que não usamos veneno. O produto que nós vendemos na feira é o mesmo que a gente põe na nossa mesa. Então, se a gente vai levar coisas cheias de veneno na feira quer dizer que a gente também tá comendo veneno. Não temos uma horta separada. A gente come e vende da mesma horta* (Agricultora Familiar entrevistada, 50 anos).

Por outro lado, tal questionamento existe, também, devido aos altos custos de acesso a essas tecnologias. Diante disso, algumas famílias têm decidido mudar a forma de produzir e desenvolver uma agricultura livre de venenos. Nesse contexto, começaram a se projetar as

Biofábricas Camponesas[26], visando a autonomia das famílias em relação ao mercado dos insumos químicos e a recuperação dos solos. Assim foi se realizando a mudança nas práticas de algumas propriedades e problematizando as outras sobre esse aspecto.

Em relação à transição agroecológica, grande parte das famílias já tem várias práticas que permitem atestar esse processo. Considera-se como importante a consciência que eles têm sobre o uso de agrotóxicos e o impacto à saúde, tanto para eles quanto para os consumidores de seus produtos. Além disso, é possível reconhecer a elevada agrobiodiversidade presente em todas as unidades produtivas devido à diversificação produtiva e ao nível de conservação da paisagem. Nesse sentido, destaca-se o componente ético da agricultura camponesa (SHANIN, 1980), intrínseco à dimensão ética da agroecologia (CAPORAL; COSTABEBER, 2004), pautada no compromisso de produzir alimentos limpos e saudáveis para si e para a Comunidade, em consonância com a natureza.

Contudo, há que se reconhecer que ainda existe uma dependência de insumos externos nas unidades produtivas, verificada na utilização de fertilizantes de síntese química e, em determinadas ocasiões, no uso de agrotóxicos. No caso dos fertilizantes de síntese química, estes são utilizados durante o processo de recuperação das pastagens e como adubação principal dos canteiros de espécies hortícolas. Do ponto de vista técnico, esses insumos oferecem uma resposta às necessidades nutricionais das culturas em curto prazo, mas, por outro lado, promovem a nutrição desequilibrada do solo, o que desencadeia a aparição de doenças e insetos diante dos elevados níveis de substâncias simples (proteólise) nos tecidos das plantas. (PRIMAVESI, 1997; CHABOUSSOU, 2002).

O uso de agrotóxicos constitui uma prática muito preocupante nas unidades de produção, pela forma que são usados, provocando riscos à saúde. Durante as visitas de campo, houve a possibilidade de reconhecer o uso destes insumos em determinadas unidades produtivas nas quais a família é constituída por apenas duas pessoas, geralmente em idade avançada. Nesse contexto, foi mencionado por entrevistados que, pela sua idade, era difícil realizar a capinada com enxada por problemas de saúde, razão pela qual, era feito uso de herbicidas para o controle das “ervas daninhas e do capim”.

Também se observou a forma que esses insumos são utilizados, aumentando o risco à saúde dos camponeses. Destacam-se: fungicidas que são utilizados como se fossem inseticidas; formulações que sobram de alguma aplicação e que são guardadas na mesma bomba por tempo indeterminado; reutilização de embalagens de agrotóxicos para armazenar

[26] As Biofábricas Camponesas estão em alguns sítios onde se faz a produção de insumos visando à autonomia dos agricultores das agroindústrias fornecedoras desses elementos.

outros produtos; falta de uso de proteção individual para a realização de aplicações de produtos.

Interessa, ainda, reforçar como as tecnologias da Revolução Verde e da modernização da agricultura têm efeito persistente no campo, já que foram introduzidas sem o devido acompanhamento. A falta de assistência técnica, também foi apontada como uma problemática pelos entrevistados, em relação às técnicas de produção. Isto se reflete na falta de informações adequadas sobre o uso dos insumos tóxicos, sendo que, diante da falta de profissionais no campo, as informações são compartilhadas entre os próprios camponeses. Este aspecto acaba limitando a produção no campo, conforme foi indicado em alguns depoimentos:

> *A informação que a gente recebe vem do cara da loja. Às vezes entre nós mesmo. Eu não quero bater veneno, mas as vezes não tenho outra opção, senão perde tudo Eu tinha vários pés de laranja, mas acabou morrendo tudo. Eu poderia ter usado algum remédio, mas a gente às vezes prefere deixar todo morrer do que andar batendo veneno* (Produtor de leite entrevistado, 65 anos).

Aqui vale a pena voltar aos conceitos de tecnologia e modernidade: as tecnologias não precisam ser botões, luzes de cores ou moléculas específicas de origem industrial. Muito pelo contrário, o valor essencial de uma tecnologia é quando ela traz resposta diante de uma determinada problemática. Nesse sentido, a agroecologia oferece um amplo conjunto de respostas, se baseando principalmente em tecnologias de processos ecológicos.

Um caso semelhante acontece com as sementes utilizadas na Comunidade. As sementes se constituem como elementos-chave na reprodução camponesa. Elas definem concretamente a possibilidade de início de um ciclo agrícola e, também, são responsáveis pela "fartura" que as famílias apontam como o "mais prazeroso" da vida no campo. Percebe-se que a semente, de elemento que ao longo da história era trocado, hoje passou a ser adquirida de forma externa à propriedade, em lojas comerciais. Assim, as famílias que produzem hortaliças (seja como fonte de renda principal ou em quintais para garantir as necessidades do grupo familiar), obtém as sementes nas lojas agropecuárias da região, o que significa, também, a entrada de agrotóxicos incorporados nas sementes. Porém, existem casos particulares de determinadas espécies como a mandioca, a cana-de-açúcar e determinadas variedades de milho e feijão que ainda são preservadas (as sementes, as ramas, as estacas) e guardadas para iniciar um novo ciclo de cada cultura.

Em relação aos insumos utilizados para a produção pecuária, uma parte considerável deles provém de fontes externas às unidades de produção. Isto é ainda mais evidente naquelas

propriedades em que a pecuária constitui a principal atividade produtiva. As rações, os minerais e os concentrados são insumos utilizados para garantir a produção leiteira. Em todos os casos esses insumos foram adquiridos na Cooperativa Mista dos Produtores Rurais do Sudoeste Goiano Ltda (COMIGO) no município de Caiapônia-GO. As famílias vêem isto como uma vantagem, pois podem adquirir os insumos a preços mais reduzidos do que em outras lojas agropecuárias.

Vê-se, então, que o processo de modernização agrícola teve muitas implicações na organização da produção das unidades familiares. Verifica-se que as práticas utilizadas por várias gerações da Comunidade foram modificadas pelas tecnologias propostas pelo processo modernizante, ancoradas na Revolução Verde e no pacote tecnológico.

2.2.2. O trabalho da/na terra e a organização do trabalho familiar na comunidade Cana Verde

A forma como é realizado o processo produtivo nas unidades de produção, necessita de analise nos diferentes componentes desse processo, iniciando pela importância da força do trabalho familiar, que se constitui elemento central na organização do trabalho e na reprodução das famílias camponesas. Contudo, isto depende das características de cada unidade familiar e seus constituintes.

Segundo os entrevistados, "*no tempo antigo*" as unidades familiares da Comunidade, devido ao número demembros (principalmente filhos e filhas) de cada grupo familiar[27], tinha a força de trabalho garantida quase totalmente pelos membros da família, ou em situações específicas, através do mutirão e ajuda entre vizinhos. Porém, quando os filhos chegavam à idade escolar, abandonavam o sítio para ir para a cidade, desmontando assim a constituição da força de trabalho familiar. Quando acontecia o retorno, geralmente nos finais de semana, as tarefas mais pesadas e que requeriam maior envolvimento de mãodeobra eram realizadas nesse momento, aproveitando a maior quantidade e qualidade da força de trabalho.

Segundo Chayanov (1979), uma das características centrais da agricultura camponesa é a orientação das atividades visando o objetivo da manutenção das necessidades de consumo da família, sendo o planejamento da atividade agrícola organizado em funçãodas demandas dos constituintes do núcleo familiar. Essas demandas são resultado do balanço entre trabalho-consumo na unidade doméstica. Para tanto, parte-se da diferença entre "número de pessoas" e "força de trabalho efetiva", sendo a primeira composta pelos indivíduos que compõem a

[27] Na comunidade foram distinguidas famílias compostas por 13 pessoas, representadas pelo casal e 11 filhos e filhas.

unidade de produção, e a segunda composta pelos membros da unidade de produção em condição de fornecer sua força de trabalho no processo produtivo da unidade familiar, conforme a tabela 2.

Tabela 2. Composição da força de trabalho das unidades familiares

Unidade de Produção	Número de Famílias	Número de Pessoas (N)	Força de trabalho efetivo (FT)	N/FT
1	3	13	10	0,76
2	2	6	3	0,5
3	1	2	1	0,5
4	1	2	2	1
5	1	4	2	0,5
6	1	4	2	0,5
7	1	2	2	1
8	1	4	3	0,75
9	1	2	2	1
10	1	2	1	0,5
11	1	5	4	0,8

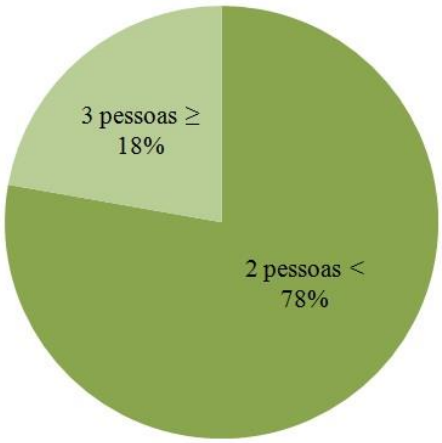
Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados de campo (2019).

Durante a vivência na Comunidade foi possível estabelecer que o ritmo, a organização do trabalho e a duração da jornada são flexíveis e se encontram condicionadas por uma série de fatores, a composição (quantitativa) do núcleo familiar, a atividade produtiva predominante e o dia da semana em questão, considerando a presença de jovens na unidade familiar e época do ano (nas águas ou na seca). Considera-se que a composição do núcleo e a força de trabalho efetiva na unidade de produção é o condicionante dos outros fatores apontados.

Em relação às jornadas de trabalho, pode-se observar que são longas e extensas, começando cedo, entre 5 e 6 da manhã até ao anoitecer. Participamos de diferentes situações que conformam a atividade cotidiana de uma jornada de trabalho, como a produção leiteira e o trabalho com a cana de açúcar orientada à produção de rapadura, cujas jornadas exigem que o trabalho comece mais cedo. Isto se deve às particularidades de tais atividades; o fabrico da rapadura, por exemplo, se faz a elevadas temperaturas para atingir a fervura do caldo de cana e requer que tal processo comece o mais cedo possível para evitar que as pessoas que realizam tal função fiquem expostas ao calor do sol.

Fazendo a caracterização das unidades de produção da Comunidade, pode-se afirmar que, a base da força de trabalho envolvida no processo produtivo é do mesmo núcleo familiar, e os núcleos analisados apresentam grandes diferenças quanto ao número de constituintes (Gráfico 4), existindo predominância de núcleos familiares conformados por menos de duas pessoas (82% das unidades visitadas), geralmente representadas pelo casal que mora e trabalha na propriedade.

Gráfico 4. Número de pessoas por unidade familiar entrevistada



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados de campo (2019).

Esse aspecto tem grandes implicações quanto aotempo demandado tanto para o planejamento das atividades produtivas quanto para a comercialização dos produtos. Na comunidade Cana Verde foi possível observar esse impacto no tempo de trabalho de maneira mais visível com relação ao processo de preparação dos produtos para a feira naquelas unidades produtivas em que o núcleo familiar se encontra constituído unicamente pelo casal (duas pessoas).

Nas unidades produtivas cujas famílias trabalham coletivamente e têm vários integrantes participando do processo produtivo (por exemplo, na UP 1), esse procedimento se faz de forma relativamente rápida, no mesmo dia de cada feira começando pela manhã. Isto se deve à conformação de mutirões baseado no trabalho coletivo. Contrariamente, nos casos que o núcleo familiar se reduz a duas pessoas (a maioria dos casos observados), esse processo começa um ou dois dias antes da feira, devido ao maior trabalho acumulado para a menor quantidade de pessoas, fazendo com que as famílias se vejam forçadas a aumentar seu ritmo e

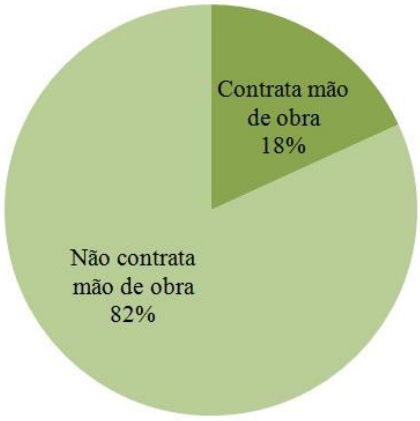
a “penosidade de seu trabalho”, sacrificando, em muitos casos, dias de descanso (CHAYANOV, 1974).

Isso se torna ainda mais complexo se for analisada a dificuldade de incorporação de mão de obra externa ao núcleo familiar. A contratação adicional de funcionários é levantada como uma problemática, conforme pode-se verificar no seguinte depoimento de um dos agricultores:

> *A mão de obra hoje é um problema porque chegado a certa idade você não dá conta. É difícil conseguir alguém para trabalhar e também manter porque a nossa renda é baixa. Para manter um funcionário não tem como. O funcionário também quer segurança em seu emprego. Não adianta chamar para uma semana e depois não conseguir manter. O funcionário tambem quer segurança no emprego dele* (Agricultor Familiar entrevistado, 62 anos).

De fato, de todas as famílias entrevistadas, somente duas têm a possibilidade de contratar de mão de obra (Gráfico 5).

Gráfico 5. Unidades produtivas que contratam mão de obra.



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados de campo (2019).

Quando há contratação, os funcionários realizam atividades permanentes. Nesse caso, eles são contratados para realizar uma das tarefas que têm maior desgaste físico na unidade produtiva: o corte da cana-de-açúcar e seu posterior traslado até o engenho onde se faz a moagem; à capina da horta ou das lavouras. Essa força de trabalho adicional é proveniente da mesma Comunidade (sendo realizada pelos próprios parentes/vizinhos) ou da cidade de Palestina de Goiás, existindo troca monetária pela jornada de trabalho.

Para facilitar o trabalho e diminuir o tempo dedicado aos labores mais pesados, algumas famílias mecanizaram parte do processo produtivo através de diferentes ferramentas de trabalho, como por exemplo, com o uso do motocultivador para fazer a preparar canteiros para o plantio das hortaliças e outros trabalhos em áreas pequenas. Com ele, diminui-se consideravelmente o tempo de trabalho. Já no caso das áreas maiores, o trabalho do solo se faz com implementos específicos utilizados com o trator. Porém, há que reconhecer que a maior parte dos trabalhos agrícolas é realizada com o uso de ferramentas manuais, conforme ilustrado pela figura a seguir (Fotografia 4), onde dois homens capinam o entorno de uma plantação de tomate com enxadas.

Fotografia 4. Agricultores da comunidade capinando plantação de tomate.

Fonte: Arquivo do autor (2019).

Observa-se que a dinâmica de trabalho das famílias também gira em torno da comercialização nas feiras, sendo que, cada dia de feiradita intenso ritmo de trabalho nos dias que a antecede.

> *O ritmo de nossa vida está definido pelas feiras. Quarta-feira, tem feira. Quinta-feira, tem feira. Na sexta a gente faz algum serviço. Sábado, temos feira. Domingo tem feira, mas é dia de descanso para alguns. Segunda o pessoal dedica para*

> *atender coisas pessoais, como fazer pagamentos, ir pro médico, ou outras coisas* (Agricultor Familiar entrevistado, 50 anos).

A dinâmica das feiras dita o ritmo: pela manhã, as vacas são ordenhadas para obter o leite e a partir dele se produzirem os seus derivados. Ao mesmo tempo, grande parte das hortaliças é coletada e acondicionada para sua posterior venda. A mandioca é colhida, descascada, troçada e empacotada. Quem cumpre papel importante nessa atividade são as mulheres e os mais jovens, (no caso das famílias que contam com essa força de trabalho adicional) o que implica emganhos de tempo de trabalho. Para além dos dias de feira, a atividade está orientada principalmente aos tratos culturais e ao cuidado com a horta e com os animais.

Contudo, além dos fatores que foram mencionados como modificadores da jornada de trabalho, outro aspecto característico da vida da roça e da urgência das tarefas, se encontra associadas aos tempos biológicos e da natureza, contrariamente, aos tempos de trabalho na cidade, rígidos, estruturados pelo relógio do "patrão". Para vários entrevistados, isto não implica numa problemática, pois representauma das principais satisfações da vida na roça:

> *Eu trabalho para mim, trabalho na hora que eu quero e paro quando eu precisar. Não preciso andar esquentando minha cabeça ao sol. Se eu trabalhar para os outros tenho que andar cumprindo horário, sabe* (Lavrador entrevistado, 46 anos).
>
> *Aqui a vida não é complicada não, porque eu trabalho quando eu quero. Não sou de arrochar, mesmo. Se for olhar no serviço e querer fazer tudo, aí cê morre trabalhando. Tem um momento que tem que fazer vista grossa um pouquim. Vai mexendo com as coisas, mas devagar* (Agricultor Familiar entrevistado, 55 anos).

Diante essa caraterística do tempo de trabalho camponês, Shanin (2008) salienta que um dos atributos mais importantes da autonomia destes sujeitos é o fato de que são "donos de seu próprio tempo de trabalho", decidindo como utilizá-lo, de forma contrária à lógica fabril estruturada. Dessa forma, o trabalho camponês se encontra condicionado pela íntima relação existente com a natureza provedora dos elementos essenciais para a vida. Assim, o controle próprio do tempo de trabalho permite que estes sujeitos, uma vez chegado o final do dia, tenham o tempo de descanso que implica em assistir novelas na televisão durante a semana ou ir para o rio a pescar com a família aos finais de semana (especificamente no domingo), como relataram.

Contudo, é importante reconhecer que essa dinâmica se ajusta em função do gênero, devido à diferente distribuição das tarefas domésticas/produtivas, fato que foi observado em

todas as unidades produtivas visitadas. Assim, é possível determinar a existência de uma clara divisão sexual do trabalho.

As mulheres, além de realizarem importantes tarefas na unidade produtiva, também realizam os afazeres domésticose a preparação das refeições diárias, fato que implica que o tempo de trabalho seja mais prolongado. São atividades produtivas atribuídas às mulheres: a elaboração de queijos, de doces, de quitandas, de requeijões e temperos, assim como as atividades ligadas ao acondicionamento dos produtos para a feira e do empacotamento após as colheitas. Também, é realizado pelas mulheres o processo de plantio em bandejas das diferentes mudas eo trato dos animais menores, como as de aves.

Por um lado, distinguem-se como atividades essencialmente masculinas aquelas orientadas ao labor de maior desgaste físico, como as tarefas com os animais de maior tamanho, como a ordenha das vacas e o abate de grandes animais, trabalho com as maquinários e o preparo do solo e dos canteiros para plantio.

Há atividades desenvolvidas tanto por homens quanto por mulheres, como o transplante de mudas e de colheitas de hortaliças em geral.

O trabalho acessório ou às fontes de renda de atividades não agrícolas é representativa: 45% das unidades familiares entrevistadas tem algum membro que realiza esse tipo de trabalho, sendo identificados indivíduos que realizam atividades como fonte de renda complementar à atividade agropecuária. Contudo, não foi possível constatar a frequência de realização de tais atividades, assim como a importância no total da renda do grupo familiar. Nesse sentido, foram identificados sujeitos que realizam atividades de construção (pedreiro), de eletricista, consertando carros ou de tratoristas. Essas tarefas foram identificadas em sujeitos que já tinham conhecimento prático por terem desempenhado tais atividades quando eram moradores da cidade. Já em outra perspectiva, também foram identificados sujeitos que trabalham como tratoristas, oferecendo esse serviço para terceiros na Comunidade e/ou no entorno.

Apesar da representatividade, essas atividades podem estar orientadas a dois fins: por um lado, quando esses trabalhos são realizados internamente na Comunidade, se constituem mais um labor comunitário, podendo existir remuneração econômica ou em espécie, contribuindo assim de diferentes formas para a manutenção do núcleo familiar. Por outro lado, esse trabalho acessório pode ser realizado fora da comunidade, ainda que seja uma atividade pouco frequente, mas quando realizada, há remuneração em dinheiro (principalmente nos casos dos que fazem labores de tratoristas).

Problemática recorrente, a falta de assistência técnica para a produção foi apontada por todas as famílias entrevistadas como algo que influencia a qualidade do processo produtivo. Além da falta desse apoio adicional para a produção,as pessoas entrevistadas indicaram que, nas poucas oportunidades que contaram com essa ajuda, o perfil de profissionais não se ajustava às demandas e às necessidades do grupo familiar. A respeito disso, um informante relata que

> *Nossos produtos são bons, mas poderiam ser melhores. Você traça o rumo para trabalhar sem apoio. Hoje a EMATER na região não existe mais. Não temos ninguém que venha olhar aqui pra nós. Quando nós conseguimos um técnico da COMIGO só deu pra trás, porque o técnico da COMIGO ele trabalha com soja, com grande produtor, com alta escala. Nós plantamos tomate duas vezes com ele aí, não colhemos nada, nem um pé de tomate com as experiências dele. Nossa qualidade é boa porque é nos mesmo que corremos atrás pesquisando e produzindo. Essa produção que a gente faz é de infância como nós fazia com minha mãe e com meu pai* (Lavrador entrevistado, 46 anos).

2.3. "*Muito trabalho e pouca renda*": a comercialização dos produtos da Comunidade

Verifica-se que existe ampla diversidade de atividades produtivas realizadas na CCV, orientadas tanto para o atendimentodas despesas próprias nas unidades familiares, quanto paraa comercialização em mercados mais abrangentes.

Destacam-se diferentes tipos de canais de comercializaçãocomo as feiras livres, os mercados institucionais (principalmente PNAE), os laticínios, os supermercados, as vendas "na porteira", as vendas nos municípios a compradores específicos, a venda direta na porta do cliente e as vendas para a cooperativa. Deu-se maior ênfase às feiras livres por se constituír num canal comun para várias famílias da Comunidade e, também, por serem indicadas pelos moradores como o canal de venda mais importante para a geração de renda.

A palavra feira é originária do latim, no qual *feria* significa "dia de festa". Em português, quer dizer lugar público, muitas vezes descoberto, onde se expõem ou se vendem mercadorias (MINNAERT, 2008). A feira também éespaço de encontro e conversa, sendo um lugar muito importante para a dinâmica local, pois nela entram em jogo diferentes atores: os agricultores da região que levam seus produtos, os comerciantes que fazem revenda de produtos da CEASA-GOe outros vendedores locais que aproveitam o movimento de pessoas para ampliar sua renda. Além disso, e os comércios locais também se valem das feiras paraaumentar seu movimento. Ao mesmo tempo, as feiras se constituem como espaços de

encontro e interação entre vizinhos que as veem como um lugar de passeio e de lazer, onde é adquirida a comida que faz parte da alimentação das pessoas da cidade.

Na configuração dos sistemas agroalimentares atuais, o reconhecimento da pessoa que produz o alimento que é consumido tem se perdido e as feiras representam uma recuperação dessas relações. Ao mesmo tempo, elas têm papel relevante, principalmente nas cidades de pequeno e médio porte, por aliarem abastecimento urbano de gêneros alimentícios de primeira necessidade ao estímulo a uma produção agroalimentar geograficamente mais próxima, o que possibilita a circulação de mercadorias em locais com menor fluxo de dinheiro (SILVESTRE *et al*, 2011).

Durante as visitas à Comunidade, houve a possibilidade de conhecer e participar de todas as feiras onde as famílias comercializam seus produtos nas cidades de Palestina de Goiás, Caiapônia, Piranhas e Iporá, em diferentes dias semanais (Quadro 3).

Quadro 3. Dias de ocorrência das feiras, quantidade de bancas e participação da Agricultura Familiar (AF).

Município	Dia da feira	Número de bancas	Bancas da AF	Participação da AF (%)
Iporá	Quinta-feira	39	37	95
Palestina de Goiás	Sábado	17	12	70
Caiapônia	Quarta-feira	27	12	44
	Domingo	60	50	84
Piranhas	Quinta-feira	70	35	50

Fonte: Elaborado pelo autor com dados de Verano (2018).

Em cada uma das feiras, foi possível participar do atendimento ao público consumidor que escolhe os produtos da “Banca da Cana Verde”, com destaque para os derivados da cana. Em várias das feiras que participamos era frequente havercompradores esperando a chegada dos feirantes da CCV com seus produtos, os quais são muito procurados devido à sua alta qualidade e também pelo bom atendimento oferecido nas bancas, segundo a opinião dos entrevistados. Diante do costume de sempre haver as mesmas pessoas no atendimento ao

público, a aparição de um novo integrante da banca geralmente chamava a atenção, fazendo com que os consumidores questionassem a presença de um novo indivíduo alheio:

> *-Onde cês arrumaram esse rapaz?*
> *-Ele é o Gabriel. É Argentino. É o nosso amigo. É agrônomo e está auxiliando a gente lá na fazenda.*

Os membros da Comunidade afirmavam minha presença com orgulho e certo grau de ostentação, por dois motivos principais: a possibilidade de contar com um agrônomo auxiliando a Comunidade e o fato deste ser proveniente de outro país. Para muitos consumidores, havia certa estranheza de ver a presença de um estrangeiro (principalmente um argentino) naquele local, gerando diversas perguntas.

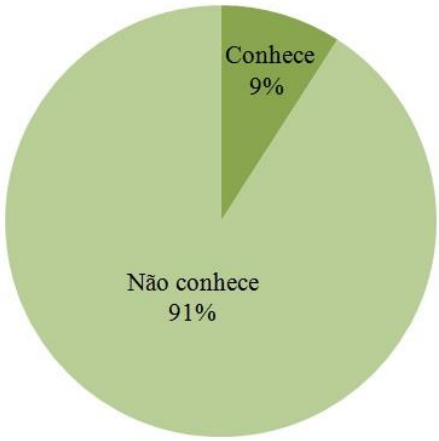
Contudo, apesar das vantagens que apresentam as feiras livres, como o fato de elas diminuírem o número de atravessadores e colocarem em contato direto o produtor (ou vendedor, que não necessariamente é produtor) e o consumidor, os entrevistados têm indicado vários gargalos que foram observados nas feiras. Um deles tem a vercom o critério e às exigências dos consumidores, os quais priorizam critérios estéticos (associados à presença/ausência de manchas nas folhas ou frutas, tamanho e cor dos produtos, principalmente) sobre a qualidade da produção desses produtos. Do ponto de vista do processo produtivo, isto se torna um fator limitante se pensarmos no caso das famílias que se encontram em processo de transição agroecológica. Nesse caso, os critérios dos consumidores se constituem num gargalo que condiciona a continuidade desse processo de transição agroecológica:

> *O povo gosta daquela mercadoria que está bonita de aparência. Inclusive tem gente que diz "não vou levar esse jiló porque a pele tá muito feia", mas esse jiló tá assim porque a gente não usa veneno, ele é saudável. E daí o povo responde "não, mas eu prefiro com veneno, que tem a pele bonita, do que aquele com a pele desse jeito". As pessoas às vezes não têm consciência do que é bom e também essas coisas desanimam a gente que tenta produzir diferente* (Agricultor Familiar entrevistado, 54 anos.)

Outro gargalo apontado é a padronização nos preços mínimos dos produtos na feira, já que nesse espaço o preço dos produtos comercializados nas bancas é determinado de comum acordo, a fim de evitar concorrência entre comerciantes. Contudo, o preço que os feirantes costumam utilizar como referência para estabelecer o preço comum é a cotação estabelecida pelas centrais de abastecimento ou CEASA-GO.

Essa disputa de preços se torna ainda mais complexa se pensarmos que existe um claro desconhecimento dos agricultores sobre os custos de produção de seus produtos. Na pesquisa, isto foi abordado durante as entrevistas semiestruturadas, analisando quais são as famílias que têm conhecimento do preço dos próprios produtos, podendo-se observar que apenas 9% das unidades produtivas têm conhecimento acerca da composição e dos custos de produção. Esse conhecimento não é total, e está restringido a certas culturas ou produtos com agregação de valor (Gráfico 6).

Gráfico 6. Conhecimento dos custos de produção por parte das famílias entrevistadas.



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados de campo (2019).

Associamos esse desconhecimento a aspectos próprios da organização da unidade familiar camponesa, onde, em muitos casos, o trabalho realizado predominantemente a partir de mão de obra do núcleo familiar não, necessariamente, é computado no valor final do produto a ser comercializado, fazendo com que esses produtos geralmente sejam mais baratos do que aqueles de origem de larga escala.

Além da experiência com as feiras livres, nos concentramos, também, na comercialização do leite para os laticínios, que constitui a via fixa para os produtores leiteiros da Comunidade. Atualmente, as famílias comercializam para três laticínios locais que buscamo leite, a cada dois dias, em caminhões e o traslada até os municípios de Iporá-GO, Piranhas-GO e Caiapônia-GO. O leite, após a ordenha nas unidades produtivas, é armazenado em tanques de refrigeração para evitar a proliferação de microrganismos que alteram sua qualidade. As relações comerciais com essas empresas será objeto de análise do seguinte capítulo.

A venda em supermercado vem constituindo um canal recente adotado para determinados produtos, como a rapadura, que é bem valorizada na região. Os supermercados onde as famílias fornecem seus produtos são dascidades de Palestina de Goiás-GO e Caiapônia-GO. Recentemente, as famílias adquiriram uma máquina especializada em realizar empacotamento a vácuo, o que permite conservar por maior tempo os produtos. Com esse novo sistema, outros produtos, como a mandioca, também estão começando a ser comercializados em embalagens específicas. A dinâmica de venda desses produtos se faz através de pedidos e entregue direto aos supermercados.

Já as vendas pelos mercados institucionais têm se constituído como uma fonte de renda importante para algumas famílias da Comunidade (27% das unidades entrevistadas), que utilizam esse sistema de comercialização. Ele se encontra representado pela venda de alimentos via Programa de Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), pelo qual as famílias fornecem alimentos às escolas públicas municipais e estaduais dos municípios de Caiapônia-GO e Piranhas-GO. A venda através dos mercados institucionais é realizada através das diferentes cooperativas que as famílias usam como canal de comercialização.

Do ponto de vista político-organizativo, as famílias participam em diversos espaços de organização social. Foi constatado que todas têm algum tipo de envolvimento em sindicatos e cooperativas locais, além de serem todos os entrevistados membros constituintes da APROCAN. As cooperativas identificadas foram a Cooperativa Mista dos Pequenos Agricultores de Caiapônia e Palestina de Goiás (COOPERCAP), a Cooperativa da Agricultura Familiar do Estado de Goiás (COOPEFAGO), com sede no munícipio de Caiapônia, e a Cooperativa Mista da Agricultura Familiar de Iporá e Região (COMAFIR).

As cooperativas servem como canal importante para comercializar os produtos de várias famílias. Porém, um aspecto a se destacar é o fato deque, em todas as unidades de produção entrevistadas, pelo menos um membro da família é membro da cooperativa COMIGO. Tal cooperativa representa os interesses da agricultura empresarial e produtora de *commodities* na região. Isto pode se relacionar com o fato de que essa cooperativa intervém como fornecedora de insumos que são utilizados na produção pecuária de modo geral, fundamentalmente rações, concentrados e sais minerais.

Ainda, vale destacar a venda “na porteira” da propriedade. Este é o canal adotado para venda de produtos a compradores que conhecem e procuram especificamente determinados artigos produzidos pelas famílias. Foi possível observar esse tipo de comercialização nos casos das propriedades que dedicam sua produção principal aos derivados da cana.

Também foi possível identificar canais de comercialização adotados recentemente, fazendo uso de mecanismos semelhantes aos das “Comunidades que Sustentam à Agricultura” (CSA). Esse mecanismo vem sendo reforçado também através de novos canais de comercialização adotados pelas famílias que realizam a venda nas feiras, e criaram um sistema de entrega na casa dos clientes que realizam seu pedido semanal previamente (via *WhatsApp*). Isto é possível a partir da organização existente com associações de outros municípios vizinhos onde existe uma divisão de tarefas de levantamento de pedidos semanais, que os repassem para os agricultores.

De forma resumida, apresentam-se no quadro 4 os diferentes canais de comercialização descritos, os produtos comercializados pelas famílias e a porcentagem de utilização(importância) de cada canal pelas unidades familiares da Comunidade.

Quadro 4. Canais de comercialização das famílias da comunidade Cana Verde.

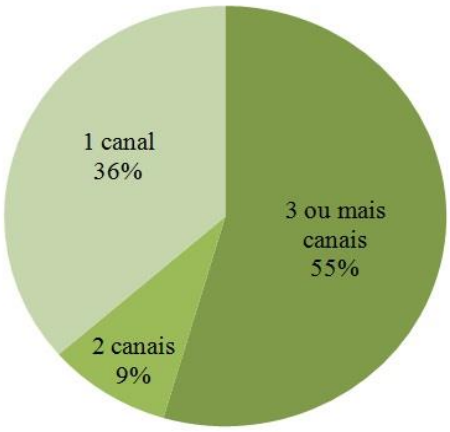
	Canal de Comercialização	Produto Comercializado	Importância
COMUNIDADE CANA VERDE	Feiras Livres Locais	Frutas, Hortaliças várias, Rapaduras, Melado de Cana, Moça Branca, Garapa, Açúcar Mascavo, Cachaça, Carnes (peixe, porco, frango), Mandioca, Leite, Queijos, Doces de frutas, Doce de Leite, Requeijão, Quitandas, Linguiça, Banha de Porco, Temperos.	55%
	Mercados Institucionais (PNAE)	Polpa de Frutas, Mandioca, Hortaliças várias.	27%
	Na porteira	Hortaliças várias, Cachaça, Rapadura, Peixes, Porcos, Polpa de frutas, Requeijão.	36%
	A clientes particulares	Hortaliças, Polpa de Frutas.	36%
	Laticínios	Leite.	64%
	Supermercados	Rapadura, Mandioca, Cachaça.	27%
	Via WhatsApp	Hortaliças, queijos e derivados da cana	18%

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados de campo (2019).

No entanto, um aspecto a ser esclarecido é que nem todas as famílias fazem uso desses canais de comercialização (Gráfico 7). Existem famílias que têm diversificado suas estratégias de comercialização utilizando, pelo menos, três das alternativas que apresentamos (55%), mas também há famílias que vendem sua produção apenas num único canal (9%), como no caso daquelas que se encontram mais especializadas em determinados ramos da produção (como a produção leiteira). Há, também, famílias que fazem uso de todos os canais, sendo relevante para sua geração de renda a diversificação tanto da produção agropecuária quanto dos lugares onde seus produtos são comercializados.

Apesar dos múltiples canais de comercialização observados, um aspecto que não foi possível determinar com precisão diz respeito à importância relativa de cada um deles na geração da renda total de cada uma das unidades familiares pesquisadas.

Gráfico 7. Quantidade de canais de comercialização utilizados pelas famílias.



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados de campo (2019).

Refletindo aspectos da comercialização à luz do que foi discutido no primeiro capítulo, sobre características da unidade econômica camponesa, entende-se que a Comunidade estudada constitui-se enquanto uma economia que vende mercadorias para comprar outras mercadorias que não são produzidas no sítio (M - D - M). Estaríamos diante uma situação onde as famílias diversificam seus canais de comercialização, tendo, assim, mais possibilidades de vender, para ter mais possibilidades de comprar aqueles bens não produzidos na sua unidade (ex. alimentos, roupas, ferramentas, insumos para produção, celulares, carro, etc.).

A modo de conclusão, identificarmos as diferentes mudanças ocorridas na Comunidade, com ênfase aos efeitos da modernização da agricultura nas práticas sócio

produtivas da Comunidade aos dias de hoje. Desta forma, foi possível identificar que as marcas de tal processo são visíveis na lógica de organização da produção, nas técnicas e nos insumos usados e na orientação da produção. Contudo, elementos importantes que demonstram a ligação dos sujeitos com a terra, como o conhecimento dos ciclos biológicos, a concepção da vida no campo e os aspectos identitários não te se modificado significativamente pelo projeto modernizante do campo.

3 A RECRIAÇÃO DO CAMPESINATO MEDIADA PELO CAPITAL

Yo pregunto a los presentes
Si no se han puesto a pensar
Que la tierra es de nosotros
Y no del que tiene más.

Yo pregunto si en la tierra
Nunca habría pensado usted
Que si las manos son nuestras
Es nuestro lo que nos den

Daniel Viglietti – A desalambrar

No presente capítulo, são apresentadas as relações existentes entre a agricultura camponesa e o agronegócio. Parte-se do entendimento do lugar ocupado pelo campesinato na sociedade capitalista, apontando as diferentes relações que existem entre estes sujeitos e a lógica econômica do agronegócio. Analisam-se como essas relações se materializam na Comunidade, resultado de sua inserção na dinâmica produtiva do agronegócio. Isto permitirá compreender como a lógica de produção capitalista contribui para a reprodução social dos sujeitos da comunidade Cana Verde, e também como ela se apropria da renda capitalizada da terra, o que constitui um elemento fundamental para sua reprodução ampliada. Essa discussão teórica é realizada com o objetivo de abordar um dos pontos pautados na nossa hipótese inicial: a recriação do campesinato instrumentada pelo capital.

A Comunidade não é um elemento isolado da realidade, antes se encontra ancorada num contexto particular onde ocorrem relações com diferentes intencionalidades entre os sujeitos da Comunidade e a lógica própria de acumulação e reprodução ampliada do capital agrário, tanto em sua versão do latifúndio como nos segmentos agroindustriais. Isto se configura, na nossa materialidade, nas relações estabelecidas entre as famílias da Comunidade e os grandes pecuaristas da região e setores do agronegócio ligados à produção de insumos agrícolas e aos laticínios.

3.1. Modo capitalista de produção no campo brasileiro: da "Revolução Verde" ao agronegócio

Páguese la deuda ecológica y no la deuda externa.
Desaparezca el hambre y no el hombre.
Fidel Castro Ruz. Conferência de Meio Ambiente e Desenvolvimento. ONU, 1992

O processo de expansão do capitalismo ao campo se constitui ponto importante de análise nesta pesquisa, pois suas consequências trouxeram efeitos que são visíveis no campo brasileiro emdiferentes dimensões e escalas.

A forma atual de organização da produção e de gestão do capital no campo sob os princípios do agronegócio é relativamente recente, tendo seu surgimento no começo da década de 1990 (HEREDIA *et al*, 2010). Esse modelo se conformou a partir de novos arranjos que visaram transformar a imagem do latifúndio improdutivo, predominante no Brasil, devido ao processo colonial que conformou o seu espaço agrário.

Apesar das inovações tecnológicas visíveis atualmente, a base técnica desse modelo foi gestada no período pós-Segunda Guerra Mundial, a partir da década de 1950, com a

difusão das tecnologias da “Revolução Verde”. Naquele momento, ocorreu um ponto de inflexão na agricultura e nas relações de produção no campo, que derivaram num processo de intensificação da produção agropecuária.

Assim, tecnologias como fertilizantes de síntese química, agrotóxicos e culturas geneticamente modificadas (principalmente trigo, milho, arroz) foram inseridas, sistematicamente, em diferentes países do mundo, amparadas no pressuposto malthusiano de crescimento populacional. Tecnologias como as mencionadas foram responsáveis pelo aumento na produtividade de alimentos. Contudo, a problemática da fome, que tinha sido o principal argumento para a difusão massiva desse pacote de tecnologias, nunca foi resolvida pela Revolução Verde, que, na realidade, deixou inúmeras consequências socioambientais.

Tais efeitos foram documentados em diversos trabalhos e pesquisas científicas. Nesse aspecto, Shiva (2003) destaca que, com o advento da “Revolução Verde”, teve lugar uma ruptura na lógica da produção de alimentos. Por um lado, difundiu-se uma maneira hegemônica de conceber a agricultura, em detrimento de outras formas de produção e conhecimento, como as predominantes nos sistemas locais, baseados nos conhecimentos acumulados por povos e comunidades tradicionais, cujas práticas foram vistas como atrasadas ou inadequadas. Esses conhecimentos foram condenados à gradativa desaparição diante da consolidação das tecnologias, difundidas como a única via para se chegar ao desenvolvimento, interpretado desde uma lógica economicista.

Por outro lado, predominou a visão parcial e isolada dos componentes dos sistemas de produção agrícola, tomando-se como indicador ponderado a produtividade das culturas, no lugar da produtividade integral do sistema. Obtiveram-se, assim, sistemas simplificados, artificializados, dependentes de insumos externos e pouco resilientes. Em síntese, criou-se nos agricultores (e na sociedade geral) uma “monocultura mental” (SHIVA, 2003) que predomina nos dias atuais.

Em perspectiva semelhante, Porto-Gonçalves (2001) analisa que as mudanças provocadas pelo modo de produção capitalista não se refletem unicamente em mudanças nas relações de produção, mas, também, na posição e no reconhecimento da sociedade a respeito da natureza. Com a configuração de lógica antropocêntrica, a especie humana passa a ser vista como um componente fora da natureza, central e em superioridade com relação aos outros componentes. Essa posição imperante deu força à depredação e aos resultados acurto prazo, favorecendo a ação extrativista sobre a natureza.

Primavesi (1997) analisa, nesse sentido, que o “pacote tecnológico” da Revolução Verde não pode ser analisado de maneira isolada como um simples conjunto de tecnologias.

Cada um de seus componentes torna indispensável o uso do outro. As variedades geneticamente modificadas de alto rendimento somente poderão expressar seu potencial genético se colocadas em um solo que possa fornecer os nutrientes apropriados para seu desenvolvimento. Estes nutrientes são fornecidos através de fertilizantes de síntese química, como o NPK (Nitrogênio, Fósforo, Potássio), fornecendo somente três elementos dos quarenta que a planta precisa para seu desenvolvimento. Isso tem como efeito a nutrição desequilibrada, aumentando a possibilidade de ataque de pragas atraídas pela concentração de recurso alimentar. Com isso, se faz necessário o uso de agrotóxicos para reduzir a incidência das denominadas "pragas", que não são outra coisa senão indivíduos reguladores do sistema.

Na década de 1960, o pesquisador francês Francis Chaboussou analisou os efeitos provocados por esses insumos químicos e como eles poderiam afetar a saúde das culturas, as quais ficariam suscetíveis aos ataques de organismos patógenos e insetos, devido aos desequilíbrios fisiológicos apresentados por má nutrição (Teoria da Trofobiose) (CHABOUSSOU, 2012). Apesar de sua grande contribuição científica, no contexto da difusão das tecnologias da Revolução Verde, ele foi completamente ignorado pelo alto custo econômico que sua teoria poderia causar às empresas produtoras dos insumos.

O Brasil, de forma semelhante a outros países do mundo, como o México e as Filipinas, cumpriu a função de atuar como uma espécie de laboratório *a céu aberto*, no qual foram introduzidos os "pacotes tecnológicos". O processo de entrada massiva dessas tecnologias no Brasil na década de 1960, durante o governo militar, é denominado por alguns autores como "modernização conservadora da agricultura" (DELGADO, 2012) ou "modernização dolorosa" (GRAZIANO DA SILVA, 1982). Esse processo foi assim denominado pelo fato de a "modernização" ter sido um processo sumamente excludente, pois as tecnologias foram adotadas somente por certo perfil de agricultor capitalizado, sem chegar aos agricultores mais empobrecidos do país, aumentando ainda mais as diferenças regionais existentes no campo brasileiro.

Além de seu caráter modernizante, aprofundou as características de concentração no campo: a propriedade se tornou mais concentrada, as disparidades de renda aumentarama migração campo-cidade se incrementou, a taxa de exploração da força de trabalho nas atividades agrícolas aumentou, assim como houve crescimento da taxa de autoexploração nas propriedades menores e diminuição da qualidade de vida dos trabalhadores do campo.

A modernização da agricultura não pode ser analisada de forma isolada como a introdução de um conjunto de tecnologias no campo brasileiro. Pelo contrário, deve ser entendida como um esforço conjunto do Estado e de grupos empresariais locais e

internacionais visando a transformação do Brasil numa potência produtiva. Isso foi possível graças a uma rede de estratégias envolvendo créditos, subsídios e o desenvolvimento de tecnologias para a produção (MENDONÇA; MESQUITA, 2013).

Nesse contexto, o Estado de Goiás, passou a ter um papel-chave, com a incorporação de extensas áreas do Cerrado ao processo produtivo agropecuário. Para isso, um conjunto de programas, políticas públicas e pesquisas específicas contribuíram com o processo de modernização da agricultura no Cerrado, com estímulo às parcerias e aos investimentos estrangeiros para a ocupação do territórios. Nesse sentido, destaca-se o papel que teve o Estado através de programas como POLOCENTRO (Programa de Desenvolvimento dos Cerrados), PRODECER (Programa Cooperativo Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento dos Cerrados), Proálcool (OLIVEIRA *et al*, 2018), criados nos contextos dos I e II Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND), que visavam uma nova organização territorial, ancorando o Brasil na Organização Internacional do Trabalho (OIT) enquanto fornecedor de materias primas.

Nesse período, foram criadas instituições que apoiaram tal modelo de desenvolvimento da agricultura, como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), que desenvolveu inúmeras pesquisas (até a atualidade) a serviço da agricultura moderna. Outra peça fundamental desse quebra cabeça foram as instituições de assistência técnica e extensão rural que tiveram um papel fundamental na difusão das novas tecnologias a serem utilizadas no campo (FONSECA, 1985), como a EMATER.

O Programa Cooperativo Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER), que esteve vigente entre os anos 1975 e 1982, foi considerado o de maior impacto para a expansão da fronteira agrícola, já que permitiu incorporar áreas à produção equivalentes a 70% das áreas de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul e 30% das áreas dos estados de Goiás e Minas Gerais (HESPANHOL, 2000).

O Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO) beneficiou principalmente os proprietários tradicionais permitindo, assim, a maior concentração econômica. Com esse Programa, foi possível o desenvolvimento de pesquisa e inovação tecnológica que contribuiu para a implantação de novas culturas, como a soja, que se expandiu rapidamente no território. O Programa visava incorporar 3,7 milhões de hectares da região do Cerrado no período entre 1975 e 1979, a serem ocupados com lavouras, pastagens e áreas para reflorestamento. Contudo, no período em questão, possibilitou a incorporação de uma área muito maior que a estipulada, com 8,2 milhões de hectares, distribuídas em 70%

para formação das pastagens e 23% para as lavouras, sem serem incorporadas áreas para reflorestamento (HESPANHOL, 2000).

Daí deriva-se que a comunidade Cana Verde *não se encontra isolada*. Muito pelo contrário, se encontra localizada numa macrorregião influenciada pelas dinâmicas sociais, econômicas e produtivas fruto da modernização da agricultura. O Sudoeste de Goiás foi um dos territórios alvo do processo de modernização da agricultura, a partir de uma infraestrutura que foi desenvolvida para tal fim. Isso incluiu a construção de estradas, o crédito agrícola subsidiado, o suporte armazenador e a organização política e econômica do produtor rural (LUNAS*et al*, 2017).

A modernização da agricultura foi um estágio de transição para a passagem gradativa a uma agricultura integrada "nas duas pontas": à jusante, tem-se a indústria ligada à produção dos insumos produzidos industrialmente; à montante, tem-se a indústria processadora de alimentos. Há esse respeito, Mendonça (2015, p. 40) descreve:

> Para o período 1940 a 1970 a produção triplicou no Brasil. Ao mesmo tempo, houve um aumento de vinte vezes no preço dos adubos, de oito vezes no custo de agrotóxicos, de trinta vezes nas sementes, mudas e rações, e de quatro vezes em animais, máquinas e veículos. O custo de produção passou de 7,25% para 19,88% em relação ao preço da produção agropecuária. Em 1976, o setor acumulava uma dívida de 13 bilhões de dólares. Esses dados indicam transferência de renda do setor agrícola para o industrial, através da dependência de máquinas e insumos químicos no processo de produção, assim como no momento da comercialização, ambos controlados por empresas transnacionais (MENDONÇA, 2015, p. 40).

Na região de estudo, um fator importante para o processo do desenvolvimento do capitalismo na agricultura foi a criação, no município de Rio Verde-GO, da Cooperativa Mista dos Produtores Rurais do Sudoeste Goiano Ltda (COMIGO), em 1975. Existente até hoje, ela constituiu-se como um dos primeiros Complexos Agroindustriais da região destinados a processar e esmagar a soja no estado de Goiás, já no início da década de 1980 (GONÇALVES, 2003). A COMIGO participou do processo de modernização da agricultura através da utilização dos recursos dos pacotes tecnológicos, assim como pela divulgação dessas tecnologias modernas para o campo, em eventos específicos.

Já na década de 1980, se produz uma nova configuração da matriz produtiva agropecuária, dando origem aos denominados Complexos Agroindustriais (CAIs). Através de arranjos específicos, se produz uma mudança de foco na agricultura, com uma maior tendência à exportação dos produtos agropecuários. Com essa rediferenciação, apareceram novos atores e, também, cobraram importância de capitais diferentes dos agrários que se

expandiram no campo (GRAS; HERNANDEZ, 2013) e das empresas transnacionais (MENDONÇA, 2015) encarregadas da produção dos insumos usados no campo.

Um aspecto relevante deste arranjo é o impacto provocado na autonomia dos agricultores. Por um lado, nessa nova configuração dos CAIs, independentemente da escala e de seu produto, os agricultores passam a ser fornecedores de matérias-primas para a indústria processadora. Na indústria, o produto tem um agregado de valor para depois ser colocado nos diferentes mercados. Do ponto de vista produtivo, todos os riscos (climáticos, financeiros, de "pragas", etc.) são assumidos pelo agricultor e os principais lucros são obtidos pela indústria.

Os casos de "integração" de agricultores nessa lógica são visíveis nos mais diversos âmbitos, como por exemplo, nos casos da indústria avícola, do leite, do arroz e da cana-de-açúcar. Ao mesmo tempo, com a padronização das técnicas agrícolas e recursos genéticos, o agricultor perdeu autonomia no controle do processo produtivo, já que as variedades produzidas passaram a ser determinadas pela demanda das indústrias processadoras e pelas mudanças nos hábitos alimentares das pessoas.

Essa lógica de operação dos CAIs é representativa da realidade produtiva na região do Sudoeste de Goiás, sendo claros os exemplos das famílias que se encontram operando dentro desse circuito produtivo. Isto é evidenciado em diferentes segmentos, especificamente em cadeias produtivas consolidadas na região e no estado de Goiás, como o caso da pecuária leiteira, com predominância de agricultores familiares nessa atividade.

Com a criação desses complexos, produziu-se uma mudança nas paisagens rurais. Passou-se de agricultura de predomínio da pecuária tradicional associada a uma agricultura camponesa, às quais foram substituídas gradativamente pela agropecuária moderna, como se percebe pela presença das agroindústrias, representadas por estruturas armazenadoras e processadoras de grãos e rações, ou usinas características do setor sucroalcooleiro. Também houve cidades que se comportaram como verdadeiros "distritos agroindustriais" (CASTILLO *et al*, 2016), cujas dinâmicas passaram a depender consideravelmente da atividade agropecuária.

Na região em estudo, destacam-se os municípios de Jataí, Rio Verde, Mineiros e Caiapônia como exemplos mais evidentes deste processo. Inclusive, parte da produção de grãos que é produzida nas propriedades que se encontram circundantes à CCV é comercializada nos complexos no município de Caiapônia. Durante as viagens de campo, houve a possibilidade de observar empiricamente como esses CAI's são vistos pelas pessoas da cidade como um elemento importante para a geração de renda e emprego, contribuindo para o "desenvolvimento" do município e da região.

A partir da década de 1990, teve lugar uma nova organização da produção no país que é predominante até os nossos dias, denominado por seus impulsores como "agronegócio" (do inglês: *agribusiness*). Esse modelo, que já se encontrava consolidado nos Estados Unidos desde a década de 1940, foi proposto e adotado no Brasil a partir de um projeto de governo com o objetivo de mudar a imagem da oligarquia rural e propagar a ideia de "modernidade" associada ao modelo agrícola baseado na grande exploração (WELCH; FERNANDES, 2008).

O agronegócio, do ponto de vista teórico, não possui um conceito acabado, tendo suas interpretações em função das mais diversas posições ideológicas dos pesquisadores, políticos e membros de movimentos sociais. Os trabalhos desenvolvidos até o momento mostram uma grande diversidade de posições a respeito, sendo ele definido como um movimento político ideológico impulsado por organizações ligadas às oligarquias rurais[28] e empresas transnacionais, sendo inclusive, caracterizado como uma forma de organização da produção, representado pela concentração num número reduzido de empresas de capital transnacional que controlam os diferentes segmentos da produção.

Desde uma posição mais conservadora, diversos pesquisadores, como Buainain *et al* (2013), analisam o agronegócio como o responsável pelo crescimento econômico do Brasil. O agronegócio também pode ser definido a partir da visão dos criadores desse conceito, como o conjunto de processos envolvidos na produção dividida em três etapas: "antes da porteira" (insumos e maquinarias), "dentro da porteira" (a produção agropecuária) e "fora da porteira" (indústria, beneficiamento e comercialização), conformando as denominadas "cadeias produtivas" (DAVIS; GOLDBERG, 1957).

A consolidação deste novo modelo não foi fácil, pois, inicialmente, houve resistência por parte de produtores que representam a oligarquia nacional, ante a possibilidade de perda de poder econômico e político. Nessa nova lógica, ganharam força e protagonismo as empresas que fazem parte dos segmentos "antes da porteira" e "por fora da porteira", ou seja, os fornecedores de insumos, maquinarias, créditos, as industrializadoras, as beneficiadoras, o setor agroexportador e o setor financeiro. Esse modelo se tornou legítimo apenas no ano de 1993, com o surgimento da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG) (LACERDA, 2011).

Outra característica dessa nova configuração do modo capitalista de produção na agricultura, diferente dos outros modelos já descritos, é que a lógica de operação se baseia em redes de empresas transnacionais em diversos elos das cadeias produtivas, ou seja, nas

[28] Para uma leitura mais aprofundada dessa perspectiva conceitual, pode-se acudir aos trabalhos de LACERDA (2011) e GRAS &HERNANDEZ (2013).

indústrias produtoras de insumos, maquinarias, na indústria beneficiadora e processadora, nas redes de comercialização, assim como nas cadeias de supermercados e exportadoras dos produtos[29]. Outro elemento que se vê modificado é a orientação da produção agropecuária, que passa a focar fundamentalmente no atendimento às necessidades dos mercados externos, aspecto que é aprofundado em relação às configurações analisadas anteriormente como os CAI's (HEREDIA, 2010).

Os sistemas alimentares e agrícolas sustentados sob essa lógica hegemônica têm conseguido fornecer grandes volumes de alimentos aos mercados mundiais. Porém, ao mesmo tempo, baseados no uso intensivo dos recursos naturais e devido à alta demanda de insumos externos, têm provocado esgotamento e erosão dos solos e níveis crescentes de emissões de gases de efeito estufa (TITTONELL, 2014).

Com o avanço da fronteira agrícola para expandir as áreas produtivas, tem ocorrido um excessivo desmatamento de florestas nativas (KATHOUNIAN, 2001) e redução da etnobiodiversidade[30] (DIEGUES *et al*, 2001), através da expulsão de povos tradicionais de seus territórios. Essa expulsão é feita através dos mais diversos mecanismos, seja produzindo o cercamento, ou, de maneira mais radical, com uso da violência. No campo brasileiro, são inúmeros os casos de conflitos desses tipos registrados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), nos Cadernos de Conflitos no Campo.

Sob essa nova lógica, que foi sendo adotada pelos diferentes países da América Latina, houve a emergência dos "novos países agrícolas". O Brasil, juntamente com Argentina, Paraguai e Bolívia, foram a principal região produtiva de grãos do mundo. Atualmente, esses países ocupam, respectivamente, a segunda, terceira, quinta e sétima posição mundial na produção de soja (FAOSTAT, 2019), a qual é exportada pelos portos estrategicamente localizados na costa do Oceano Pacífico entre a Argentina e o Brasil, saindo pelas "veias abertas de América Latina", como escreveu Eduardo Galeano sobre os impactos do colonialismo europeu na região.

Esses aspectos mencionados permitem relativizar as "contribuições do agronegócio à economia nacional" argumento utilizado pelas organizações do agronegócio para se legitimar

---

[29] Um caso emblemático que permite exemplificar essa afirmação é o caso da cadeia da soja brasileira, a qual se encontra composta 40% por capitais nacionais, concentrados nos segmentos da mão-de-obra, das terras e dos recursos naturais. No caso dos setores mais intensivos em tecnologia e capital, como as empresas fornecedoras de sementes, maquinarias, fertilizantes, agrotóxicos e agroindústria, os capitais nacionais se encontram presentes unicamente com 12,4% de participação, sendo o restante composto por capitais estrangeiros (MEDINA *et al*, 2016).

[30] Entende-se por etnobiodiversidade a riqueza da natureza da qual também participa o homem, nomeando-a, classificando-a e domesticando-a. Isto inclui aqueles saberes acumulados pelos diversos povos e comunidades tradicionais em sua interação e conhecimento da natureza (DIEGUES *et al*, 2001).

socialmente. Uma delas é a geração de imagem positiva sobre sua contribuição à balança comercial e seu papel no crescimento econômico nacional, expresso na sua contribuição no PIB; outra é a inclusão das denominadas cadeias produtivas que incorporam em seus cálculos a inclusão das atividades agroquímicas, da indústria e do comércio nos cálculos econômicos da agricultura. A tabela 3 mostra a participação de cada segmento na composição do PIB do agronegócio para o período 2016 - 2018, onde é possível verificar o peso desigual dos diferentes componentes.

Tabela 3. Participação dos diferentes segmentos do agronegócio na composição total do PIB.

Participação dos diferentes segmentos no PIB do agronegócio (CEPEA/CNA).						
Ano	Insumos	Agropecuária	Ramo Agrícola	Ramo Pecuário	Indústria	Serviços
2016	4,4%	25%	16,7%	8,3%	28,9%	41,7%
2017	4,4%	24,8%	17,1%	7,7%	29,2%	41,1%
2018	4,9%	24,1%	16,8%	7,2%	29,8%	41,2%

Fonte: Elaborado pelo autor com dados do CEPEA/CNA, 2019.

Mendonça (2015) afirma que, diferentemente do que se pensa, o verdadeiro resultado do agronegócio seria sua própria dívida. Estamos assim diante de um modelo econômico que consegue sobreviver graças à intervenção do Estado, que assume as dívidas contraídas pelos grandes grupos econômicos, favorecendo os interesses da aliança formada entre o latifúndio e as corporações transnacionais, que se beneficiam nessas transações. Nesse processo de reprodução do capital, produz-se uma contradição: enquanto os custos e os passivos são repassados (externalizados) à sociedade conjunta, os lucros são concentrados num número reduzido de grupos econômicos (RIBEIRO, 2005).

Em seu afã de legitimar o discurso produtivista, o governo brasileiro e as organizações ligadas ao agronegócio têm considerado o total da produção agropecuária como seu sinônimo, provocando uma confusão conceitual e estatística (refletida nos Censos) que também atinge à agricultura camponesa. Tal inclusão foi idealizada por intelectuais, juntamente com a elite do agronegócio e suas organizações, além do poder público, visando engrossar os números e as variáveis produtivas para demostrar que são eles os responsáveis pela produção e o crescimento econômico do Brasil.

Porém, um aspecto que deve ser analisado é que o agronegócio não se limita a uma cultura específica. As lógicas de operação desse modelo respondem aos diversos contextos produtivos do país, onde, pelas características edafoclimáticas, são desenvolvidas diferentes atividades e cadeias produtivas. Para citar alguns exemplos, destacam-se os empreendimentos dedicados à produção de frutas irrigadas na região Vale do São Francisco no Nordeste brasileiro destinadas a suprir demanda internacional; a produção de cana-de-açúcar em São Paulo e no estado de Goiás; a soja no Centro Oeste e na região Sul, destinada à produção de biocombustíveis; a laranja em São Paulo.

Diante do cenário relatado, atualmente, em 2020, o estado de Goiás se constitui como um dos principais produtores de grãos (segundo da região Centro-Oeste, depois de Mato Grosso), não somente do Brasil, mas do mundo. As atividades econômicas giram em torno da produção agropecuária (soja, milho, cana-de-açúcar, gado bovino de corte, leite) e agroindustrial, com destaque para o processamento de grãos, aves, suínos, indústria de laticínios e usinas sucroenergéticas. Nesse contexto, o Estado ocupa um lugar fundamental para a economia do agronegócio do Brasil e no mundo, pelo fato de ser uma região que abastece de *commodities* os mercados internacionais, operacionalizadas por transnacionais do setor.

Observa-se, porfim, que as mudanças no modo capitalista de produção no campo provocaram importantes mudanças no campo brasileiro, que deixaram profundas marcas na estrutura agrária que são visíveis ainda hoje, inclusive na CCV. Com sua expansão, apoiada pelo Estado, o agronegócio tem desenhado as regras do jogo, às quais a agricultura camponesa se subordina e resiste para continuar produzindo. Estes aspectos que foram debatidos serão importantes para interpretar posteriormente a forma e a lógica de operação do agronegócio, como tem se espacializado na região e como se reflete na relação com as famílias da comunidade Cana Verde.

3.2. O cercamento do campesinato no estado de Goiás

Repassar o processo histórico de expansão do capital no campo brasileiro permitiu entender como essa expansão (com o apoio do Estado) atinge povos e comunidades tradicionais levando à territorialização do capital, a apropriação de bens naturais como a terra, a água e o subsolo, com a consequente transformação da natureza em mercadoria.

Um dos territórios alvos da modernização da agricultura foi o Cerrado brasileiro, possuidor de uma riqueza cultural e de grande biodiversidade. Contudo, esse Bioma,

interpretado, também, por alguns autores como território (CHAVEIRO, 2008; SILVA, 2018), sempre foi associado a um *espaço vazio e pouco produtivo*. Isso tem sido, desde nossa interpretação, uma estratégia de invisibilização dos sujeitos que ali habitam, assim como a negação de suas potencialidades, facilitando a penetração do capital.

A respeito disso, Sousa (2013) indica que a desqualificação dos modos de vida, as memórias e as práticas de quem habita um determinado lugar, sendo este apresentado como "degradado" ou "deteriorado", tem sido uma prática discursiva para facilitar a desterritorialização destes sujeitos, facilitando, assim, intervenções capitalistas, que colocam na centralidade o valor de troca por acima do valor de uso desses lugares.

A ocupação de um território atrasado e vazio foi o argumento central para justificar o processo de modernização e a expansão do capital no campo, através de processos de acumulação por espoliação. Essa lógica de acumulação se constitui, segundo Harvey (2005), na nova fase ou estágio de desenvolvimento do imperialismo, já que as formas alternativas de produção (camponesa, indígena, quilombola, entre outras) e consumo têm sido suprimidas, sendo gradativamente substituídas e expulsas pelo agronegócio. Nesse processo de desapropriação, produz-se o cercamento, que deriva na expulsão de diversos povos e comunidades tradicionais de seus territórios.

Para realizar a análise desse processo far-se-á, primeiramente, uma abordagem conceitual do processo de cercamento do campesinato, com base em Silva (2018), que realiza uma análise sobre a materialização deste processo em sua tese sobre o cercamento do campesinato no estado de Goiás.

As análises clássicas têm interpretado o cercamento como a prática realizada nos campos comunais da Inglaterra feudal (*enclosures*), que consistiram na separação dos camponeses de seus meios de produção, dando lugar à propriedade privada da terra, restando aos camponeses livres serem somente donos de sua força de trabalho, constituindo assim o cerne da questão agrária que expõe a origem rural do capitalismo (CANTOR, 2013).

De forma contrária, o autor (SILVA, 2018) interpreta o cercamento como o aprofundamento dos processos de acumulação primitiva permanente, nos quais os bens comuns como a terra, a água, as sementes e as jazidas minerais ficam à disposição do capital para sua transformação em mercadoria. Nesse processo de apropriação, se verificam diferentes efeitos que resultam na expulsão sistemática do campesinato, mas também originando diferentes reações em seu fazer de classe.

O cercamento do campesinato se dá de diversas formas, pela mesma lógica de funcionamento da economia do agronegócio, em que as transnacionais, em aliança com o

Estado, têm aprofundado sua exploração. Neste cenário, o autor discute que o campesinato está sujeito a vários cercamentos, de modo polissêmico, ou seja, os camponeses estão constantemente cerceados no seu direito à terra e aos meios de produção para reproduzirem seu modo de vida.

No estado de Goiás, esse cercamento se vê refletido em diferentes cercos imateriais que condicionam o campesinato e suas condições de existência: nas rendas de monopólio; na "fertilidade fabricada" manifesta através do controle e da produção dos adubos sintéticos utilizados na produção agropecuária pelas corporações do agronegócio; na mecanização elaborada para os monocultivos; no monopólio e na coerção do mercado capitalista de alimentos; na introgressão genética, materializada no patenteamento e controle da natureza, manifesto na apropriação intelectual de recursos genéticos como sementes e raças; nas aplicações de agrotóxicos ou "chuvas de veneno"; na contaminação do ambiente; no adoecimento dos seres humanos e não humanos; na destruição das formas autônomas de fertilização; na privatização dos recursos hídricos e minérios.

A partir da pesquisa de campo, foi possível identificar alguns desses diversos elementos tratados pelo autor que nos ajudam a compreender a resistência e persistência das famílias da CCV no seu lugar de vida. Um dos cercos impostos nessa lógica de expulsão proposta por Silva (2018) foi verificada a partir de problemáticas derivadas das aplicações de agrotóxicos, no entorno daComunidade estudada.

A problemática dos agrotóxicos não é recente, muito pelo contrário, se manifesta como uma constante desde a implantação da agricultura moderna no Brasil, baseada no uso intensivo de venenos. Desde o ano 2009, o Brasil se comporta como o principal consumidor de agrotóxicos do mundo, sendo responsável pelo consumo de 20% do mercado mundial. Esses insumos são destinados ao controle das denominadas "espécies pragas" nas monoculturas.

Contudo, o volume de uso de agrotóxicos se justifica na grande superfície agricultável destinada às principais *commodities* produzidas no país: as culturas de soja, milho e cana-de-açúcar. Essas três culturas, destinadas a atender a demanda de mercados internacionais, são responsáveis pelo consumo de 72% do volume total dos agrotóxicos utilizados no Brasil (52% para a soja, 10% para o milho e 10% para a cana) (BOMBARDI, 2017). No cenário goiano, utilizaram-se, segundo dados do Censo Agropecuário (2006), aproximadamente 4,3 quilos de veneno por hectare, valor superior à média nacional (3,45 quilos/hectare), o que tornou o estado de Goiás o quinto estado que mais consumiu agrotóxicos no Brasil (IBGE, 2009).

Na comunidade Cana Verde, é possível identificar os efeitos da expansão da cultura da soja, provocando importantes mudanças nas paisagens. Segundo informação obtida com os entrevistados, a chegada das grandes lavouras que ocuparam a região foi substituindo gradativamente as matas nativas de Cerrado. As principais culturas indicadas foram o milho, o arroz e, em menor medida, o feijão, e de forma mais recente a soja. A pecuária, por sua parte, avançou graças à implantação de pastagens artificiais e a chegada de raças novas, de maior eficiência de conversão, como a Nelore, especializadas para a produção de carne. Neste contexto, foi possível observar o cercamento físico da Comunidade pelo avanço da fronteira agrícola com lavouras e de fazendas produtoras de gado até limites próximos dos sítios das famílias (Fotografia 5).

Fotografia 5. Paisagem que ilustra a divisa da Comunidade com uma propriedade vizinha (lavoura).

Fonte: Arquivo do autor (2019).

A soja é uma das culturas mais representativas em termos de área plantada nos limites próximos da CCV. Porém, sua chegada data dos últimos dez anos, onde tem se expandido sistematicamente "*até a beira da Comunidade*", sendo isso um fato recente, segundo as informações resgatadas a partir dos entrevistados, tendo como referência um período não menor que cinco anos. Isto pode ser verificado a partir das informações levantadas da base de

dados do IBGE, onde se apresenta tal variação na área colhida das principais lavouras temporárias.

Tabela 4. Evolução da área colhida das principais lavouras temporárias para o período 2000-2017 nos municípios de Caiapônia e Palestina de Goiás.

Ano	Município	Área Colhida (hectares)			
		Arroz	Milho	Soja	Feijão
2000	Caiapônia	8.000	17.200	3.800	2.100
2006		-	13.500	63.000	1.500
2017		-	46.000	95.000	5.400
2000	Palestina de Goiás	650	550	-	10
2006		-	1.850	3.000	20
2017		-	5.000	10.000	1000

Fonte: Elaborado pelo autor com dados do IBGE (2009).

As lavouras dos "vizinhos" foram identificadas como propriedade de empresários que vêm de outros lugares, principalmente dos municípios de Jataí e Rio Verde. Esses sujeitos teriam avançado na região devido à possibilidade de arrendamento de terras que circundam a Comunidade:

> *Todos esses produtores vêm descendo lá do Chapadão, que não têm mais espaço, arrendando as terras e planta soja. A maioria vai para a COMIGO, para a Cargill, para esses secadores mesmo. Muitos já têm na sua propriedade. É potência, é dinheiro. Para quando nós entra mil reais para eles entra um milhão* (Lavrador entrevistado, 48 anos).

Dadas às dimensões destas lavouras, resulta difícil pensar que seu manejo possa ser feito sem uso do pacote tecnológico. As famílias da Comunidade relatam que, nos últimos cinco anos (a partir de 2014), é recorrente a presença de aviões que realizam aplicações de agrotóxicos no entorno dos seus sítios. Isso não ocorria anteriormente, pois aquelas culturas não estavam ali instaladas. Como consequência, registrou-se o aumento das "*pragas nas áreas de produção dos sítios*", conforme nos foi relatado por membros da Comunidade.

> *Minha propriedade faz divisa com as lavouras do vizinho. Depois que começaram a plantar as lavouras vizinhas, as pragas da minha lavoura aumentaram muito. O que estão plantando muito ali é a soja e o feijão. Mas eles não vão sair da lavoura, quem tem que sair é o pequeno. O grande não sai, o grande fica* (Agricultor Familiar entrevistado, 55 anos).

Nesse sentido, pode-se resgatar a informação de entrevistados, que problematizaram o impacto dessas culturas nos modos de vida e na produção dos vizinhos da CCV:

> *Eles usam veneno direto e jogam de avião. Nós ficamos assistindo aqui de camarote. Mas você não pode fazer nada. Dá vontade de ir embora, né. Ou vai brigar com eles?* (Agricultor Familiarentrevistado, 52 anos).

As implicações dos agrotóxicos e o cercamento, que ameaçam o modo de vida das famílias, podem ser analisados a partir de diferentes aspectos. Inicialmente, interessa o efeito que traz sobre a soberania alimentar da Comunidade. A soberania alimentar tem sido comprometida, devido aos efeitos do uso de agrotóxicos sobre a produção de alimentos que constituem a base das refeições das famílias e de seus sustentos econômicos. Nesse sentido, os integrantes da Comunidade têm admitido que há certas culturas, principalmente o feijão e o tomate, que já não podem mais ser produzidas nos seus sítios devido à alta incidência de insetos, "pragas", que antes não se constituíam enquanto limitantes para a produção.

O aumento de insetos estaria diretamente relacionado ao modo de produzir dos vizinhos e ao uso de agrotóxicos, que os "expulsam" para a área da Comunidade. Assim, surgem duas consequências: diante da incapacidade de produzir esse alimento, as famílias os adquirem de fora de seus sítios; ou, em alguns casos, para produzi-los adotam insumos químicos, ainda que isso expresse uma contradição (como foi apontado no capítulo anterior) para aqueles que resistem em utilizar venenos, desencadeando assim um círculo vicioso. Isso se torna ainda mais complexo se pensarmos que existem famílias na Comunidade que se encontram no processo de transição agroecológica.

Assim, estamos diante de uma situação de confronto de interesses. De um lado, um modelo baseado no trabalho familiar e na produção de comida; do outro, um modelo de agricultura industrializada sem agricultores, baseado na produção de *commodities* ou mercadorias orientadas a satisfazer a demanda das indústrias e/ou de mercados internacionais. Em síntese, é uma situação com diferentes territorialidades, com diferentes formas de conceber o espaço agrário: por um lado, um *agro* onde predomina a cultura (agricultura) e se produz comida e, por outro lado, um campo onde predominam os negócios, cujo lucro é obtido na produção de *commodities* (BRANDÃO, 2007).

Apesar das problemáticas derivadas do cercamento, a problemática dos agrotóxicos não aparece nas respostas à pergunta "Na sua opinião, quais são os principais problemas para quem mora no campo atualmente?"[31]. A questão dos agrotóxicos foi abordada somente quando se saía do roteiro da entrevista, no contexto da entrevista semiestruturada. Diante disso, pode se analisar que mesmo sendo um problema evidente na saúde, no ambiente, na

[31] Ver no roteiro no Apêndice 2.

produção e para a soberania alimentar das famílias da Comunidade, se reconhece que isto ainda não ocupa lugar central na problematização dos membros da Comunidade.

Além do cercamento (im)posto fisicamente pelo avanço da fronteira agrícola foi possível observar outros tipos de cercos à agricultura camponesa, apontados por Silva (2018). Verificou-se, elementos que têm atingido a autonomia camponesa relativamente ao controle dos meios de produção, principalmente no controle dos recursos genéticos e nas formas autônomas de fertilização dos solos.

Ao estudar a organização interna das unidades familiares, foi possível identificar que os tipos de insumos predominantes nos processos de produção são oriundos de fora da propriedade, aquiridos em lojas comerciais, na forma do pacote tecnológico. Desta forma foi evidenciada uma substituição gradativa das sementes crioulas e raças locais, assim como as técnicas de adubação adotadas pelas famílias “no tempo antigo”. Desta forma, os camponeses, ao adotarem as tecnologias da Revolução Verde, são levados a uma maior relação de dependência dos mercados de insumos, gerando ciclos de endividamento, sendo isto um dos eixos do processo de “descampesinização” (ROSSET, 2016).

Outro cerco à agricultura camponesa é possível a partir das rendas de monopólio, nos diferentes mercados e instâncias de comercialização por parte das famílias. Isto foi observado tanto na feira quanto na venda do leite para os laticínios. Em ambos os casos nota-se o escasso poder de negociar os produtos que elas comercializam. Na feira existe um acordo coletivo entre os feirantes para evitar a concorrência entre bancas; há preço tabelado dos produtos comercializados. Contudo, o valor estabelecido toma como base o valor dos produtos comercializados massivamente pela CEASA-GO.

O mesmo é verificado em relação ao leite vendido aos laticínios. Nesse processo de comercialização, os camponeses atuam como tomadores de preço, predominando a incerteza sobre o valor a ser pago pelo laticínio. A relação entre produtores de leite e laticínios será analisada com maior profundidade no tópico seguinte.

A modo de síntese desse tópico, reconhecemos que o processo do cercamento do campesinato enquanto fenômeno mais amplo, ainda que represente um problema no modo de vida dos sujeitos afetados por esse processo, não, necessariamente, expulsa os camponeses de seus territórios; o cercamento ora expulsa o campesinato, ora o reproduz e, no geral, possibilita a recriação do campesinato a partir do seu fazer de classe.

Aqui coincidimos com Bartra (2010) que afirma que as classes se configuram enquanto tais não pelo que elas são, mas pelo que elas fazem. Assim, o campesinato se constituiria enquanto classe a partir das suas reações configuradas nas diferentes

mobilizações, manifestações, ocupações e luta pela terra e a Reforma Agrária, protagonizadas por esses sujeitos quando seu modo de vida e seu território são ameaçados. Consideramos que o cercamento estimula essas reações em diferentes tempos/lugares/espaços, por isso entendemos que o cercamento é um elemento transitório que vulnerabiliza o campesinato (mas, não o extingue). Também, é possível identificar outros mecanismos que não necessariamente se configuram na luta pela terra, existindo a criação de alternativas produtivas, redes de comercialização diversificada, entre outros, que se configuram em elementos de resistência camponesa.

Por fim, reconhecemos a necessidade decompreender o processo dialético e contraditório do modo capitalista de produção no campo, que expulsa e priva o campesinato de seus meios de vida e de produção, ao mesmo tempo em que o recria de diferentes formas.

3.3. A pecuária leiteira na comunidade Cana Verde: contradições e sujeição da renda da terra ao capital

O trabalho de Silva (2018), que utilizamos para interpretar o processo de cercamento sofrido pelo campesinato goiano, contribuiu para o entendimento da lógica de acumulação do capital via espoliação, contribuindo à sua reprodução ampliada, com foco na realidade do estado de Goiás.

Contudo, consideramos que esses elementos apontados pelo autor são insuficientes para explicar os fatos observados na Comunidade, principalmente no que tange à integração de famílias na lógica do agronegócio. A partir de fenômenos observados, pode-se elucidar que o agronegócio não provoca unicamente um cercamento (material e imaterial), privando as famílias dos meios fundamentais à sua existência, mas que, contraditoriamente, favorece condições para a permanência e a reprodução social das famílias, que se encontram integradas. Porém, a forma dessa integração merece especial atenção.

Diferentes, autores como Martins (1981) e Oliveira (1996), analisam dialeticamente as condições que o capital gera para a reprodução de relações não capitalistas de produção, as quais seriam associadas às lógicas de produção da agricultura camponesa e de outras comunidades tradicionais.

Martins (1981) parte da análise do funcionamento do modo capitalista de produção, dando especial importância à reprodução do capital no campo. O autor analisa a relevância que tem a *renda da terra* como obstáculo para a expansão do capital na agricultura e aponta as estratégias que ele cria para continuar o seu processo de acumulação ampliada.

Entende-se a renda da terra como o valor imobilizado e que deve ser pago pelo capitalista para estender suas relações de produção ao campo. Do ponto de vista econômico, isto supõe uma contradição e uma limitante, pois a compra de terra implica uma imobilização de capital que não entra diretamente no processo produtivo, através da qual o capitalista perderia sua condição de tal. Dessa forma, tal renda se constitui num valor pago, mas ao mesmo tempo, um valor que representa os benefícios de ter uma renda de monopólio, o qual, segundo Martins (1981) é pago pela sociedade em seu conjunto, já que a terra por seu caráter finito, não reproduzível, aumenta o seu valor constantemente devido às necessidades alimentares da sociedade.

Martins (1981) tenta explicar como se dáa permanência da produção familiar do tipo camponesa na sociedade capitalista contemporânea. Isto se daria a partir do controle do capital em diversos ramos da produção e da circulação das mercadorias, a partir da apropriação da renda da terra tanto nos setores da produção onde a renda é alta (p. ex. soja, cana, pecuária de corte) quanto naqueles em que a renda é baixa (p. ex. na produção orientada ao consumo interno, como mandioca, tomate, leite, entre outros), e onde a agricultura camponesa tem predominância. Nesse caso, estamos diante um tipo de expropriação que se dá sem que o camponês seja expulso da terra.

Oliveira (1996), por outro lado, faz sua análise dialogando com Martins (1981), partindo do entendimento de que a expansão do capitalismo no campo se dá somente a partir da sua articulação com relações sociais do tipo não capitalistas. Assim, o autor explica que:

> Se de um lado, o capitalismo avançou em termos gerais por todo o território brasileiro, estabelecendo relações de produção especificamente capitalistas, promovendo a expropriação total do trabalhador brasileiro no campo, colocando-o nu, ou seja, desprovido de todos os meios de produção; de outro, **as relações de produção não capitalistas como o trabalho familiar praticado pelo pequeno lavrador camponês também avançaram mais** (OLIVEIRA, 1996, p. 11, grifos do autor).

Isto estaria vinculado coma reprodução de relações de assalariamento, assim como pela recriação, ainda que subordinada, da agricultura camponesa, a qual é funcional para sua reprodução ampliada. Dessa forma, a lógica de reprodução da agricultura camponesa deve ser entendida a partir das relações existentes com o capital, sendo estes sujeitos “de dentro do capitalismo” e não de fora ou isolados da sociedade capitalista.

Pelo exposto anteriormente, Oliveira (1996) entende o desenvolvimento do capitalismo no campo como desigual e contraditório. Isto implica que, durante seu processo de expansão, o capital reproduz lógicas que são contrárias ao seu próprio modelo. O autor

argumenta com base no fato de que o capital integra de forma subordinada a agricultura camponesa, se apropriando da renda capitalizada da terra não somente durante o processo de produção, mas também durante a circulação de mercadorias.

Diante do que foi discutido pelos autores mencionados, cabe nos perguntar: como isto se materializa na realidade da comunidade Cana Verde no município de Palestina de Goiás?

Existem exemplos bem concretos, que permitem vincular a teoria com o contexto estudado, que foram observados principalmente naquelas unidades cuja atividade principal é aprodução pecuária, tanto com a criação de gado de corte quanto de leite. Temos dois casos bem concretos que analisaremos a seguir: a) por um lado, a recriação (ou permanência) do campesinato pelos grandes pecuaristas locais; b) por outro lado, a evidenciação do processo denominado por Martins (1981) como sujeição da renda da terra ao capital, a partir da integração subordinada da agricultura camponesa à indústria dos laticínios.

Para o primeiro caso (a) uma das relações refere-se às práticas de arrendamento de terras por parte de famílias da Comunidade, enquanto fonte de renda adicional. Essa prática foi identificada como comum às unidades produtivas que possuem gado leiteiro, sendo realizada principalmente para pastagem de gado. Nessa relação, as famílias destinam para aluguel parte de suas propriedades com pastagens implantadas, onde o arrendatário (geralmente grandes pecuaristas vizinhos) coloca seus animais na parcela alugada das famílias por um determinado período, para seus animais pastarem.

Nestes casos, o valor cobrado é calculado considerandoo número de animais colocados no sítio por parte do arrendatário e, também, pelo tempo de permanência dos animais na parcela alugada (geralmente cobrado por mês). O aluguel de pastos, ainda que seja uma prática que "*dá dinheiro fácil*", gera certos prejuízos, pois "*quem aluga não tem cuidado e estoura os pastos da gente e a terra*", segundo os entrevistados. Devido a isso, foram identificadas famílias que já desistiram dessa prática.

O arrendamento de terras também é comum por parte de pessoas que receberam suas terras por herança, mas que decidiram não continuar com a atividade produtiva no sítio. Há casos famílias da Comunidade que optaram pela cidade, ainda que de forma transitória, dando em arrendo sua porção de terra; nesses casos quem alugou essas parcelas de terra tem sido produtores, de grandes culturas, provenientes de outros municípios da região Centro Oeste.

Ainda, a relação entre as famílias da Comunidade e os pecuaristas e/ou agricultores externos se dá através de outras relações econômicas, como no caso da venda de bezerros ou vacas de descarte para os pecuaristas vizinhos, que se encarregam da engorda final e de seu posterior abate. Esta também é uma importante fonte de "dinheiro rápido". Aqui, é possível

compreender o porquê do gado na Comunidadeser considerado "*inhambu na capanga*", conforme o depoimento registrado no capítulo anterior.

A venda de bezerros se constitui em fonte de renda importante, já que, pelas características do esquema produtivo, esses animais são vendidos para recriadores da região para seu posterior abate. As matrizes que já cumpriram sua "vida útil" de lactação também são vendidas por essa via. A venda desses animais de "descarte" é realizada aos fazendeiros locais, do entorno da Comunidade. As famílias que dedicam sua atividade produtiva à criação e recriação de gado de corte também fazem usos dessa relação para a venda de bezerros ou de animais prontos para os fazendeiros vizinhos, que serão os encarregados de realizar o abate.

Diante disso, nota-se que os camponeses aproveitam suas relações com os grandes produtores da região para obter renda adicional que lhes permite suprir necessidades do grupo familiar, conferindo importância a esse "convívio" para a permanência das famílias no campo. Isto foi bem exposto por umprodutor de gado de leite entrevistado, que realiza essa a prática de arrendamento e a venda de animais:

> *Se eu tenho um bezerro pra vender, vendo pra eles. Você estando aqui no campo vai vender pra quem? Pra quem não tem dinheiro pra pagar? Se precisar alugar um pasto, eu alugo pra eles. Eles pagam na hora. O melhor aqui pra nós é ter ao redor o fazendeiro rico. Nós dependemos deles e eles dão uma força pra gente continuar aqui. A gente não pode criar rivalidade com eles, eu não tenho rivalidade com vizinho nenhum, nem com o rico nem com o pobre* (Produtor de leite entrevistado, 65 anos).

Jáo segundo caso (b) pode ser observado a partir da integração da pecuária leiteira aos laticínios locais. Interessa-nos aqui analisar como se dá a denominada "integração" e a condição das famílias integradas à atividade leiteira.

A agricultura camponesa difere da agricultura capitalista, ainda que a primeira esteja inserido na segunda, fazendo parte do sistema maior que condiciona suas estratégias reprodutivas. No caso da agricultura camponesa, por um lado, baseia sua lógica na circulação simples de mercadorias e no caso daagricultura capitalista, na circulação de mercadorias para obter dinheiro (capital) visando sua reprodução ampliada (MARTINS, 1981).

Um dos elementos que definem a geração de renda e a reprodução social camponesa é a venda dos produtos (leite, rapadura, hortaliças, entre outros), o que possibilita a capacidade de aquisição de bens não produzidos na unidade, e a capitalização. Ocorre que, para produzir suas mercadorias, as famílias destinam parte do dinheiro obtido para comprar insumos, ferramentas, combustível, etc. que entram no processo produtivo, além do e trabalho familiar para produzi-las e obterem assim o dinheiro para suas despesas.

Essa despesa poderá ser maior ou menor, dependendo das condições dadas nessa relação de dependência/integração entre as famílias e os compradores (pessoa física, laticínio, supermercado). Quando estão em condição de gerar excedentes, as famílias estão em condição de acumular, porém, quando o valor recebido não cobre os custos de produção, as famílias caminham para a pauperização.

Isso se torna ainda mais complexo se analisarmos detalhes da produção leiteira no âmbito das famílias que a têm como fonte de renda principal: o sustento econômico depende do balanço existente entre os custos dos insumos utilizados para a produção e o preço recebido pelo litro do leite. Diante disso, um dos entrevistados manifestou:

> *Eu produzia de um jeito e mudei para produzir em escala. Eu produzia oitenta litros de leite por dia, depois cem, duzentos, trezentos até quatrocentos. Mas, o problema não está aqui, dentro da porteira, está afora. Eu não consigo por preço no que vendo nem no que eu compro. Assim, não fecha a conta. Assim, eu tive que vender o gado para pagar as dívidas e agora somente estou produzindo 100 litros de novo. Se nós pararmos de produzir, aqui na roça, no interior, o que eles vão comer na cidade?* (Produtor de leite entrevistado, 37 anos).

Estamos, assim, diante de uma encruzilhada, na qual o produtor tem escasso poder de negociação, sendo em ambas as instâncias um tomador de preços. No caso dos insumos (vacinas, maquinários, fertilizantes para adubação de pastagens, rações, agrotóxicos, etc.), o preço é baseado no valor no mercado internacional e em dólares.

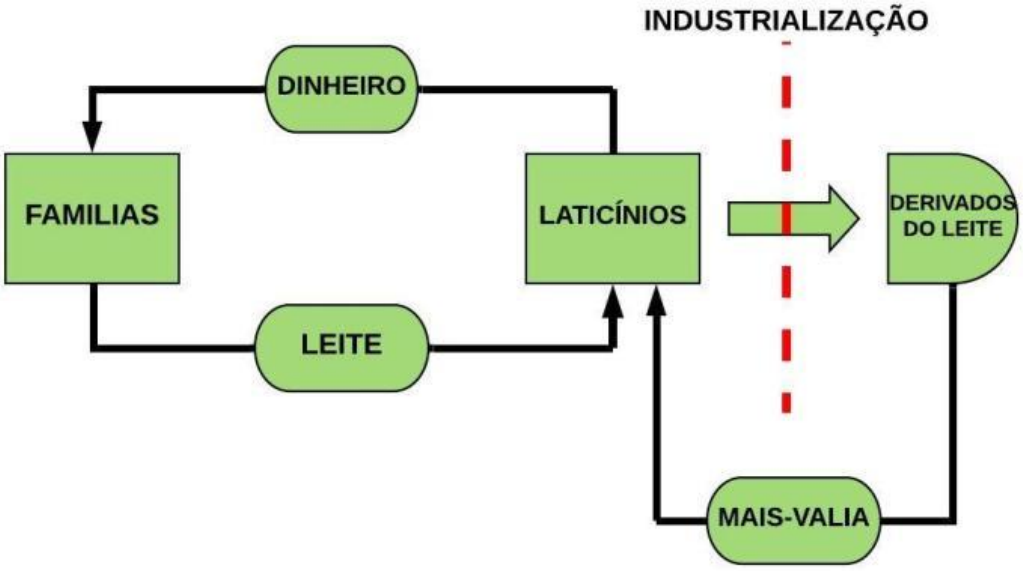
Por outro lado, a respeito do valor recebido, vale mencionar que, em todos os casos analisados, as famílias somente têm conhecimento dele "*uma vez que o dinheiro cai na conta*", conforme determinado pelo laticínio.

> *A gente não tem acesso ao preço do leite. O laticínio quem põe o preço do leite. A gente só fica sabendo o valor depois que você vende, no final do mês, todo dia 25. Aí um dia a gente recebe 1 R$, depois pode vir 0,88 R$, pode vir 0,77 R$. Cê não tem acesso nesse valor. É um produto que você vende sem saber o valor e isso é uma grande desvantagem. Por exemplo: você ficaria o dia inteiro, desde cedo, apartando vaca, para tirar 50 litros de leite na mão e cê ganhar só cinquenta reais? Ai você tem mais de meio dia de serviço. Hoje o valor do leite não paga o tempo de serviço, nem os custos que a gente tem para produzir* (Produtor de leite entrevistado, 55 anos).

Isso fica evidente pelas formas com as quais se produz a "integração" dos agricultores a setores do agronegócio, de forma subordinada e com um único propósito: a apropriação da renda capitalizada da terra. Aqui, mais uma vez se vê o efeito da oligopolização do

agronegócio que cerca o campesinato. Vejamos a forma que isto ocorre, analisando os processos envolvidos em cada uma das etapas no seguinte fluxograma.

Fluxograma 1. Processo de circulação de mercadorias (leite) do campo à indústria



Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

Durante a compra do leite, se produz o que Martins (1981) denomina de sujeição da renda da terra ao capital durante o processo de circulação das mercadorias, onde o capital, nesse caso representado pelo laticínio, procura se apropriar da renda da terra dos produtores de leite da Comunidade. Esses sujeitos, devido às características da organização do trabalho familiar, possuem a particularidade de se encontrarem em condições de produzir leite a um preço mais baixo que as grandes fazendas. De forma ainda mais simples,um dos entrevistados explica essa relação subordinada:

> *A gente está **sujeito aos grandão**, aos poderosos, que são esses laticínios. Nós vê o dinheiro na conta no final do mês, mas nunca sabemos qual é o preço do leite. Eles fazem o que eles querem e se a gente quiser trocar de laticínio pode trocar a vontade, mas é só pra piorar, não adianta trocar porque os outros têm piores condições* (Produtor de leite entrevistado, 65 anos).

Esse processo de compra/venda do leitedas famílias pelos laticínios, conforme descrito pelo entrevistado, permite entender a relação da integração subordinada. O laticínio impõe preços baixos ao valor de seus produtos (leite, no caso), ficando os produtores com uma parcela da renda. Essa situação se agrava quando a família camponesa tende à monocultura, pois limita suas atividades à produção de apenas um produto e, dessa forma, além de estar

mediada por relações monetárias, essa família se encontra condicionada também pelos fatores e padrões determinados pela indústria.

Os parâmetros estabelecidos pelos laticínios estariam relacionados à logística (proximidade do estabelecimento com as estradas), quantidade produzida (litros mínimos para garantir a coleta do leite a cada dois dias) e qualidade do leite, baseado na Contagem Bacteriológica Total (CBT) e a Contagem de Células Somáticas (CCS). Nesse sentido, quando consultados sobre a qualidade do produto oferecido, foi possível identificar que, apesar de que reconhecem a qualidade do leite vendido, o parâmetro que os camponeses têm é somente atingir os níveis demandados pelo laticínio.

Para poder acessar esses padrões (cada vez mais exigentes), os agricultores precisam incorporar ao processo produtivo novos elementos tecnológicos, o que implica em investimentos crescentes, para se adequarem aos parâmetros impostos pelas empresas, os quais são desenhados para os produtores leiteiros estarem em constante processo de modernização e de consumo das tecnologias de origem industrial.

Já na indústria, a empresa dona do laticínio é onde produz sua verdadeira geração de lucro, a partir da mais-valia[32], que não é outra coisa senão o trabalho não pago aos trabalhadores. Segundo Oliveira (1996), o interesse desses produtos por parte do capital se dá porque eles constituem matéria-prima para a indústria ou por intermediarem a relação entre produtor e consumidor final, ou seja, o capital controla a produção e explora o trabalho camponês na circulação. É "a produção subordinada à circulação" (OLIVEIRA, 1996, p. 21).

Cobra relevância neste processo a capacidade da agricultura camponesa em produzir alimentos de baixo custo, a serem colocados no mercado para serem consumidos pela força de trabalho industrial (urbana). Dessa forma os capitalistas não precisam subir seus salários[33] mantendo sua taxa de lucro e sua acumulação de forma crescente, com a consequente geração de mais-valia na fábrica. Ao mesmo tempo, os laticínios também tem lucro extra ao produzirem derivados do leite (manteiga, creme, etc.) a partir do leite comprado da agricultura camponesa.

Desse processo deriva seu verdadeiro ganho passível de ser acumulado e reproduzido de forma ampliada. Nesse sentido, Oliveira (2010), aponta que:

---

[32] Entende-se aqui à mais-valia como aquele valor produzido pelo trabalho que não é pago ao trabalhador no seu salário e que é retido pelo empresário capitalista de forma tal que possa continuar nessa condição de capitalista, favorecendo sua acumulação crescente (MARX, 2010).

[33] O salário representa o valor pago pelos capitalistas aos trabalhadores e representa um valor que serve para a aquisição de alimentos, bens e serviços necessários para se reproduzir enquanto trabalhador. Desta forma ao ter alimentos baratos, os salários não precisam ser incrementados, pois estes alimentos se tornam acessíveis à força de trabalho industrial. O salário é um valor determinado socialmente que representa a taxa de lucro do capital (MARTINS, 1981)

> É assim, que a riqueza criada pelos pequenos produtores vai muitas vezes se realizar nas mãos de outra classe social, como os gêneros alimentícios que são entregues a preços baixos, porque foram produzidos a custos reduzidos, **barateiam a reprodução da força de trabalho industrial e urbana, permitindo que os salários sejam comprimidos**, **o que possibilita diretamente o incremento da taxa de lucro dos monopólios capitalistas na cidade** (OLIVEIRA, 2010, p. 11, grifos do autor).

Pelo descrito, é possível entender porque ao capital interessa a permanência destes sujeitos, funcionais aos seus interesses e que facilitam seu processo de acumulação ampliada, por meio do controle da circulação das mercadorias.

Santos (1978) também indica que o capital precisa da presença da agricultura camponesa para seu próprio desenvolvimento. Contudo, numa perspectiva distante de Oliveira (1996) e Martins (1981); para este autor o capital precisa da agricultura camponesa dada à sua fonte potencial de mão-de-obra barata a ser empregada nas diversas atividades agropecuárias. Assim, estabelece que o que verdadeiramente existe é uma subordinação do trabalho ao capital. Isto também foi observado em situações particulares; há casos de proletarização, onde jovens que saem da Comunidade para morar e trabalhar em municípios vizinhos, empregando sua força de trabalho enquanto operários em fazendas e lavouras.

Essa polissemia permitiu entender a materialização das relações existentes entre a agricultura camponesa e o agronegócio em suas diferentes faces na comunidade Cana Verde, com destaque à subordinação através da integração das famílias às indústrias do agronegócio, mais especificamente à cadeia de produção do leite, mediante a relação das famílias da comunidade com os laticínios.

Com as análises aqui realizadas, recuperamos a hipótese inicial da pesquisa, quando partiu-se do pressuposto de que a reprodução social do campesinato está vinculada a uma série de fatores associadas à sua organização interna e que o campesinato não é um conjunto de sujeitos isolados e abstraídos da realidade. Pelo contrário sua presença na sociedade capitalista contemporânea se deve às estratégias adotadas que permitem a manutenção do núcleo familiar, adotando diversos mecanismos, se integrando na lógica produtiva do agronegócio, se proletarizando, estabelecendo relações comerciais com grandes proprietários de terras ou, ainda, se incorporando as cooperativas como a COMIGO, cujos interesses distam bastante dos da agricultura camponesa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa, procurou-se estudar a reprodução social da agricultura camponesa, com base na organização interna da unidade econômica e das relações que permeiam seu modo de vida associado à Comunidade. Também, foi possível interpretar o modo capitalista de produção na agricultura e seus efeitos sobre a agricultura familiar camponesa, tanto na sua lógica de organização da produção quanto no seu modo de vida e a influência da lógica do capital sobre a reprodução social a partirda análise de uma materialidade concreta: o caso das famílias da APROCAN da comunidade Cana Verde, localizada no Sudoeste do estado de Goiás.

Em função disto, baseou-se no campesinato a partir da sua realidade, saindo de uma visão modelizada. Isto foi possívela partir da visão de aspectos característicos do modo de vida camponês, em diferentes tempos históricos, associados à sua reprodução simbólica ou imaterial. Também, foi possível entender que o campesinato é uma classe "de dentro do capitalismo", existindo uma profunda interação e ligação dele à sociedade capitalista, fazendo uso de seus elementos para garantir a reprodução material dos sujeitos camponeses.

À luz dos resultados da pesquisa, é possível pensar a reprodução social do campesinato de forma material ligada a atividades econômico-produtivas, tanto devido a aspectos característicos de sua organização interna, quanto pela sua inserção no modo capitalista de produção. Por outro lado, é possível pensar na reprodução simbólica do campesinato devido à reprodução de seu modo de vida.

Foi possível chegar a diversas sínteses conclusivas em função de cada um dos objetivos específicos que foram propostos para o desenvolvimento da pesquisa. A respeito do primeiro objetivo específico, onde procuramos compreender as particularidades do processo da modernização agrícola e as implicações deste processo na dinâmica social e produtiva da CCV, verificou-se modificações no que se refere tanto às relações de produção como às relações sociais dos membros constituintes: há reconhecimento de que se passou gradativamente de uma agropecuária que visava garantir fundamentalmente as necessidades do núcleo familiar, para uma produção que tem se especializado, buscando inserir seus produtos em novos mercados e suas demandas. Contudo, é possível verificar que ainda se mantêm respeitadas as necessidades do núcleo familiar e certo grau de diversificação produtiva.

Por outro lado, houve perda de controle de elementos fundamentais para a produção (sementes e raças crioulas), além de o sistema de troca entre vizinhos ser hoje pouco

frequente, devido à expansão das variedades comerciais, adquiridas fora da propriedade. O mesmo acontece com a base fundamental das técnicas de produção, com a desaparição de práticas tradicionais como a troca de sementes e a socialização entre os membros da Comunidade. Passou-se, também, de uma agricultura de base orgânica para uma agricultura fundamentalmente baseada em insumos externos, embora tenham sido observadas algumas famílias que estão em estágios iniciais da transição agroecológica.

Embora a reprodução material esteja alterada, a reprodução simbólica, tem sido garantida e se manifesta nos elementos próprios da Comunidade, expressos nas festas populares e religiosas, juntamente coma socialização que ocorre em torno desses acontecimentos, ainda continua persistindo. Porém, a socialização existente em torno das atividades produtivas hoje não é mais visível, razão pela qual a APROCAN tem se "*enfraquecido*".

Já em relação ao segundo objetivo específico (analisar a organização interna das unidades produtivas), conclui-se que se tratam de unidades de produção-consumo com base na criação de gado leiteiro. Contudo, a produção, de modo geral, sofre limitações devido à falta de assistência técnica e à capacidade de algumas famílias dar resposta às necessidades dos mercados. Esse aspecto se dá, principalmente, pela escassez de mão de obra que auxilie nesse processo, fazendo com que as famílias consigam reduzir a "penosidade do trabalho".

Esse aspecto se torna ainda mais complexo se analisarmos a saída dos jovens do campo para a cidade ou para se desenvolverem num "outro campo" que se constitui num novo lugar desde uma nova perspectiva de classe. Nesse ponto, destaca-se a propriedade da terra enquanto elemento chave que tem contribuído para a reprodução social e a permanência das famílias na Comunidade ao longo do tempo.

No terceiro capítulo vimos que a reprodução social se vê dificultada pelo cercamento provocado pelas "chuvas de veneno", que trazem problemas não só à saúde e ao meio ambiente, mas, também, vulnerabilizam o processo de transição agroecológica e sua sustentação ao longo prazo. Outro ponto de vista abordado foi o controle dos recursos genéticos e a supressão das formas autônomas de fertilização dos solos utilizadas historicamente na Comunidade.

Entendemos que os elementos apontados e interpretados à luz da tese do cercamento camponês, poderiam ser vistos *a priori* como fatores que dificultam a reprodução social do campesinato. Contudo, nos questionamos se é possível pensar os diferentes cercos imateriais enquanto fenômenos que também intervêm na recriação camponesa, sendo, não necessariamente uma limitante para a recriação camponesa, mas, também, como um fator que

o recria, em diferentes tempos e espaços, no seu fazer de classe, conforme apontado por essa perspectiva analítica. Também, é possível pensar o cercamento como uma condicionante que obriga o camponês a pensar novas estratégias para garantir sua permanência na terra.

Ainda no terceiro capítulo, foi tratado como se dá a lógica de integração subordinada dos produtores leiteiros da Comunidade observando o processo de recriação capitalista do campesinato, onde interpretamos as condições pelas quais se produz a sujeição da renda da terra ao capital. Isto explica por que as empresas agropecuárias, agroindústrias e laticínios (como foi observado nessa pesquisa) precisam da presença da agricultura camponesa, já que ela se torna provedora de bens (alimentos) de baixo custo, que uma vez colocados no mercado, se tornam acessíveis para serem consumidos nas cidades pelos cidadãos (trabalhadores urbanos), sem ter que aumentar os salários na fábrica, privilegiando a reprodução ampliada do capital.

Foi possível verificar as condições dessa integração subordinada para o campesinato, situação essa vista por muitos intelectuais como a melhor via para o desenvolvimento rural no Brasil, mesmo sendo em condições desiguais de negociação entre os fornecedores do leite e os laticínios. Isto se evidencia a partir do escasso controle do preço recebido pela venda do leite, além das condições impostaspelos laticínios, em relação aos parâmetros de qualidade, que obrigam aos agricultores a estarem em constante processo de “modernização” e consumos de tecnologias produzidas pelas indústrias do agronegócio, para se adequarem aos critérios impostos. Observou-se, também, as legislações municipais que limitam a venda do leite na feira, o que acarretaria em prejuízo para as empresas do setor lácteo.

Em síntese, as estratégias de reprodução distinguidas de forma comum a todas as famílias são: a diversificação produtiva (existindo casos que intrinsecamente desenvolvem elementos característicos de uma agricultura em estágios iniciais de uma transição agroecológica), mantendo determinadas atividades como centrais para garantir fonte de renda fixa; a diversificação dos canais de comercialização; a escolha de canais curtos próximos à Comunidade; relações comerciais com diferentes atores (agroindústrias, laticínios, pecuaristas) que compõem a lógica produtiva do agronegócio que, contraditoriamente, facilitam a reprodução social das famílias da Comunidade.

Importante salientar ainda que, apesar da baixa representatividade (atingindo 30% das famílias entrevistadas), as políticas públicas são importantes para a permanência das famílias no campo, principalmente nas unidades produtivas compostas por duas pessoas. Nesse contexto, destacamos as famílias que contam em seu núcleo com aposentadorias rurais que contribuem com a manutenção financeira do grupo familiar.

Por outro lado, e analisando os aspectos simbólicos, o modo de vida camponês se reproduz na comunidade através de elementos como festas populares e religiosas, música, comida, o trabalho e relações sociais de compadrio, vizinhança e solidariedade.

Daqui desprende-se a conclusão de que não se pode interpretar a reprodução social do campesinato analisando isoladamente seus aspectos materiais descolados dos simbólicos; é necessário pesquisas que façam essa leitura analítica integral. Pode-se dizer, à luz do aqui apontado, que a reprodução social do campesinato está diretamente relacionada às atividades econômicas e aos vínculos sociais que expressam elementos próprios de seu modo de vida, conformando-se à hipótese proposta no começo da pesquisa.

Esses aspectos validam nossa posição a favor da corrente do *fim do fim do campesinato*, que defende a permanência do campesinato nos diferentes momentos históricos. Isto se deve: à reprodução que os camponeses fazem de seu modo de vida, nos diferentes lugares que estes sujeitos decidam se estabelecer para manter seu núcleo familiar, seja no campo e, também, na cidade; à função que estes sujeitos cumprem para o capital industrial enquanto fornecedores de mercadorias baratas para serem consumidas pela força de trabalho industrial; às diferentes estratégias de luta pela terra e pela Reforma Agrária empreendida por camponeses e camponesas que procura seu acesso à terra para reproduzir seu modo de vida, e também para aqueles camponeses e camponesas, trabalhadores e trabalhadores urbanos, que foram expulsos de seus meios de vida e produção possam retornar ao campo, configurando um processo de migração inverso (cidade-campo) para se estabelecerem e ativarem sua memória da terra que se encontra latente, impossível de ser apagada.

Outro elemento importante que surge das reflexões da pesquisa é a necessidade de compreender o campesinato como modo de vida, sendo isto um conceito que não é rígido, pelo contrário, possui historicidade, variando com o tempo, aspecto que foi verificado nos efeitos provocados pelo processo de modernização agrícola visualizado na comunidade.

Diante disso, afirmamos a importância da comunidade Cana Verde no contexto que ela se encontra, não somente pela produção de alimentos destinados a mercados próximos, mas também, em termos de sua competitividade. Se sairmos da perspectiva economicista, isso se manifesta não unicamente pelos produtos (comida) colocados nos mercados, mas também por outras “colheitas invisíveis”, como são a diversidade natural e cultural. A primeira perspectiva é verificada através da produção da agrobiodiversidade, própria da diversidade existente nas unidades produtivas visitadas, inclusive naquelas que têm aprofundado sua inserção nas cadeias produtivas do agronegócio. A segunda é refletida na reprodução dos

aspectos simbólicos, que permitem transmitir geração após geração os elementos mais característicos da cultura camponesa.

É possível compreender que o campesinato é reproduzido se valendo de aspectos materiais e simbólicos, visando manter seu patrimônio sociocultural, sua terra, seu sítio e seu modo de vida, diante das condições estabelecidas pelo agronegócio. Afirmamos, assim, que seria um equívoco dizer que o campesinato se encontra resistindo ou sobrevivendo, após o discutido ao longo da Dissertação. Afirmamos queo campesinato *re-existe* na sua práxis cotidiana, se reproduzindo com sabedoria.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: HUCITEC, 1992.

ALENTEJANO, Paulo Roberto Raposo. Questão agrária no Brasil do século XXI: uma abordagem a partir da Geografia. **Revista Terra Livre**. Ano 27, v. 1, n. 36. São Paulo, 2011.p. 69 – 95.

ALTIERI, Miguel. Agroecologia, Agricultura Camponesa e Soberania Alimentar. **Revista NERA.** Ano 13, v. 16. Presidente Prudente, 2010. p. 22-32

BARTRA, Armando. Campesindios: aproximaciones a los campesinos de un continente colonizado. **Revista Memoria**. Nro. 248. México D.F, 2010.p. 4 – 13.

_____. **Os novos camponeses**: leituras a partir do México profundo. Editora da UNESP. Presidente Prudente, 2011.

BOMBARDI, Larissa Mies. **Geografia do uso de agrotóxicos no Brasil e conexões com a união europeia**. Laboratório de Geografia Agrária da FFLCH – USP: São Paulo, 2017. pp. 296

BOURDIEU, Pierre. **Las estrategias de reproducción social.** Buenos Aires: Editora Siglo XXI, 2006.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Plantar, colher, comer**: **um estudo sobre o campesinato goiano.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 1981.

_____. Reflexões sobre como fazer trabalho de campo. **Revista Sociedade e Cultura**. v. 10, n.1.Goiânia, 2007.p. 11 – 27.

_____. Tempos e espaços nos mundos rurais do Brasil. **Revista Ruris do Centro de Estudos Rurais da UNICAMP**. vol. 1, n. 1. Campinas, 2007. p. 183 – 2007. p. 47 – 74.

BRUMER, Anitta. A exploração familiar no Brasil. In: LAMARCHE, Hughes (Coord.). **A agricultura familiar: comparação internacional**. Trad. Maria Naoko Tijiuva. Campinas: UNICAMP, 1993.p.179-234.

BUAINAIN, Antonio Márcio; ALVES, Eliseu; SILVEIRA, José Maria da; NAVARRO, Zander. Sete teses sobre o mundo rural brasileiro. **Revista de Política Agrícola**. ano 22, n. 2. Brasília, 2013. p. 105 – 121.

CANTOR, Renan Vega. **Capitalismo y Despojo:** perspectiva histórica sobre la expropriación universal de bienes y saberes. Bogotá: Impresol, 2013

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. **Agroecologia e Extensão Rural**: contribuições para o desenvolvimento rural sustentável. Porto Alegre: IICA/EMATER-RS, 2004.

CARNEIRO, Maria José. Herança e gênero entre agricultores familiares. **Revista de Estudos Feministas**. v. 9, n. 1. Florianópolis, 2001.

_____. Ruralidade: novas identidades em construção. **Estudos Sociedade e Agricultura**. n. 1: out. Rio de Janeiro, 1998. p. 53 – 75.

CARVALHO, Horacio Martins de. **O campesinato no século XXI**: possibilidades e condicionantes para o seu desenvolvimento no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2005.

CASTILLO, Ricardo; ELIAS, Denise; PEIXINHO, Dimas; BUHLER, Eve-Anne; PEQUENO, Renato; FREDERICO, Samuel. Regiões do Agronegócio, novas relações campo-cidade e reestruturação urbana. **Revista da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia (Anpege)**. V.12, n.18, especial GT Anpege 2016. Rio de Janeiro, 2016 p. 265-288.

CHAYANOV, Alexander. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.

CHAVEIRO, Eguimar Felício. O cerrado em disputa: sentidos culturais e práticas sociais contemporâneas. In: ALMEIDA, Maria Geralda de; CHAVEIRO, Eguimar Felício; BRAGA, Helaine Costa. **Geografia e cultura: os lugares da vida e a vida dos lugares**. Goiânia: Vieira, 2008. p. 75 – 98.

CORCIOLI, Graciella. Evolução do PRONAF no estado de Goiás: tendência de concentração de investimentos em atividades pecuárias tradicionais. **Boletim Goiano de Geografia**. v. 39. Goiânia, 2019. p. 1 – 21.

DAVIS, John; GOLDBERG, Ray. **A concept of agribusiness**. Boston: Hardvard University Press, 1957.

DELGADO, Guilherme Costa. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio:** mudanças cíclicas em meio século (1965 - 2012). Porto Alegre: Editora UFRGS, 2012.

DIEGUES, Antônio Carlos; ARRUDA, Rinaldo (Orgs.). **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil.** São Paulo: Ministério do Meio Ambiente, 2001.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Políticas públicas, questão agrária e desenvolvimento territorial rural no Brasil. In: GRISA, Cátia; SCHNEIDER, Sergio (Orgs.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2015. p. 381 – 400.

_____. Delimitação conceitual do campesinato. 2004. Disponível em: https://es.scribd.com/doc/220579704/Delimitacao-Conceitual-de-Campesinato-Bernardo Mancano. Acesso em 12/09/2019.

FELIPE, Jose Lacerda Alves. **A (re) invenção do lugar**: os Rosados e o pais de Mossoró. João Pessoa: Grafset, 2001.

GIARRACA, Norma. El campesinado en la Argentina: un debate tardío. In: TEUBAL, Miguel (Org.). **Estudios rurales y movimientos sociales**: una mirada desde el sur. Antología esencial/Norma Giarraca. Buenos Aires: Editora CLACSO, 2017. p. 331 – 349.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6ª ed. São Paulo: Editora Atlas, 2008.

GLIESSMAN, Stephen. **Agroecologia**: processos ecológicos em agricultura sustentável. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

GONÇALVES, Claudecir. A Cooperativa Mista dos Produtores Rurais do Sudoeste Goiano Ltda. (COMIGO) e o Desenvolvimento da Região de Rio Verde-GO. In: PEREIRA, Sebastião; XAVIER, Clésio (Orgs.). **O agronegócio nas terras de Goiás**. Uberlândia: EDUFU, 2003.p. 213 – 250.

GÖRGEN, Frei Sergio. Agricultura Camponesa. **Cadernos de estudos COOPERFUMOS**. Santa Cruz do Sul, 2009.

GRAS, Carla; HERNANDEZ, Valeria. Los pilares del modelo del modelo agribusiness y sus estilos empresariales. In: GRAS, Carla; HERNANDEZ, Valeria (Orgs.). **El agro como negocio**: producción, sociedad y territorios en la globalización. Buenos Aires: Biblos, 2013. p. 17 – 49.

GRISA, Cátia; WESZ JUNIOR, Valdemar João; BUCHWEITZ, Vitor Duarte. Revisitando o Pronaf: velhos questionamentos, novas interpretações. **Revista de Economia e Sociologia Rural**. v. 52, nro. 2. Brasilia, 2014.

_____; SCHNEIDER, Sergio. Tres gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e Estado no Brasil. In: GRISA, Cátia; SCHNEIDER, Sergio (Orgs.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2015. p. 19 – 52.

GUBER, Rosana. **La etnografia: método, campo y reflexividad**. Bogotá: Grupo Editorial Norma, 2001.

GUEVARA, Ernesto. **Apuntes críticos a la Economía Política.** La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 2012.

HARVEY, David. **El "nuevo" imperialismo: acumulación por desposesión**. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

HEREDIA, Beatriz. **A morada da vida**: trabalho familiar de pequenos produtores do nordeste do Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____; PALMEIRA, Moacir; LEITE, Sergio Pereira. Sociedade e economia do agronegócio no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. v. 25, n. 74. São Paulo, 2010. p. 159 – 196.

HESPANHOL, Antonio Nivaldo. A expansão da agricultura moderna e a integração do Centro Oeste Brasileiro à economia nacional. **Caderno Prudentino de Geografia**. nro. 22. Presidente Prudente, 2000. p .7-26

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

LACERDA, Elaine. Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG) e a institucionalização dos interesses do empresariado rural. **Revista Ruris do Centro de Estudos Rurais da UNICAMP**. v. 5, n. . Campinas, 2011. p. 183 – 207.

LENIN, Vladimir Illich Ulianov. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

LEPORATTI, Michel; SALCEDO, Salomón; JARA, Byron; BOERO, Verónica; MUÑOZ, Mariana. La agricultura familiar en cifras. In: SALCEDO, Salomón; GUZMÁN, Lya (orgs.). **Agricultura familiar en América Latína y el Caribe: recomendaciones de política**. Santiago de Chile: FAO, 2014.

LUNAS, Divina Aparecida; CARDOSO, Hamilton Matos; GIONGO, Pedro Rogério (Orgs.). **Estado e Políticas Públicas no Território Rural do Sudoeste Goiano**. Goiânia: Editora KELPS, 2017.

MACHADO, Luiz Carlos; MACHADO FILHO, Luiz Carlos. **Pastoreio Racional Voisin (PRV): tecnologia agroecológica para o terceiro milênio**. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Os argonautas do pacífico Ocidental**: um relato dos empreendimentos e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné. São Paulo: Abril Cultural, 1976.

MATTOS, Carmem Lúcia Guimarães. A abordagem etnográfica na investigação científica. In: MATTOS, Carmem Lúcia Guimarães; CASTRO, Paula Almeida de (Orgs.). **Etnografia e educação**: conceitos e usos. Campina Grande: EDUEPB, 2011. p. 49-83.

MANZANAL, Mabel; SCHNEIDER, Sergio. Agricultura familiar y políticas de desarrollo rural en Argentina y Brasil (un análisis comparativo, 1990 – 2010). **Revista Interdisciplinaria de Estudios Agrários**. n. 34. Buenos Aires, 2011. p. 35-71.

MARQUES, Marta Inez Medeiro. A atualidade do conceito de camponês. **Revista do Núcleo de Estudos em Reforma Agraria (NERA)**. n. 12, vol 11.Presidente Prudente, 2008. p. 57 – 67.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a politica no Brasil:** as lutas sociais no campo e seu processo politico. Petrópolis: Editora Vozes, 1981.

_____. **Capitalismo e tradicionalismo: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil**. São Paulo: Pioneira, 1975.

MARX, Karl. **El capital. Tomo 1**. Buenos Aires: Siglo XXI, 2010.

MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. **História das agriculturas do mundo**: do neolítico à crise contemporânea. Lisboa: Instituto Piaget, 2001.

MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de. Luta pela Reforma Agrária no Brasil contemporâneo: entre continuidades e novas questões. In: GRISA, Cátia; SCHNEIDER, Sergio (Orgs.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2015. p. 339 – 361.

MEDINA, Gabriel; RIBEIRO, Gessyane Guimarães; BRASIL, Edward Madureira. Participação do capital Brasileiro na cadeia produtiva da soja: lições para o futuro do agronegócio nacional. **Revista de Economia e Agronegócio**.v. 13, n. 1-2-3.Viçosa, 2016.p. 1 – 38.

MENDES, Estevane de Paula Pontes. Identidades Sociais e suas representações territoriais: as Comunidades rurais no município de Catalão (GO). In: ALMEIDA, Maria Geralda de; CHAVEIRO, Eguimar Felicio; BRAGA, Helaine Costa (Orgs.). **Geografia e Cultura: os lugares da vida e a vida dos lugares**. Goiânia: Viera, 2008. p. 137 – 166.

MENDONÇA, Marcelo Rodrigues. Experiências agroecológicas no Cerrado em Goiás: o cultivo de sementes crioulas como estratégia de reprodução camponesa. In:_____ (Org.). **Agroecologia**: práticas e saberes. 2ªed. Catalão: Gráfica Modelo, 2012. p. 39 – 59.

_____; MESQUITA, Helena Angelica de. O agro-hidro-negócio no Cerrado goiano: a construção das (re)existências. **Anais do II Encontro Brasileiro de Ciências Sociais e de Barragens.** Salvador, Bahia, 2007.

MENDONÇA, Maria Luiza. A crise permanente do agronegócio. In: STEFANO, Daniela; MENDONÇA, Maria Luiza (Orgs.). **Direitos Humanos no Brasil**: relatório da Rede Social de Justica e Direitos Humanos. São Paulo: Outras Expressões, 2015. p. 37 – 43.

MINNAERT, Ana Cláudia. A feira livre sob um olhar etnográfico. In: FREITAS, Maria do Carmo Soares de; FONTES, Gardênia Abreu Vieira; OLIVEIRA, Nilce de (Orgs.). **Escritas e narrativas sobre alimentação e cultura.** Salvador: EDUFBA, 2008.p. 129 – 149.

MONTENEGRO GOMEZ, Jorge Ramón**. Desenvolvimento em (des) construção**: narrativas escalares sobre desenvolvimento territorial rural. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente, 2006.

OLIVEIRA, Adriano Rodrigues. **O associativismo no Pontal de Paranapanema: limites e possibilidades para o desenvolvimento rural**. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente, 2010.

OLIVEIRA, Adriano Rodrigues; FERREIRA, Lara Cristine Gomes; GARVEY, Brian. A ocupação do Cerrado pelo agronegócio canavieiro. **Revista NERA.** v. 21, n. 43. Presidente Prudente, 2018. p. 79 – 100.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 1996.

_____. **Modo capitalista de produção e agricultura.** São Paulo: Editora Ática, 1986.

_____. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. **Revista Estudos Avançados**. v. 15, nro. 43. São Paulo, 2001.

_____. Agricultura e indústria no Brasil. **CAMPO-TERRITÓRIO**: **revísta de Geografia Agrária**. v. 5, nro.10. Uberlândia, 2010. p. 5-64.

PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. Geografia e pesquisa qualitativa: um olhar sobre o processo investigativo. **Revista Geo UERJ**.v. 1, n. 23, v. 1. Rio de Janeiro,2012. p. 4 – 18.

PORTO GONÇALVES, Carlos Walter. **Os (des) caminhos do meio ambiente**. São Paulo: Editora Contexto, 2001.

PRIMAVESI, Ana Maria. **Agroecologia**: ecosfera, tecnosfera e agricultura. São Paulo: Editora Nobel, 1997.

RIBEIRO, Dinalva Donizete. **Agricultura "Caificada" no Sudoeste de Goiás**: do bônus econômico ao ônus sócio-ambiental. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro, 2005.

RIGOTTO, Raquel; PESSOA, Vanira Matos. Agronegócio: geração de desigualdades sociais, impactos no modo de vida e novas necessidades de saúde de trabalhadores rurais. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**. v.37 n. 125, 2012.p. 65-77

ROSSET, Peter Michael; ALTIERI, Miguel. **Agroecologia:** Ciência y Política. La Paz: Sociedad Científica Latino Americana de Agroecología (SOCLA), 2018.

ROSSET, Peter Michael; MARTINEZ TORRES, María Elena. Agroecologia, territorio, recampesinización y movimientos sociales. **RevistaEstudios Sociales.** v.25, n. 47. México, 2016.p. 275-299.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço.** São Paulo: Edusp, 2002.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. **Os colonos do vinho: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital**. São Paulo: HUCITEC, 1978.

SHANIN, Theodor. A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista. **Revista NERA**, ano 8, n.7, Presidente Prudente, 2005. p.1-21.

_____. El campesinado como factor político. In: SHANIN, Theodor. **La clase incómoda. Sociología política del campesinado en una sociedad en desarrollo (Rusia 1910-1925)**. Madrid: Alianza Editorial, 1966. p. 274 – 298.

_____. Lições Camponesas. In: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson (Orgs.). **Campesinato e Territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.p. 23 – 49.

SHIVA, Vandana. **Monoculturas da Mente**: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia. São Paulo: Editora GAIA, 2003.

SILVA, Edson Batista Da. **Cercados e a Contrapelo**: as expulsões e as reações camponesas à acumulação primitiva permanente em Goiás (1970 - 2015). Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Estudos Socioambientais, Universidade Federal de Goiás. Goiânia, Goiás, 2018.

SILIPRIANDI, Emma; CINTRÃO, Rosângela. Mulheres rurais e políticas públicas no Brasil: abrindo espaços para o seu reconhecimento como cidadãs. In: GRISA, Cátia; SCHNEIDER, Sergio (Orgs.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2015. p. 571 – 595.

SILVA, Jose Graziano da.**A modernização dolorosa**: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1982.

SILVESTRE, Luiz Henrique Aparecido; RIBEIRO, Aureo Eduardo Magalhães; FREITAS, Camila da Silva. Subsídios para a construção de um programa público de apoio à feira livre no Vale do São Francisco, MG. **Organizações Rurais e Agroindustriais**.v. 13, n. 2. Lavras, 2011. p. 186-200.

SOUSA, Maxlânio Dias. **Cultura e resistências camponesas nas folias em Formosa/GO**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Estudos Socioambientais (IESA), Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2018.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa socio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

SOUZA, Murilo Mendonça; PÊSSOA, Vera Lúcia Salazar. Diagnóstico Rural Participativo (DRP): um instrumento metodológico qualitativo em geografia. In: RAMIRES, Julio; PÊSSOA, Vera Lúcia Salazar (Orgs.). **Geografia e Pesquisa Qualitativa**: nas trilhas da investigação. Uberlândia: Editora Assis, 2009. p. 199 – 220.

THIOLLENT, Michel. Notas para o debate sobre pesquisa-ação. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Org.). **Repensando a pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1984.p. 82 – 103.

TITTONELL, Pablo. Seguridad alimentaria y servicios ecosistémicos en un mundo en evolución: ha llegado la hora de la agroecología. In: ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LA ALIMENTACIÓN (FAO). **Agroecologia para la seguridad alimentaria y nutrición.** Roma: FAO, 2014. p. 18 – 40.

TOLEDO, Victor Manuel; BASSOLS, NarcisoBarrera. **A memória biocultural**: a importância ecológica das sabedorias tradicionais. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

TRIVIÑOS, Augusto. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

VERANO, Thiago de Carvalho. **Feiras municipais como alternativa de comercialização para agricultores familiares**. Dados de Campo. Dissertação (Mestrado em Agronegócio) – Escola de Agronomia, Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2019.

VIA CAMPESINA INTERNACIONAL. Soberanía Alimentaria ya! Una guía por la soberanía alimentaria. Ano 2018.Disponível em: https://viacampesina.org/en/wpcontent/uploads/sites/2/2018/02/Food-Sovereignty-a-guide-ES-version-low-res.pdf. Acesso em: 25 out. 2019.

WELCH, Clifford Andrew; FERNANDES, Bernardo Mançano. Agricultura e mercado:campesinato e agronegócio da laranja nos EUA e Brasil. In: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson (Orgs.). **Campesinato e Territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 161 – 212.

WILKINSON, John. As biotecnologias: repercussões no sistema agroalimentar e para a agricultura familiar. In: MALUF, Paulo; FLEXOR, Georges (Orgs.). **Questões agrárias, agrícolas e rurais**: conjuntura e políticas públicas. Rio de Janeiro: Ed. Papers, 2017. p. 225-232.

WOORTMANN, Ellen; WOORTMANN, Klaas. **O trabalho da terra**: a lógica e a simbologia da lavoura camponesa. Brasília: Editora da UNB, 1997.

WOORTMANN, Klaas. **“Com parente não se neguceia”**: o campesinato como ordem moral. Brasília: Editora da UNB, 1990.

_____. Migração, família e campesinato. **Revista Brasileira de Estudos de População**. v. 7, n. 1. Belo Horizonte, 1990. p. 35-53.

ZORZATTO, Osvaldo. Os Kaiapó Meridionais na Obra de um Memorialista Contemporâneo: Hildebrando Camprestini. **Anais do XXIII Simpósio Nacional de História**. Londrina, 2005. Disponível em: https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548206368_6daf875be1782ddd63ff99ea92a2af4f.pdf.Acesso em 20/08/2019.

APÊNDICE A – ROTEIRO DE CARACTERIZAÇÃO DA COMUNIDADE E DA APROCAN

1. A comunidade Cana Verde:

- Como e quando chegou sua família à Comunidade?
- Houve mais famílias já na Comunidade?
- Se houve, porque elas foram embora?
- Para onde elas foram embora?
- Qual a família (ou morador) mais antiga/o da Comunidade atualmente?
- Tem famílias que não moram, mas que produzem na Comunidade? Quantas?
- O que era produzido antigamente na região?
- Como era essa produção em relação aos insumos? (sementes, adubos, vacinas, agrotóxicos, etc.)
- Onde era vendida a produção?
- Quais lembranças têm da paisagem da Comunidade quando você era criança?
- Qual foi a primeira "grande produção" que chegou à Comunidade?O que se produz hoje?
- Quando chega a produção de soja nessa região?
- Quem produz hoje na região? Como se produz?
- Tem relação com esses sujeitos? Onde eles moram?
- Como era a qualidade de vida antigamente (em relação aos serviços básicos)?
- As condições de trabalho melhoraram em comparação quando vocês eram mais jovens?
- Qual pensa que são os principais problemas hoje para quem mora no campo?
- O que vocês pensam que vai acontecer com as pessoas da Comunidade no futuro?
- Quais são as principais problemáticas que vocês percebem em relação à produção e à comercialização dos produtos?

2. A Associação dos Pequenos Produtores da Cana Verde (APROCAN):

- Há quanto tempo que existe a APROCAN?
- Qual o objetivo da associação? Por que decidiram conformá-la?
- Quantas famílias fazem parte dela atualmente?
- São realizadas atividades em comum entre as famílias da Comunidade por fora das atividades produtivas? (atividades de forma coletiva, agrícolas ou não agrícolas).
- Quais vantagens você observa em relação a sua pertencia à associação?

- Vocês fazem parte de outra associação/cooperativa?
- Quantas famílias há na Comunidade que não fazem parte da associação?

APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
ESCOLA DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUACÃO EM AGRONEGÓCIO
LINHA DE PESQUISA: AGRICULTURA FAMILIAR E O AGRONEGÓCIO

Data:
Nome do entrevistado:
Idade:
Unidade Produtiva (número):

1. CARACTERÍSTICAS DO NÚCLEO FAMILIAR

Nome	Relação com o/a chefe da família	Idade	Escolaridade

2. POSSE E PROPRIEDADE DA TERRA

Área Total (has ou alqueires)	Área					Obtida por		Quantidade
	Própria	Parceria		Arrendamento				
		De terceiro	Para terceiro	De terceiro	Para terceiro	Herança		
						Compra a parentes		
						Compra a terceiro		

						Doação		
						Posse provisória		
						Outra		

3. CARACTERÍSTICAS DA UNIDADE PRODUTIVA

Aspectos Produtivos	O que produz: • Hortaliças: Área estimada: Qual cultura ocupa maior importância na sua renda? • Frutas: Área estimada: • Produção Pecuária:
Insumos utilizados	De onde obtém as sementes para a produção?
	Utilizam fertilizantes? Quais?
	Qual técnica de adubação utiliza?
	Produz biofertilizantes próprios?
	Qual/is resultado/s observaram em comparação com os adubos químicos?
	• Usa Agrotóxicos. Como os utiliza? Quais? Respeita a indicação da bula? Como faz o controle da dosagem? • Se puder não usar agrotóxicos e mudar para outras técnicas menos nocivas o faria? • Não usa agrotóxicos, mas aplica fertilizantes de

	síntese química. Qual aplica e como faz a dosagem? • Não usa agrotóxicos. Usa compostagem, biofertilizantes, adubo verde, vermicompost, esterco? Há quanto tempo que não utilizam agrotóxicos?
Mecanização	• Mecanização: • Irrigação:
Força de Trabalho	Quantas pessoas participam ativamente e trabalham na unidade de produção?
	Alguém da família faz algum serviço ou tarefa fora da unidade?
	Contrata mão-de-obra? Quantas pessoas? Em determinados períodos ou para algumas tarefas?
	Algum dos membros da família realiza alguma atividade fora que não tenha relação com a produção agropecuária?

Como se encontra conformado o calendário agrícola?

Qual cultura ou atividade é a mais importante na sua unidade de produção?

Quais atividades são permanentes e quais temporárias na unidade de produção?

Quais são os critérios que o senhor tem na hora de se decidir por uma ou outra cultura para plantar?

4. PRÁTICAS AGROECOLÓGICAS

TÉCNICA	UTILIZA	UTILIZOU	RESULTADOS OU PROBLEMÁTICAS PERCEBIDAS
Diversidade Genética			
Diversidade de Espécies			
Rotação de Culturas			
Cultivos de Cobertura			
Corredores Biológicos			
Adubação Verde			
Sistema de Policultivos			
Sistemas Agroflorestais			
Biofertilizantes Líquidos			
Outros:.....			

Com o uso das práticas que mencionou anteriormente fez algum cálculo para saber se diminuiu ou aumentou o custo de produção?

5. ESTRATÉGIAS DE COMERCIALIZAÇÃO

Vende para onde?
Vende coletivamente?
Existem férias agroecológicas na sua região?
Mercados institucionais: vende para PAA ou PNAE? Há quanto tempo?
Qual sua opinião sobre os mercados institucionais?
Qual a sua opinião sobre os alimentos que você produz enquanto a sua qualidade? Quais são os parâmetros que para você indicam uma boa qualidade?
Quais são as demandas dos consumidores dos seus produtos?
Como faz para determinar o preço dos alimentos que você comercializa?
Na conformação do preço inclui a mão-de-obra própria?

6. ASPECTOS ORGANIZATIVOS

Atividade	Participa	
Associação Comunitária de produtores	Sim ( )	Não( )
Cooperativa de Produtores	Sim ( )	Não( )
Sindicato de Trabalhadores Rurais	Sim ( )	Não( )
Associação de mulheres	Sim ( )	Não( )
Clube Esportivo	Sim ( )	Não( )
Associação Vinculada à igreja	Sim ( )	Não( )
Outras	Sim ( )	Não( )

7. GRAU DE SATISFACÃO COM A ATIVIDADE

Gosta de sua atividade?
O que vocês mais gostam da vida no campo?
Se você pudesse escolher uma atividade no futuro para seus filhos/as gostaria que morassem e trabalhassem na roça?
Se tiver a possibilidade moraría na cidade?

8. POLÍTICAS PÚBLICAS

Faz parte de outras cooperativas ou associações? Quais? Há quanto tempo?
Faz parte de algum sindicato?
Tem ou teve acesso a quais políticas públicas? PRONAF, PAA, PNAE?
Há quanto tempo?
Foi importante para sua renda? Foi difícil acessar elas? Por quê?

ANEXO A – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: A DIMENSÃO POLÍTICA NA TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA: uma análise de famílias vinculadas ao Movimento Camponês Popular e famílias da Comunidade Cana Verde no Estado de Goiás.

Pesquisador: Gabriel Horacio Galván

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 10033019.0.0000.5083

Instituição Proponente: Escola de Agronomia e Engenharia de Alimentos

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.412.963

Apresentação do Projeto:

Trata-se de uma pesquisa de mestrado que se estrutura a partir de um estudo comparativo entre Comunidades de agricultores na perspectiva de compreender as diferenças na apropriação da Agroecologia como paradigma produtivo considerando famílias de agricultores da Comunidade Cana Verde (Palestina de Goiás), que não estão vinculadas a movimentos sociais do campo e famílias de agricultores de Silvânia - GO e Catalão - GO, ligadas ao Movimento Camponês Popular (MCP). Para a coleta de dados será utilizado o Censo Agropecuário elaborado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário para caracterização da agricultura familiar em Goiás e também serão realizadas entrevistas semi estruturadas com as famílias que participarão dapesquisa.

Objetivo da Pesquisa:

Compreender a importância da dimensão política no processo da transição agroecológica por meio de uma análise comparativa entre famílias vinculadas ao Movimento Camponês Popular e famílias da Comunidade Cana Verde.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Como riscos são indicados os possíveis constrangimentos ou desconforto ao responderem as perguntas no decorrer das entrevistas, mas para evitar isto é apresentada a possibilidade de que o participante tenha a opção de não responder tais questões sem que isto implique em qualquerprejuízo. Como benefícios é citada a compreensão geral de aspectos sobre: a importância da

dimensão política na consolidação de transição agroecológica; o papel de movimentos sociais do campo, nesse caso a partir da intervenção do Movimento Camponês Popular, na consolidação da dimensão política da agroecologia; a forma de organização da produção, alinhada na dimensão técnico-produtiva da agroecologia, em famílias da Comunidade Cana Verde e nas famílias organizadas no MCP; aspectos que motivam ou estimulam a adoção da agroecologia como paradigma produtivo por parte das famílias nas Comunidades analisadas napesquisa; aspectos diferenciais na adoção de técnicas agroecológicas em famílias organizadas no MCP e da Comunidade; novos elementos para compreender os entraves e as possibilidades da transição agroecológica.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A coleta de dados se dará por meio de entrevistas semi-estruturadas com famílias de agricultores. O roteiro das entrevistas foi apresentado e tem relação com: características do Núcleo Familiar (número de pessoas, tamanho da área, área própria ou arrendada, formas de contrato de mão-de-obra), Características da unidade de produção (o que se produz, técnicas de produção, tipos de fertilizantes, adubos, agrotóxico, produção de animais), práticas agroecológicas, aspectos comerciais (venda, demanda, preço, mercado), aspectos políticos organizativos (participação em cooperativas/associações, movimentos sociais, acesso a linhas de crédito), sobre especificidades da Agroecologia (formas de produção, problemas na produção). No roteiro apresentado há também questões direcionadas a dirigentes de movimentos sociais e técnicos que trabalham com agroecologia. Para os dirigentes de movimentos sociais, as perguntas têm relação com as questões políticas envolvidas na agroecologia. Para os técnicos são perguntas também ligadas às relações entre a transição das famílias para a agroecologia e os movimentos sociais. As perguntas são claras, mas algumas podem causar desconforto aos participantes, como a utilização, ou não, de agrotóxicos ou a participação, ou não, em movimentos sociais.

Na Comunidade de Cana Verde serão entrevistadas 7 famílias. O conhecimento dessasfamílias resulta de interação do pesquisador com a Comunidade, através de sua intervenção no território, a partir dos Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial (NEDET) efetuado pela Universidade Federal de Goiás (UFG) e o antigo Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA). As demais famílias são vinculadas ao Movimento Camponês Popular (MCP) em dois municípios. Será realizado um estudo exploratório com essas famílias para selecionar os participantes. A coleta de dados está prevista para acontecer a partir do mês de junho, mas na carta enviada ao CEP, o pesquisador explicita que a coleta ainda não foi iniciada. O financiamento é próprio.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Foram apresentados os seguintes termos obrigatórios: termo de compromisso devidamente assinado pelos pesquisadores, Folha de rosto devidamente assinada pelo vice-diretor da Escola de Engenharia de Alimentos (a pesquisa é do Programa de Pós-Graduação em Agronegócio da UFG), TCLE para os agricultores e TCLE para dirigentes do movimento camponês e técnicos.Os dois TCLE apresentam linguagem adequada, apresentam o risco de desconforto ou constrangimento durante as entrevistas, mas explicitam que os participantes podem deixar de responder perguntas ou se afastar da pesquisa sem nenhum prejuízo.É incluída a possibilidade de indenização, caso haja danos decorrentes da pesquisa. Há espaço destinado ao participante rubricar nos parenteses de autorização, ou não, do

uso da imagem/voz/opinião e da identificação, ou não, do nome na divulgação dos resultados da pesquisa; espaço para assinatura datiloscópica do participante.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

As pendências anteriores foram resolvidas, pois o pesquisador:

Adequou a linguagem do TCLE para os agricultores;

Apresentou um TCLE para dirigentes do movimento camponês e técnicos;

Os TCLE contemplam os riscos relacionados a constrangimento e desconforto, possibilidade de indenização, espaço para rubricar na autorização de uso de voz/imagem/opinião, espaço para assinatura datiloscópica.

Foi enviada uma carta assegurando que não foi iniciada a coleta de dados; O cronograma foi adequado para aguardar o parecer do CEP.

Após sanadas as pendências, este protocolo encontra-se aprovado, salvo melhor juízo desse comitê.

Considerações Finais a critério do CEP:

Informamos que o Comitê de Ética em Pesquisa/CEP-UFG considera o presente protocolo APROVADO, o mesmo foi considerado em acordo com os princípios éticos vigentes. Reiteramos a importância deste Parecer Consubstanciado, e lembramos que o(a) pesquisador(a) responsável deverá encaminhar ao CEP- UFG o Relatório Final baseado na conclusão do estudo e na incidência de publicações decorrentes deste, de acordo com o disposto na Resolução CNS n. 466/12. O prazo para entrega do Relatório é de até 30 dias após o encerramento da pesquisa, prevista para março de2020.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_P ROJETO_1304048.pdf	15/05/2019 16:06:38		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_1_camponeses.docx	15/05/2019 16:04:30	Gabriel Horacio Galvan	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_dirigentes_e_técnicos.docx	15/05/2019 16:04:12	Gabriel Horacio Galvan	Aceito
Outros	CARTA.pdf	15/05/2019	Gabriel Horacio	Aceito

		16:00:23	Galvan	
Outros	Roteiro_de_pesquisa.pdf	21/03/2019 10:21:50	Gabriel	Aceito
Declaração de Pesquisadores	termo_de_compromisso.pdf	21/03/2019 10:16:20	Gabriel	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.docx	28/02/2019 12:03:59	Gabriel	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projeto_de_pesquisa_galvan.pdf	28/02/2019 12:03:32	Gabriel	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_rosto.pdf	28/02/2019 12:02:42	Gabriel	Aceito

Situação do Parecer:
Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:
Não

GOIANIA, 25 de Junho de 2019.